



UNIVERSIDADE FEDERAL DO PARÁ
INSTITUTO DE FILOSOFIA E CIÊNCIAS HUMANAS
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM SOCIOLOGIA E ANTROPOLOGIA

**VIVER ÀS MARGENS DO RIO: IDENTIDADE E PERTENÇA NA ILHA DO
COMBU/PA**

THAINÁ GUEDELHA NUNES

Belém/PA

2017

UNIVERSIDADE FEDERAL DO PARÁ
INSTITUTO DE FILOSOFIA E CIÊNCIAS HUMANAS
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM SOCIOLOGIA E ANTROPOLOGIA

VIVER ÀS MARGENS DO RIO: identidade e pertença na Ilha do Combu/PA

THAINÁ GUEDELHA NUNES

Dissertação apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Sociologia e Antropologia do Instituto de Filosofia e Ciências Humanas da Universidade Federal do Pará, como requisito para a obtenção do título de mestre.

Orientadora: Prof^ª. Dr^ª. Lourdes de Fátima Gonçalves Furtado

Área de Concentração - Antropologia

Belém/PA
2017

Dados Internacionais de Catalogação-na-Publicação (CIP)
Biblioteca de Pós-Graduação do IFCH/UFPA

Nunes, Thainá Guedelha

Viver às Margens do Rio: identidade e pertença na Ilha do
Combu/PA / Thainá Guedelha Nunes. – 2017.

Orientadora: Dra. Lourdes de Fátima Gonçalves Furtado.

Dissertação (Mestrado) – Universidade Federal do Pará,
Instituto de Filosofia e Ciências Humanas, Programa de Pós-
Graduação em Sociologia e Antropologia, Belém, 2017.

1. Combu, Ilha (PA) - Condições sociais. 2. Comunidades -
Desenvolvimento - Combú, Ilha (PA). 3. Vida Ribeirinha - Combu,
Ilha (PA). 4. Identidade social. 5. Etnologia. I. Título.

CDD 22.ed. 307.7098115

VIVER ÀS MARGENS DO RIO: identidade e pertença na Ilha do Combu/PA

THAINÁ GUEDELHA NUNES

Dissertação apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Sociologia e Antropologia do Instituto de Filosofia e Ciências Humanas da Universidade Federal do Pará, como requisito para a obtenção do título de mestre.
Área de Concentração - Antropologia

Aprovada em: ___/___/___

BANCA EXAMINADORA

Prof^a. Dr^a. Lourdes de Fátima Gonçalves Furtado
Orientadora

Prof^a Dr^a. Maria Angélica Motta Maués
Examinadora Interna

Prof. Dr. Cristiano Wellington Noberto Ramalho
Examinador Externo

Prof^a. Dra. Denize Genuína da Silva Adrião
Examinadora Externa

Prof. Dr. Rodrigo Corrêa Diniz Peixoto
Examinador Suplente

Aos meus pais que sempre lutaram, torceram e incentivaram a minha educação.

AGRADECIMENTOS

Em primeiro lugar gostaria de agradecer minha família que sempre esteve do meu lado em todos os momentos. Minha mãe Nazaré Guedelha e meu pai Tadeu Nunes que desde sempre fizeram de tudo para que não nos faltasse o essencial, e que sempre fizeram o possível e o impossível para que tivéssemos uma educação de qualidade, e acima de tudo nos ensinou a sermos boas pessoas, algo tão importante diante dessa realidade violenta e perversa que vemos todos os dias pelo mundo. Aos meus irmãos Nayara e Iago, parceiros nos vários momentos da vida, tenho sorte e sou muito feliz ter vocês na minha vida, também sempre torcendo por mim. Sempre me sinto tão bem quando sentem orgulho de mim, o que é recíproco. Minhas conquistas são conquistas de todos vocês. À minha linda sobrinha/afilhada que me proporcionou sentir um amor tão forte que não havia sentido antes, quero sempre vê-la feliz e proporcionar muitas coisas boas pra sua vida. E também aos meus afilhados que me inspiram a ser uma boa madrinha.

Aos meus amigos, também peças fundamentais na minha vida. Sem a companhia e a torcida de vocês tudo seria bem mais difícil. Sempre que precisei relaxar, me divertir, de ajuda, ou apenas de um ombro amigo podia, e posso, contar com vocês, o que me dá mais força pra seguir em frente e enfrentar os desafios da vida.

A todos que fazem parte do Grupo RENAS do Museu Goeldi, onde aprendi muito sobre o universo da pesquisa. À minha orientadora Lourdes Furtado, grande mentora desde 2010, do PIBIC até o presente momento, e espero que continue sendo. Com ela aprendi e aprendo mundo da arte de pesquisar e da Antropologia. Aos meus colegas bolsistas, tanto os que já passaram pelo PIBIC como os que estão hoje.

À minha querida turma de mestrado que me proporcionou ótimos momentos e uma experiência de pós-graduação agradável e produtiva, não poderia pedir uma turma melhor para esse momento importante da academia. Aos professores também que nos proporcionaram tantos conhecimentos, nos possibilitando sermos melhores acadêmicos.

Por último, mas não menos importante, agradeço a professora Denize Adrião que desde o PIBIC é muito importante para as minhas pesquisas na Ilha do Combu, alguém que admiro muito, inclusive pelo seu carinho e dedicação com a Salinha de Leitura que mantém no Igarapé do Combu por conta própria. E claro, a todos os moradores da Ilha do Combu que fizeram com que esse trabalho fosse possível, sempre muito atenciosos e receptivos. Em especial agradeço ao seu Careca que sempre foi prestativo em ajudar na pesquisa, e que me proporcionou ótimas conversas e maravilhosos momentos no Igarapé do Combu.

RESUMO

A cidade de Belém, assim como todos os centros urbanos, está sempre em crescimento e constante modernização, porém, nem toda localidade segue a lógica da “modernidade”. Apesar do crescimento populacional da Ilha do Combu e sua proximidade com a área urbana de Belém, as comunidades ribeirinhas da mesma permanecem com sua realidade cotidiana ligada à natureza e seus recursos naturais, aos rios e mata que ainda é predominante na ilha, demonstrando que apesar das mudanças, inerente a qualquer contexto social, seu desenvolvimento esteja conectado a uma relação mais harmoniosa com o meio ambiente. Assim, este trabalho, que é um estudo antropológico de caráter qualitativo, com base na etnografia, com realização de trabalho de campo, conversas informais e entrevistas semiestruturadas complementando o método da observação participante, aborda a identidade e o sentimento de pertença ligados ao modo de vida ribeirinha da comunidade Igarapé do Combu, da Ilha do Combu, que são construídos ao longo do tempo, a partir da dinâmica dessa população com esse lugar, onde há uma dinâmica social *ribeirinha* diferenciada dos vizinhos moradores da área urbana.

Palavras-Chave: Ribeirinhos; Identidade; pertencimento; Ilha do Combu.

ABSTRACT

The city of Belém, like all urban centers, is always growing and modernizing, but not every locality follows the logic of "modernity". Despite the population growth of Combu Island and its proximity to the urban area of Belém, the riverside communities remain with their everyday reality linked to environment and its natural resources, rivers and forest that is still predominant on the island, demonstrating that despite changes, inherent in any social context, their development is connected to a more harmonious relationship with the environment. Thus, this work, which is a qualitative anthropological study, based on ethnography, with field work, informal conversations and semi-structured interviews complementing the participant observation method, is about identity and belonging related to the Igarapé do Combu community riverside way of life, in Combu Island, which are developed over time, from the dynamics of this population with this place, where there is a riverine social dynamic differentiated from the neighbors living in the urban area.

Keywords: Riverside; Identity; Belonging; Combu Island.

LISTA DE ABREVIATURAS E SIGLAS

UFPA – Universidade Federal do Pará

MPEG – Museu Paraense Emílio Goeldi

PIBIC - Programa Institucional De Bolsas De Iniciação Científica

RENAS – Recursos Naturais e Antropologia Social

APA – Área de Proteção Ambiental

UC - Unidades de Conservação

POEMA - Programa Pobreza e Meio Ambiente na Amazônia

TCC - Trabalho de Conclusão de Curso

DAMOS - Distrito Administrativo de Mosqueiro

DAOUT - Distrito Administrativo de Outeiro

IDESP - Instituto de Desenvolvimento Econômico, Social e Ambiental do Pará

RESEX - Reserva Extrativista

SEMAS - Secretaria de Meio Ambiente e Sustentabilidade

ONG - Organizações Não-Governamentais

OSCIP - Organização da Sociedade Civil de Interesse Público

SEMAS - Secretaria de Estado de Meio Ambiente e Sustentabilidade

UP - Unidade Pedagógica

USF - Unidade de Saúde da Família

ACS - Agentes Comunitárias de Saúde

SUMÁRIO

INTRODUÇÃO	9
CAPÍTULO 1 – A PESQUISA E O CAMPO: REFLEXÕES ANTROPOLÓGICAS	16
1.1 Considerações teórico-metodológicas	16
1.2 Etnografia, trabalho de campo e a Antropologia Reflexiva	23
1.3 Pensando o lócus da pesquisa	28
1.4 Relação entre sujeitos: os interlocutores e meu lugar de fala	34
CAPÍTULO 2 – NAVEGANDO PELA ILHA DO COMBU	43
2.1 A ilha do Combu	43
2.2 Um breve relato da história da ilha.....	56
2.3 A Área de Proteção Ambiental da Ilha do Combu	64
2.4 A Comunidade Igarapé do Combu	73
2.4.1 Descrição geral da comunidade.....	73
2.4.2 Atividades econômicas	81
2.4.3 A comunidade e o rio.....	87
2.4.4 A comunidade e o trapiche	90
2.4.5 A comunidade e a mata	95
2.4.6 A comunidade e o turismo.....	99
CAPÍTULO 3 – REFLETINDO SOBRE POPULAÇÕES TRADICIONAIS	103
3.1 Alguns conceitos e definições	103
3.2 Rural X Urbano	110
3.3 Os ribeirinhos e a ribeirinidade	119
CAPÍTULO 4 – IDENTIDADE E PERTENÇA NA ILHA DO COMBU	127
4.1 Ensaio sobre o modo de vida ribeirinho e sua proximidade com Belém	127
4.2 “Aqui é o meu lugar”: pertencimento e o viver na comunidade	135
4.3 Delineando a identidade ribeirinha local	149
CONSIDERAÇÕES FINAIS	158
REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS	161

INTRODUÇÃO

O Brasil é formado por uma grande diversidade sociocultural, cada qual com as suas particularidades, características, identidades e territorialidades, sendo importante considerar e analisar cada caso particular dessas populações e sua relação com seus lugares onde produzem o seu viver. Para compreender a localidade que me propus estudar é importante perceber a qual contexto maior que esta está relacionada. Tal tarefa, entretanto, não deve ser encarada como simples, haja vista o complexo debate que envolve.

Há muitas pesquisas que se propõem a estudar “pequenas” populações que não estão localizadas no meio urbano, e apesar de existir um grande debate sobre a temática, principalmente na Antropologia, este não se encerra.

Esse grande leque de grupos humanos costuma ser agrupado sob diversas categorias – “populações”, “comunidades”, “povos”, “sociedades”, “culturas” – cada uma das quais tende a ser acompanhada por um dos seguintes adjetivos: “tradicionais”, “autóctones”, “rurais”, “locais”, “residentes” [nas áreas protegidas] (LITTLE, 2002, p 2).

Cada um dos arranjos feitos a partir destas categorias traz consigo diferenças, inclusive dentro de um mesmo segmento, por isso é necessário refletir sobre tais classificações. Sendo assim, um determinado grupo social não deve ser encarado como idêntico a outro, por mais que ambos sejam enquadrados em uma mesma classificação por determinado autor, ou seja, uma comunidade quilombola pode apresentar inúmeras diferenças de outra situada numa diferente localidade, assim como uma comunidade ribeirinha de Belém pode ter suas particularidades com relação a outras da mesma cidade, estado ou de outras regiões do Brasil.

É nesse cenário que este trabalho está inserido, tendo como palco a Ilha do Combu que faz parte de um conjunto de ilhas no entorno de Belém. Sua escolha ocorreu devido a proximidade de uma realidade ribeirinha de uma área urbana. Outro elemento importante que influenciou a escolha desta ilha em particular, dentre as outras que compõem a mesma área insular, foi a viabilidade de acesso a comunidade pela proximidade e através de uma professora e pesquisadora do *Grupo de Pesquisa Estudos de Populações Tradicionais Haliêuticas (EPHal-RENAS)* que frequenta a comunidade Igarapé do Combu.

Desde agosto de 2010 venho desenvolvendo pesquisas na comunidade Igarapé do Combu no âmbito do Grupo RENAS vinculada aos projetos “Populações Tradicionais Haliêuticas-Impactos Antrópicos, Uso e Gestão da Biodiversidade em Comunidades Ribeirinhas e Costeiras da Amazônia Brasileira (RENAS)” e “Água, Saúde e Qualidade de vida em Territórios de Reservas Extrativistas Marinhas do Litoral do Estado do Pará Região do Nordeste Paraense” da Coordenação de Ciências Humanas do Museu Paraense Emílio Goeldi e orientada pela Dra. Lourdes Gonçalves Furtado, através da bolsa de Iniciação Científica (PIBIC/CNPq), no período de 2010 a 2014, experiência na qual resultou no meu Trabalho de Conclusão de Curso.

Desde que entrei no curso de Ciências Sociais da Universidade Federal do Pará meu interesse sobre a relação do ser humano com seu meio ambiente aumentou cada vez mais, principalmente diante do crescente e complexo debate sobre a ação da população humana na natureza, em grande parte preocupante. Pude avançar na compreensão deste debate com minha participação no ano de 2009, ano que ingressei na UFPA, a partir da experiência de extensão sobre educação ambiental¹ com a professora Denise Cardoso. Então iniciei e fui aprofundando a reflexão, e de maneira mais abrangente, sobre o tema, mais ainda com a iniciação científica em Antropologia no Museu Paraense Emílio Goeldi. Então, segui na academia me aprofundando nos estudos sobre o mundo das águas.

Minha experiência de Iniciação Científica começou através de uma pesquisa bibliográfica sobre obras de Henry Bates e Alexandre Rodrigues Ferreira, naturalistas e viajantes pela Amazônia no século XIX, onde tinha como objetivo compreender como tais autores retratavam as populações tradicionais por onde passaram, como seu comportamento, modo de viver, relação com meio aquático, com enfoque para a relação das comunidades ribeirinhas com o ambiente onde vivem, a natureza amazônica.

Com a renovação da bolsa pesquisei sobre a relação homem-natureza presente na Ilha do Combu, buscando entender a relação desses ribeirinhos com o meio ambiente que os cercam, tendo como enfoque a relação com o meio aquático. No ano seguinte estudei a transmissão geracional do contexto social da comunidade do Igarapé do Combu, tendo a educação familiar como foco para visualizar como essa comunidade transmite seu saber tradicional para as

¹ Projeto Pró-Docência que era voltado para a conscientização social da importância da sustentabilidade como solução para o problema do comportamento em relação ao meio ambiente da nossa sociedade. Compreende a iniciação da prática da docência voltado para esta temática. Se propôs a contribuir para a formação de licenciandos, numa perspectiva cidadã, um profissional com sensibilidade socioambiental.

crianças e jovens fora do ambiente escolar, dando assim continuidade aos costumes locais. O enfoque dado na pesquisa foi o processo de extração do Açaí, a principal atividade econômica da ilha, e a divisão dos papéis sociais presente na mesma, que após a apresentação, através do relatório final e apresentação oral, ao CNPq foi escolhido como um dos três “Trabalhos premiados no XX Seminário do PIBIC” do Museu Paraense Emílio Goeldi.

Em seguida refleti sobre o trapiche como espaço de socialização e sociabilidade na mesma ilha, onde analisei o uso do espaço do trapiche pelas famílias ribeirinhas locais, vendo qual a importância do trapiche na comunidade, e como esse espaço contribui para o fortalecimento dos laços comunitários. E por último busquei refletir sobre o papel da educação formal na cultura local da comunidade da Ilha do Combu, possibilitando a compreensão da importância da escola nesse contexto ribeirinho, pesquisa essa que não se finalizou devido à conclusão da graduação.

Belém possui uma grande área insular, sendo assim, estudos específicos como este sobre as ilhas são importantes: a) para um maior conhecimento sobre a área insular de Belém; b) produção dados específicos sobre a mesma; c) inteirar-se de informações sobre a realidade particular de cada território; d) expandir a compreensão acerca de comunidades ribeirinhas em regiões metropolitanas; e e) contribuir para a produção de conhecimento sobre populações amazônicas.

Um fato que percebi no início de minhas pesquisas sobre Ilha do Combu, ainda no PIBIC, que vale ressaltar é a concentração das pesquisas sobre essa região estão voltadas mais para as ilhas mais urbanizadas de Belém, relegando as ilhas menores e/ou menos populosas a certo cenário de invisibilidade. É muito importante que se tenha mais estudos sociológicos e antropológicos sobre essa grande região de ilhas e suas populações.

Não se pode negar o grande número de pessoas que vivem nas ilhas de Belém, mesmo nas ilhas menos povoadas, em comparação a ilhas maiores e mais conhecidas como, por exemplo, Ilha de Mosqueiro, Ilha de Caratateua (Outeiro) e Ilha de Cotijuba, e que tendem a crescer cada vez mais, o que juntamente com a proximidade de uma área urbana possibilita grandes influências e mudanças em seu modo de vida. Vale ressaltar o fato de que a ilha em questão é uma Área de Proteção Ambiental, fato que torna esta pesquisa ainda mais necessária.

Na busca de dados estatísticos² oficiais sobre a ilha e mapas com informações sobre essa área, percebe-se que há pouquíssimas informações e dados específicos sobre a área insular de Belém, ao menos de fácil acesso, pois os dados mais detalhados se concentram sobre a porção urbana da cidade³. Tal carência de informações é prejudicial na elaboração de políticas públicas e ações que visem o desenvolvimento local e qualidade de vida de maneira mais coesa com tal realidade.

Muitas pesquisas sobre comunidades ribeirinhas foram, e ainda são, feitas por todo o Pará, e fora deste, e muitas delas são referente a comunidades relativamente distantes da capital. O Projeto RENAS vem há muitos anos estudando os *povos das águas* em diversos lugares, tendo concentração no nordeste paraense, principalmente Curuçá. Porém, acredito ser importante expandir a área de atuação, nesse caso especialmente com relação à área insular de Belém. Diante disso este trabalho visa contribuir na investigação sobre os aspectos que moldam o modo de viver ribeirinho da Ilha do Combu.

Compreender o cotidiano dos moradores da Ilha do Combu se faz importante por este exercer na vida do indivíduo a qualidade de dar forma, direção e rumo para essa vivência diária, naquele local específico. Nesse sentido, percebe-se que a vida cotidiana particular dos ribeirinhos, nas relações estabelecidas em seu território, e com este, produz e reproduz um viver diferenciado dos seus “vizinhos”. Através do meio em que vivem as suas relações se humanizam e constroem sua própria cultura que os identifica como ribeirinhos que vive a beira dos rios da Amazônia, que tentam preservar seu modo de vida, mesmo com as mudanças.

É também essencial entender esse *viver ribeirinho* não a partir de uma visão idílica, pois apesar da grande satisfação desta população em morar na Ilha do Combu, e mesmo sendo esta muito próxima das sedes administrativas governamentais, a mesma não é muito assistida no que se refere aos direitos básicos, tendendo a aumentar os problemas relacionados aos direitos básicos de todo cidadão, como saúde e educação, por exemplo, principalmente devido ao aumento populacional e baixa renda das famílias. Diante disso é indispensável conhecer os problemas e as dificuldades pelos quais os ribeirinhos do Combu vivem cotidianamente.

² No IBGE, onde o acesso pode ser online.

³ Todas as ilhas da área insular estão agrupadas na categoria área rural de Belém, e todos os dados que aparecem estão aglomerados numa coisa só.

Este estudo antropológico, a partir de uma ciência interpretativa, busca significados para chegar a conclusões mais próximas da realidade possibilitando a compreensão de aspectos de uma cultura particular vivenciada e partilhada pelos moradores da Ilha do Combu. Ter a noção de cultura como uma teia (GEERTZ, 2008) é essencial, pois os elementos que compõem o viver na ilha não estão isolados, estão interligados entre si nas dinâmicas sociais do local, estando conectado também com outros contextos exteriores, como por exemplo as dinâmicas com área urbana de Belém e outras ilhas em seu entorno.

Tal localidade está inserida no contexto das *populações tradicionais*, que por sua vez abrangem vários segmentos, tais como, pescadores, ribeirinhos, quilombolas, indígenas, extrativistas, entre outras. Diante de todo debate acerca dessa definição, há, mais adiante, um capítulo para refletir sobre a questão, pois a pesquisa trata da categoria *ribeirinho* a qual está inclusa na noção de *população tradicional*.

A Amazônia e os povos que aqui habitam há muito tempo são alvos de interesse de pesquisas, desde os viajantes naturalistas até os dias atuais, das mais variadas áreas de estudo. A Antropologia se faz muito presente na produção acadêmica do contexto amazônico, seja rural ou urbano, e suas diversas temáticas e problemáticas, sendo as populações ribeirinhas um dos grupos característicos que povoam essa região.

O objeto deste estudo é a identidade e o sentimento de pertença ligado ao modo de vida ribeirinha de uma das comunidades que compõem a Ilha do Combu, um local que quando Belém estava se urbanizando era somente formada por seus rios e matas, onde mais tarde pessoas vindo de várias localidades chegaram e encontraram a natureza como anfitriã, ainda preservada, sendo então escolhida como destino por essas famílias que aos poucos foram fazendo desse seu lar, e, assim, construindo ao longo do tempo, a partir de sua dinâmica com esse território, sua cultura própria e sua identidade.

Não é viável descobrir com exatidão o que levou os primeiros habitantes da ilha se estabelecerem na mesma, e nem é este o objetivo aqui, entretanto foi feito um breve relato histórico com as informações encontradas para, ao menos, se ter uma ideia. Desde então, tais famílias consolidaram este espaço como seu lugar, e das próximas gerações que hoje lá se encontram, demonstrando um grande vínculo afetivo com a ilha. Busquei, então, compreender como se estabelece, nos dias de hoje, a relação desses habitantes com seu território e a identidade que construíram no mesmo. Pois os que fizeram desta ilha seu lar deixaram “um

legado sócio-cultural para as populações contemporâneas em termos de manejo ambiental, hábitos alimentares, relação entre mundo terrestre e mundo aquático e um *modus vivendi* particular de uma área como a Amazônia” (FURTADO E SOUZA, 2006, p 164).

Apesar do crescimento populacional na ilha e sua proximidade com a área urbana, as comunidades ribeirinhas permanecem com sua realidade cotidiana ligada à natureza e seus recursos naturais, aos rios e mata que ainda é predominante na ilha, demonstrando que apesar das mudanças, pelas quais toda cultura passa, seu desenvolvimento esteja ligado à uma relação mais harmoniosa com o meio ambiente. Isso não se garante pelo simples fato do Combu ser uma APA, pois se percebe a falta de fiscalização, fraca gestão e não participação da população local como um todo. Isso se mantém pela própria dinâmica social que foi construída por esses ribeirinhos com esse território, que se desenvolveu e continua se desenvolvendo de maneira diferenciada dos vizinhos moradores da área urbana.

Muitas pesquisas sobre populações ribeirinhas na Amazônia, sobre seu desenvolvimento e mudanças, assim como da influência da “modernidade” e do contato com o urbano nesse processo, são realizadas em comunidades relativamente distantes da capital, e/ou que já possuem certo grau de urbanização⁴, como já mencionado. Assim, me indaguei: e as ilhas da área insular de Belém? Como vivem as comunidades ribeirinhas tão próximas da área urbana?

Ao navegar pelas águas que circundam Belém já é visível à primeira vista uma paisagem diferente na parte insular, porém isso não é o suficiente. Assim, o problema que está orientando a pesquisa é “como vivem os ribeirinhos da Ilha do Combu? Quais os elementos moldam a identidade? E como se dá o sentimento de pertença local?”, tendo como lócus de pesquisa a comunidade Igarapé do Combu localizada na Ilha do Combu.

Quando se pensa em uma cidade, como no caso de Belém, é um erro pensá-la de maneira homogênea. Por mais que seus habitantes partilhem de um mesmo conjunto de elementos semelhantes, costumes, símbolos e significados, que os unem e formam o contexto sócio-cultural de uma cidade, há também variados grupos sociais e espaços dessemelhantes que coexistem moldando este complexo cenário. Neste sentido, este estudo visou fazer pesquisar

⁴ É um desafio qualificar o que urbano e o que é rural hoje em dia, não havendo um sentido “puro” para ambos, haja vista que ambas as realidades se mesclam. Porém, aqui se entende como locais mais urbanizados, de maneira simples e objetiva, onde há a presença de estradas, mesmo que de terra, e um grande aglomerado de casas e pessoas. Tal discussão será aprofundada no capítulo 2 da dissertação, a partir de autores como Henri Lefebvre (1973), Georg Simmel e Otávio Guilherme Velho (1979), Milton Santos (1982), entre outros.

sobre o viver ribeirinho dos “combuenses”⁵, que compartilham o mesmo Rio Guamá com a Belém continental, e que se estabeleceram, e permanecem, em comunidades que vivem às margens das águas.

Busquei identificar os principais elementos da vida da população local em seu cotidiano, possibilitando compreender sua identidade ribeirinha e sentimento de pertença, e assim perceber sua percepção local sobre qualidade de vida. Procurei, então, entender os motivos pelos quais se estabelecem na Ilha do Combu e porque gostam de morar na mesma, mas também perceber o lado negativo, ou seja, as dificuldades enfrentadas pela população local, enfim, compreender os vínculos que estes ilhéus têm para com seu território.

No primeiro capítulo exponho reflexões antropológicas concernentes à pesquisa que foi realizada, como a antropologia reflexiva, a etnografia, o trabalho de campo e os sujeitos sobre os quais a pesquisa trata. Decidi colocar um capítulo para essas reflexões por achá-las fundamentais no empreendimento de uma pesquisa, pois muito se perde quando é resumido na introdução, se limitando a expor objetivamente a metodologia da pesquisa.

No segundo capítulo faço uma apresentação mais geral da região insular de Belém, da Ilha do Combu, contando um pouco da sua história, de como foi o início da formação da população ribeirinha desta, de onde vieram, porque vieram, porque ficaram, enfim, mostrar alguns pontos importantes do início desse viver ribeirinho. Apresento também o processo de criação da APA da Ilha do Combu, debatendo um pouco sobre a mobilização local desse período, localizo as comunidades onde se encontra a população local, e por fim, apresento a comunidade Igarapé do Combu que foi a comunidade escolhida para a realização da pesquisa.

O capítulo três é onde discuto sobre a noção de populações tradicionais, apresentando alguns conceitos e definições que as envolvem, assim como realizo uma breve problematização sobre o rural e urbano, para contextualizar as duas realidades em relação, que são parte da pesquisa, ou seja, a Ilha do Combu como um contexto rural, enquanto a Belém continental é urbana. Também é debatido sobre a categoria foco da pesquisa, *ribeirinho*, e a ribeiridade a ela associada, fundamental para a compreensão da identidade e pertença local.

No último capítulo adentro a questão da identidade e pertencimento presentes na comunidade ribeirinha Igarapé do Combu, tratando sobre seu cotidiano e sua relação com a Belém

⁵ Termo utilizado pela população local para designar quem nasceu na ilha, mesmo que hoje em dia o parto em si ocorra na Belém continental. Esta questão será melhor tratada no capítulo IV da dissertação ao ser discutido sobre a identidade ribeirinha da Ilha do Combu.

continental. Demonstro minha compreensão e análise sobre o vínculo desses ribeirinhos com seu lugar, mostrando porque gostam de morar na ilha e quais as dificuldades que enfrentam, e, por fim, destaco os principais elementos definidores de sua identidade ribeirinha.

CAPÍTULO 1 – A PESQUISA E O CAMPO: REFLEXÕES ANTROPOLÓGICAS

1.1 CONSIDERAÇÕES TEÓRICO-METODOLÓGICAS

Para captar os principais aspectos da vida ribeirinha da Ilha do Combu foi realizado o que é característico para os praticantes da antropologia, ou seja, uma etnografia, que, como aponta Geertz (2008), é um empreendimento que exige um esforço intelectual para uma descrição densa. É importante estar ciente da diferença entre a descrição simples, superficial, e a descrição densa propriamente dita. Esta última vai muito mais além do que simplesmente discorrer sobre fatos observados ou uma história contada, mesmo que estas sejam descritas com riquezas de detalhes. Para tanto é importante realizar trabalho de campo, conhecer o local e estabelecer uma relação com os “nativos”.

Nas pesquisas das Ciências Sociais, a Antropologia principalmente, e focando nesta, sempre se discute o trabalho de campo e sua importância no empreendimento científico e produção de conhecimento. Vários elementos referentes ao trabalho de campo, desde seu planejamento, passando pela execução e chegando ao produto final oriundo do mesmo, perpassam por questões metodológicas e teóricas.

Há vários elementos que envolvem o campo. Nesta pesquisa foi realizado o método da observação participante, com realização de entrevistas formais e informais, que também se mostram como uma rica fonte de dados e informações sobre o objeto/sujeito da pesquisa, que, como aponta Costa (1987), “a observação direta participante e continuada, incluindo a conversa e a entrevista informais, é a técnica mais adequada para a captação de acontecimentos, práticas e narrativas”. Outro elemento muito importante são os registros fotográficos, o que permite ao leitor conhecer melhor a realidade estudada, assim como se torna possível visualizar melhor o que está sendo exposto.

Como pesquisei a dinâmica social com relação a margem do rio, estar na comunidade várias vezes, muitas delas sem ter como objetivo central a pesquisa, foi importante. Não considero tanto quando o motivo foi o lazer, apesar de que ainda assim continuamos com os olhares atentos à nossa volta, já que não deixamos de ser antropólogos quando não estamos praticando o ofício. Mas me refiro ao convívio continuado com ribeirinhos da comunidade, principalmente no que se refere à Sala de Leitura, que possibilita esse contato com mais frequência, interagindo com eles, seja nas atividades específicas desse projeto de incentivo a leitura, assim como também datas festivas que contam com a presença de muito mais ribeirinhos, possibilitando um contato mais amplo.

Como por exemplo, a comemoração com relação ao círio em outubro de 2015, que foi planejada também por eles uma festa, numa casa onde possuíam aparelhagem e campo de futebol, como pode ser visto na fotografia 1, que mostra a faixa de divulgação da festa. Tal festa mesclava o lazer de final de semana dos ribeirinhos, com atividade da Sala de leitura. É nesse sentido, basicamente, que envolveu minha participação com a vida ribeirinha local, desde 2011, além das visitas ao seu Careca durante a semana, quando normalmente o seu bar/restaurante não está funcionando, inclusive chegando a dormir em sua casa para passar mais tempo na ilha.

Fotografia 1. Cartaz de divulgação da festa no mês do círio, no Igarapé do Combu.



Foto: Thainá Guedelha Nunes, 2015.

A etnografia está baseada, completamente, ou no mínimo em parte, na observação direta participante, e apesar das problematizações que surgiram, e ainda surgem, este elemento tem uma longa carreira nas Ciências Sociais, pois, na sua essência, toda pesquisa social é uma

forma de observação participante, haja vista que não podemos estudar o mundo social sem fazer parte dele de alguma forma. De acordo com Atkinson e Hammersley (2000) apesar da definição de observação participante ter sido menos controversa não é uma tarefa fácil fixar seu significado, e a cada momento novas questões são colocadas para se refletir tal conceito, sendo comumente encontrada uma simples dicotomia entre observação participante ou não participante na construção dos métodos e técnicas de uma pesquisa. Considerando que há diversos elementos a considerar, expõem uma tipologia que caracterizaram como as mais utilizadas: 1- observador completo; 2- observador como participante; 3- participante como observador; e 4- Participante completo.

Esta tipologia serve como tipos ideais para que o pesquisador reflita qual o seu “lugar” na pesquisa, ou seja, de onde este fala, a partir da construção do seu objeto de estudo e qual temática está sendo abordada. Pode ser uma pesquisa biográfica; autobiográfica; sobre uma cultura diferente da sua, como populações indígenas, por exemplo; a antropologia urbana te possibilita estudar a sua própria sociedade; ou grupos presentes no mesmo contexto social que o pesquisador, podendo este pertencer ou não ao grupo. Isto é, há uma diversidade de questões a ser considerada na pesquisa e quais “tipos” ou “níveis” de observação serão utilizados, dependendo de como o pesquisador vai fazer parte do seu campo.

Atkinson e Hammersley (2000, p 249) expressam que “participant observation is not a particular research technique but a mode of being-in-the-world characteristic of researchers”, ou como reflete Clifford (1998, p 20) “a observação participante obriga seus praticantes a experimentar tanto em termos físicos quanto intelectuais, as vicissitudes da tradução”. A aproximação com o campo e o nível de participação é diferenciada em cada pesquisa, e por quem está pesquisando, sendo assim, sobre essa questão considero que esta pesquisa esteja mais próximo do item 2 da classificação acima.

Estar em campo interagindo com moradores locais gera relações entre o pesquisador e aqueles indivíduos, sendo que normalmente há aqueles que Costa (1987) chama de informantes privilegiados, que é alguém com quem se mantém um relacionamento mais frequente do que com outros, muitas vezes este sendo uma espécie de guia lhe possibilitando uma aproximação maior com o local e com outras pessoas. Na comunidade Igarapé do Combu, onde venho pesquisando há algum tempo, já há alguns moradores com quem tenho contato, somando-se aos contatos relacionados à Sala de Leitura coordenada pela Dra. Denize Adrião que frequenta a ilha e mantém uma relação próxima com vários moradores.

Em minha pesquisa busquei evidenciar não somente a minha percepção desse universo ribeirinho, dos elementos que compõem seu viver e a formação da sua identidade, mas também como eles mesmos se veem, veem uns aos outros e de que maneira percebem a realidade que os cerca. Não basta pontuar e descrever o que observei e analisei de seu modo de vida e identidade, pois, como ressalta Geertz (1998), é importante dar voz “à sua própria concepção do ‘eu’”.

É importante considerar a autoridade dos interlocutores, que são os que vivenciam aquele contexto cultural, fazendo com que sua presença também apareça no texto, juntamente com o autor. Sendo que a autoridade do antropólogo se baseia na análise dos dados observados e informados, a partir de sua habilidade e experiência de um profissional treinado, pois muitos elementos não são obtidos diretamente no discurso, e sim na prática.

Cabe então ao pesquisador, para além de formular sua experiência etnográfica eficazmente, elaborar sua escrita etnográfica, representando a autoridade dos informantes locais e sua, demonstrando que “esteve lá”.

Nessa pesquisa serão adotadas as três etapas sugeridas por Oliveira (2000, p 18) que são os aspectos cognitivos: “olhar, ouvir e escrever” que podem parecer algo trivial, algo subentendido, porém, justamente por isso, precisam ser problematizados, pois é com os detalhes que envolvem estes três atos que construímos nosso saber.

A primeira etapa é o *olhar* que Oliveira (2000) acredita ser a primeira experiência no trabalho de campo, vai além que simplesmente ver o que acontece no local, o pesquisador tem que saber o que olhar, a maneira de olhar, enxergar tudo que está por trás do que se está observando, prestar atenção aos detalhes para captar os significados, o que seria despercebido por olhares destreinados, ou seja, o olhar tem que ser domesticado e disciplinado. Porém, para determinados objetivos olhar não é o suficiente para compreender as relações sociais, sendo então necessário ouvir, e mais importante que isso, saber ouvir.

O ouvir treinado é tão importante quanto o olhar, pois “ambas complementam-se e servem para o pesquisador como duas muletas – que não nos percamos com essa metáfora tão negativa – que lhe permitem caminhar, ainda que tropeçante, na estrada do conhecimento” (OLIVEIRA, 2000, p 21).

Essa caminhada não é uma tarefa fácil, por mais bem planejada que seja a pesquisa, a prática do trabalho de campo está sempre sujeita a imprevistos e dificuldades, tendo o pesquisador

que estar preparado para superá-los, e por isso este profissional precisa estar disciplinado, sendo este parte da segunda etapa. Além de ver, ouvir, há necessidade de explicações que podem ser fornecidas pelos nativos através da entrevista, pois, por exemplo, se for estudar um ritual, possivelmente vários elementos daquela ação fujam à compreensão do pesquisador.

Depois do ver e ouvir, que são os primeiros atos cognitivos do trabalho de campo, “é seguramente, no ato de escrever, portanto na configuração final do produto desse trabalho, que a questão do conhecimento torna-se tanto ou mais crítica” (OLIVEIRA, 2000, p 25) que caracteriza a terceira etapa. Remete-se, aqui, às etapas de investigação empírica de Geertz (2008), 1ª) o estar lá, o que também é discutido por Clifford (1998); e 2ª) o estar aqui, encaixando o olhar e o ouvir na primeira e o escrever na segunda.

Escrever, que é um ato simultâneo ao de pensar, é a textualização de uma cultura, é uma interpretação que está balizada por categorias e conceitos constitutivos da disciplina, sendo um empreendimento complexo, como ressalta Peirano (2014, p 386) “é preciso colocar no texto– em palavras sequenciais [...] – o que foi ação vivida. Este talvez seja um dos maiores desafios da etnografia – e não há receitas preestabelecidas de como fazê-lo”. O texto etnográfico é a articulação entre o trabalho de campo e a construção do texto, havendo diferentes tipos de trabalho, ou seja, diferentes modos de escrever, cada pesquisador com seu estilo, o autor compreendendo que:

Na elaboração de uma boa narrativa, o pesquisador, de posse de suas observações devidamente organizadas, inicia o processo de textualização – uma vez que essa não é apenas uma forma escrita de simples exposição, pois há também a forma oral -, concomitantemente ao processo de produção de conhecimento. Não obstante, sendo o ato de escrever um ato igualmente cognitivo, esse ato tende a ser repetido quantas vezes for necessário; portanto, ele é escrito e reescrito repetidamente, não apenas para aperfeiçoar o texto do ponto de vista formal, quanto do ponto de vista para melhorar a veracidade das descrições e da narrativa, aprofundar a análise e consolidar argumentos (OLIVEIRA, 2000, p 32).

Devemos entender a prática dos que fazem ciência, e dessa ciência, a antropologia, fazem etnografia, definida por Geertz (2008) como uma descrição densa, sendo importante prestar atenção na diferenciação entre o que é descrição simples e o que é a descrição densa. Ele mostra exemplos onde há apenas um relato sobre acontecimentos, como seu exemplo mais clássico que são as piscadelas entre alguns garotos, isso é uma simples descrição, relato dos atos, por mais bem detalhada que seja.

Porém a observação dos detalhes desses atos aliados com a interpretação fornece as bases para assim se constituir a análise antropológica como forma de conhecimento, então “a

análise é, portanto, escolher entre as estruturas de significação [...] e determinar sua base social e sua importância” (GEERTZ, 2008, p 7). O autor elenca três características da descrição etnográfica: 1) é interpretativa; 2) interpreta o fluxo do discurso social e o deixa registrado, e assim, pesquisável; 3) É microscópica.

Algo fundamental que envolve a prática etnográfica é a teoria, que nos proporciona conhecimento e aprendizagem em nossa profissão. Entretanto, vale ressaltar a importância de não chegar ao campo com os conceitos prontos e fechados a fim apenas de que os dados se encaixem perfeitamente naquilo que foi pré-concebido. Deve-se constantemente, durante o processo de pesquisa, estabelecer o diálogo da teoria com o empírico, ou seja, os autores irão auxiliar a compreender, refletir e analisar a realidade do seu lócus de pesquisa. Assim,

Nossa dupla tarefa é descobrir as estruturas conceptuais que informam os atos dos nossos sujeitos, o dito no discurso social, e construir um sistema de análise em cujos termos o que é genérico a essas estruturas, o que pertence a elas porque são o que são, se destacam contra outros determinantes do comportamento humano. Em etnografia, o dever da teoria é fornecer um vocabulário no qual possa ser expresso o que o ato simbólico tem a dizer sobre ele mesmo – isto é, sobre o papel da cultura na vida humana. (GEERTZ, 2008, p 19)

Algo importante a se considerar nessa questão é a reflexão atual da etnografia não mais ser concebida somente enquanto um método utilizado principalmente pela antropologia, a parte empírica de uma pesquisa onde há o trabalho de campo, marcando uma separação, ou mesmo uma oposição, entre teoria e prática. Mariza Peirano traz uma fundamental colaboração para o debate sobre a etnografia enquanto uma experiência vivida pelo profissional da área fazendo com que esta também produza e seja teoria. Para a autora:

A (boa) etnografia de inspiração antropológica não é apenas uma metodologia e/ou uma prática de pesquisa, mas a própria teoria vivida. Uma referência teórica não apenas informa a pesquisa, mas é o par inseparável da etnografia. É o diálogo íntimo entre ambas, teoria e etnografia, que cria as condições indispensáveis para a renovação e sofisticação da disciplina - a “eterna juventude” de que falou Weber. No fazer etnográfico, a teoria está, assim, de maneira óbvia, em ação, emaranhada nas evidências empíricas e nos nossos dados. Mais: a união da etnografia e da teoria não se manifesta apenas no exercício monográfico. Ela está presente no dia-a-dia acadêmico, em sala de aula, nas trocas entre professor e aluno, nos debates com colegas e pares, e, especialmente, na transformação em “fatos etnográficos” de eventos dos quais participamos ou que observamos. Desta perspectiva, etnografia não é apenas um método, mas uma forma de ver e ouvir, uma maneira de interpretar, uma perspectiva analítica, a própria teoria em ação. (PEIRANO, 2008, p 3).

A empiria antes era tida apenas como uma ação desassociada da teoria, muitas vezes ainda sendo vista como menos importante do que a abstração teórica. Porém como poderia a teoria

se aperfeiçoar ao longo do tempo sem a verificação de como a mesma está ocorrendo na realidade social? O social está em constante mudança, o que, com o passar do tempo, produz sempre novos dados a serem analisados e assim acrescentando mais elementos às teorias ou fazendo surgir novas teorias, e, então, “com as novas experiências de campo, resultando em uma invariável bricolagem intelectual” (PEIRANO, 2014, p 381).

Para Peirano (2014, p 383-385) etnografia é teoria também, pois é vivendo a realidade estudada, estando em campo, que faz com que surjam vários questionamentos e indagações que instigam a investigação e aprofundem a análise, pois a etnografia faz “parte do empreendimento teórico da antropologia”. A monografia é o fruto desse empreendimento, porém não são somente resultados finalizados sendo expostos para os leitores, são “formulações teórico-etnográficas” que poderão colaborar para pesquisas futuras, contribuindo para as teorias e avançando no debate sobre o tema abordado.

Nas Ciências Sociais, dando mais enfoque na Antropologia que é minha área de concentração, na pós-graduação, percebo o quanto é importante não apenas os dados e sua análise, mas também todo o processo da pesquisa, haja vista de que todas as fases influenciam nos resultados e análises que serão apresentados. E acredito que ler monografias com os detalhes que apresentam sobre a pesquisa contribui também para o processo de aprendizagem dessa última, e nada fácil, etapa que é colocar na forma escrita todo empreendimento antropológico.

Então, para além de apenas apresentar a metodologia que envolve essa pesquisa, acho interessante quando a monografia te faz pensar os detalhes do seu processo, inclusive os momentos que precedem a análise dos dados em si. Pensando nisso, decidi fazer este capítulo. Espero que a vivência que essa pesquisa me proporcionou também possibilite questionamentos, indagações e percepções interessantes que venham a contribuir com quem por ventura leia esse trabalho.

Que a contribuição também seja no sentido de um maior conhecimento de populações que moram em ilhas, principalmente no que se refere a área insular de Belém, e sobre uma ruralidade em “confronto” com o urbano enquanto uma predileção do primeiro sobre o segundo, para algumas pessoas.

Assim, nessa pesquisa a principal categoria de análise é a *ribeiridade* enquanto “expressão de um modo de viver dos grupos sociais localizados à margem de mananciais aquáticos, de onde emanam os elementos materiais, imateriais e simbólicos que configuram o modo de vida

desses grupos” (NETO e FURTADO, 2015, p 159), tendo o rio como elemento fundamental de sua organização social.

A partir da relação homem/natureza tal categoria permite a compreensão do *ser ribeirinho* que vai muito além do simples fato de estar na beira de um rio. Outros elementos que complementam tal categoria para esse estudo são os conceitos de lugar, território, identidade e pertença, o que possibilita sua instrumentalização na unidade de análise que são os moradores da comunidade Igarapé do Combu.

1.2 Etnografia, Trabalho de Campo e a Antropologia Reflexiva

A antropologia, assim como as Ciências Sociais de maneira geral, por muito tempo esteve discutindo e construindo seu caráter científico, com a definição de métodos, construção dos objetos de estudo, as teorias fundamentais para a análise e todo um conjunto de aspectos que norteiam e moldam a pesquisa antropológica. Porém, ao longo do tempo, outros elementos foram inseridos para refletir sobre a antropologia, como as experiências vivenciadas pelo pesquisador no campo e as emoções vividas nesse contexto.

Diferentemente do que ocorre nas outras ciências, o antropólogo tem como objeto indivíduos sociais assim como ele mesmo, com os quais vem a estabelecer contato em vários momentos, dependendo de cada pesquisa. Independente de quanto tempo se passe convivendo e mantendo contato com o campo e seus “nativos”, entendendo aqui “nativo” como qualquer sujeito da investigação antropológica, é instaurada uma relação particular e específica entre observador e observado que não se deve deixar de considerar.

Nesse sentido a antropologia reflexiva, abordagem teórica de base nessa pesquisa, ultrapassa a lógica racional e dá à experiência pessoal do pesquisador um lugar de importância na antropologia, passando a discutir a objetividade versus a subjetividade, e o quanto a relação destes conceitos pode valorizar ainda mais esta área do conhecimento. Dentro disso, se busca refletir não somente o “outro”, mas permite ao antropólogo refletir sobre seu próprio “eu”, e desta relação, do “eu” com o “outro”, do mundo do pesquisador com o mundo do nativo é proporcionado um encontro etnográfico com ricas experiências, ou seja, tem como foco a intersubjetividade.

A questão importante é sobre como o pesquisador irá representar o outro, interpretar e construir um texto sobre o mesmo, sem que seja baseado numa relação de poder, o que pode

acabar afetando os fatos e os dados sobre a pesquisa. Nesse sentido, problematizar sobre a prática do trabalho de campo se faz importante para se avançar nesse debate e compreender na contemporaneidade a complexidade e a amplitude no debate acerca a etnografia e da representação intercultural, e para Clifford:

A observação participante obriga seus praticantes a experimentar tanto em termos físicos quanto intelectuais, as vicissitudes da tradução. Ela requer um árduo aprendizado linguístico, algum grau de envolvimento direto e conversação, e frequentemente um “desarranjo” das expectativas pessoais e culturais. É claro que há um mito do trabalho de campo. A experiência real, cercada como é pelas contingências, raramente sobrevive a esse ideal; mas como meio de produzir conhecimento a partir de um intenso envolvimento intersubjetivo, a prática da etnografia mantém um certo *status* exemplar. (...) Os atuais estilos de descrição cultural são historicamente limitados e estão vivendo importantes metamorfoses. (CLIFFORD, 1998, p 20)

Se antes havia uma separação entre antropologia e etnografia, entre teoria geral e pesquisa empírica, houve uma junção entre estas que produziram um pesquisador de campo profissional que molda como a antropologia é conhecida hoje, e onde se estabeleceu a validade científica da observação participante, tendo como principais precursores, citados por Clifford, Malinowski e Radcliffe-Brown.

Dessa fusão surgiu então um estilo diferenciado de representação do outro, que então precisaria do que Clifford chamou de “inovações institucionais e metodológicas” das quais resumiu em seis: 1- a legitimação do pesquisador de campo enquanto um profissional treinado para melhor compreender mais a fundo as relações sociais e suas instituições e estruturas, com a capacidade de análise e explicação científica; 2 – era aceito implicitamente que mesmo sem o total domínio da língua nativa o antropólogo/etnógrafo as usaria de maneira aparentemente eficiente; 3- a observação ganha muito destaque e um lugar de determinada importância onde seria possível registrar e explicar comportamentos sociais de uma cultura. Para interpretar era necessário descrever, e para descrever era necessário observar, sendo o observador participante fundamental nas interações com a cultura de outrem; 4- este Profissional teria a habilidade de abstração teórica que lhe permitiria “chegar ao cerne” de uma cultura de maneira bem mais rápida e eficiente; 5- partir do micro para compreensão do macro, ou seja, não buscar saber todos os aspectos de uma cultura, e sim a análise temáticas de um aspecto específico que permita teorizar de maneira mais ampla; e 6- mudança na duração do tempo em campo, tornando a pesquisa mais curta porém de maneira mais intensiva, tornando possível o que Clifford aponta como denominado de “presente etnográfico”. De acordo com

Clifford (1998) “essas inovações serviram para validar uma etnografia eficiente, baseada na observação participante científica”.

Com relação a esta última Clifford (1998, p 33) a apresenta como “uma fórmula para um continuo vaivém” entre dois momentos, dentro e fora do campo, ou seja, o pesquisador vai ao seu local de pesquisa para a compreensão de acontecimentos específicos, os quais visa analisar, para observar e vivenciar coletando dados, e posteriormente em seu “gabinete” irá analisar tais dados a partir de uma fundamentação teórica, sendo que dificilmente esse movimento será feito somente uma vez. Sendo assim esse movimento se repete quantas vezes forem necessárias para que se chegue ao cerne do que se quer interpretar, e ao passar do tempo fazendo tal movimento, seja em um mesmo local com um mesmo objeto de estudo ou eventualmente mudando-os, o pesquisador profissional adquire cada vez mais experiência etnográfica, sendo ressaltada pelo autor a importância desta ser formulada e apreendida a partir de um horizonte hermenêutico, sendo esta experiência, estando lá, algo que fundamenta a validação de sua autoridade.

A etnografia então envolve experiências e interpretação, sendo importante problematizar as questões pessoais e subjetivas, desconstruindo a objetividade como foco único e o mito da neutralidade científica. É preciso compreender tais questões e incorporá-las na pesquisa, e a partir da percepção clara destes elementos, e de formular todo o processo da pesquisa, através da construção do objeto, seus métodos e teorias a pesquisa na antropologia mantém seu caráter científico. Nesse sentido, a experiência discutida por Clifford (1998, p 38) demonstra ser necessário um envolvimento com o campo, participando e estabelecendo “um contato sensível com o mundo a ser compreendido, uma relação de afinidade emocional com seu povo, uma concretude da percepção”. Sobre isso, Jeanne Favret-Saada (2005) discute em seu texto *Ser Afetado* sobre sua própria experiência de inserção do campo e o quanto a questão subjetiva, a emoção, empatia e alteridade, te permite se aprofundar na pesquisa, pois há certas percepções, certos significados, que não se pode apreender somente através do discurso.

Pedir para alguém em uma entrevista que relate sobre o sentimento que lhe perpassa no momento de atividade em um terreiro, por exemplo, ou observar as reações durante a atividade é bem diferente do que se pode apreender vivenciando, experimentando, assim como a autora e sua pesquisa sobre feitiçaria. Inclusive na questão de aproximação dos interlocutores, pois, como relata, se propuseram a falar com a mesma somente quando acreditavam que “tinha sido pega” pela feitiçaria.

Aí reside a importância de estar em campo, ou como Peirano propõe, de conceber a etnografia enquanto uma *experiência vivida*, a partir do olhar treinado pela antropologia, onde “a empiria –eventos, acontecimentos, palavras, textos, cheiros, sabores, tudo que nos afeta os sentidos–, é o material que analisamos e que, para nós, não são apenas dados coletados, mas questionamentos, fonte de renovação” (PEIRANO, 2014, p. 380).

Independente do local e temática de estudo, a experiência em campo de alguma forma afeta os sentidos do pesquisador, porque “quando se está em um tal lugar, é-se bombardeado por intensidade específicas (chamemo-las de afetos), que geralmente não são significáveis” (FAVRET-SAADA, 2005, p. 159-160). Sendo assim o antropólogo deve aceitar ser afetado, e a partir disto compreender mais a fundo sobre seu objeto, obtendo dados também de forma indireta a partir da sua relação com os “nativos”, visto que faz parte de ser antropólogo “tornar-se capaz de maquiar automaticamente todo episódio de sua experiência de campo em uma comunicação voluntária e intencional visando o aprendizado de um sistema de representações nativas”.

Todo grupo social possui contexto cultural específico em um local específico, onde o pesquisador deve buscar se familiarizar, pois, mesmo que nunca se torne um membro do grupo, um “nativo”, precisa conhecer o local estudado e buscar de aproximar das pessoas deste para que a experiência de campo seja mais produtiva, ou seja, se situar em seu mundo para tentar ver as coisas do seu ponto de vista.

Dentro dessa questão cabe o pensar na relação entre o exótico e o familiar, pois o exótico é tratado com estranhamento e distanciamento característicos de quando se está investigando uma realidade à qual o pesquisador não está inserido, porém Geertz (2008) ressalta que tem que haver o exercício de olhar aquilo que se apresenta como exótico para seus olhos a partir da visão dos nativos que veem aquilo como algo normal. Ou seja, estabelecer um diálogo entre as duas ações, assim tal relação se apresenta dessa maneira: exótico \leftrightarrow normal.

Isso também se apresenta como uma importante ferramenta para compreender aquele contexto, assim como é possível, e importante, se distanciar e estranhar acontecimentos que a priori nos pareça normal, corriqueiro, banal quando se trata da nossa realidade. Mariza Peirano é um ótimo exemplo quando relata sobre as reflexões que surgiram a partir do seu estranhamento diante de uma situação tão comum como tirar documentação de identidade

numa cidade do interior possa envolver significados diferenciados dos centros urbanos. Assim,

Tudo que nos surpreende, que nos intriga, tudo que estranhamos nos leva a refletir e a imediatamente nos conectar com outras situações semelhantes que conhecemos ou vivemos (ou mesmo opostas), e a nos alertar para o fato de que muitas vezes a vida repete a teoria (PEIRANO, 2014, p 378).

Ao estar numa conversa com uma interlocutora moradora da Ilha do Combu, por exemplo, e ouvir a frase “ah aqui é um paraíso. Eu amo morar aqui” e no mesmo instante começar a pensar “por quê?”, “não seria melhor morar em um lugar com saneamento básico, próximo de escolas que vão até o ensino médio, posto de saúde e hospitais que funcionem 24h por dia, variadas opções de lazer, supermercados e lojas para comprar o que for preciso?”, ou seja, “morar com melhor qualidade de vida?”. Porém, posteriormente começar a refletir “mas qual seria essa qualidade de vida que estou considerando?”, “só porque eu moro na área urbana minha vida é melhor? E a violência, assaltos, sair de casa sem saber se volta com vida, essa constante sensação de medo e insegurança dentro e fora de casa, ruas alagadas depois de fortes chuvas, lixo para todos os lados?”. Ou então quando considerava esses moradores como belenenses⁶, assim como eu, pelo fato de a ilha ser oficialmente considerada como parte de Belém, mas chegar lá e se deparar com a frase “quem é daqui é combuense”. E assim perceber outra construção de identidade diferente da minha e começar a lembrar da noção de identidade contrastiva de Roberto Cardoso de Oliveira.

É esse estranhamento que proporciona o surgimento de perguntas e questionamentos que instigam uma pesquisa e provocam as análises no seu desenvolvimento e execução. O universo de possibilidades a ser estudado pela antropologia está em todo lugar que vamos, diante dos nossos olhos, basta observar com atenção, a partir do arcabouço teórico adquirido na nossa formação e as afinidades temáticas, pois temas específicos despertam a curiosidade de cada pesquisador. Isso é importante porque pesquisar sobre algo que não achamos interessante prejudica o desenvolvimento da pesquisa, afeta o processo de estranhamento e aquilo que dele surge, haja vista que a pesquisa antropológica não é um empreendimento fácil e simples.

Neste sentido, o trabalho de campo é importante por fornecer respostas para esses questionamentos, apesar de constantemente levantar outras perguntas no caminho, coletando

⁶ Belenense é o gentílico “oficial” e o mais usado atualmente, porém belemense também está correto e ainda é usado.

dados e informações que possibilite uma melhor compreensão da cultura local. É fundamental observar os discursos dos interlocutores assim como observar o fazer, suas ações, para conseguir considerável quantidade de elementos que contribuam na análise.

1.3 Pensando o Locus da Pesquisa

A teoria não deve ser desconectada da prática, assim com a reflexão teórica a partir dos autores que orientam a pesquisa e ajudam a compreender seu objeto de estudo é também fundamental a escolha do locus da pesquisa, pois é nele que podemos verificar como a teoria se expressa na realidade, como é a teoria vivida, e como a realidade contribui para a teoria. Há variados elementos que influenciam nessa escolha, tanto quando nos é dado a liberdade de escolher ou como nos outros casos onde o orientador já estipula o local baseado em seus projetos e no financiamento direcionado ao local nele indicado. A Ilha do Combu como escolha de local vem muito antes de entrar no mestrado, ocorreu no início da iniciação científica no MPEG em 2010.

Para a renovação da bolsa pude decidir sobre o que pesquisar no ano seguinte, e a partir da breve pesquisa bibliográfica sobre como dois viajantes naturalistas⁷ retratavam os povos por onde passaram, me vieram questões como: de que maneira se dava a relação do homem com o meio ambiente em comunidades ribeirinhas da atualidade? Então, a questão era qual comunidade poderia pesquisar. O Projeto RENAS tem trabalhos sobre diversos lugares no Pará, tendo como foco durante muito tempo a região de Curuçá, no nordeste Paraense, porém devido a poucos recursos para realizar o campo decidi escolher um lugar mais perto, mais viável.

Dentro da sala de aula do curso de Ciências Sociais da Universidade federal do Pará (UFPA) foi onde surgiu a ideia do local que poderia ser meu campo, e que o é até os dias de hoje. O bloco de salas do curso tinha grandes janelas de vidro, e sendo o primeiro bloco, nos permitia

⁷ Henry Bates (1944) e Alexandre Rodrigues Ferreira (1974).

ter como vista parte da orla do campus básico da UFPA, mais conhecida como beira, assim como o Rio Guamá, onde todos os dias passeavam canoas e barcos de um lado para o outro, e ao fundo uma grande paisagem verde preenchida por muitas árvores e algumas casas de madeira no estilo palafita.

Nesse momento, percebi que não precisaria ir muito longe, pois bem na minha frente, do outro lado do rio, viviam ribeirinhos que eu pouco conhecia e que a primeira vista era perceptível uma diferença no seu modo de viver. Devido a Ilha não fazer parte da área de atuação do Projeto RENAS, isso poderia significar dificuldades para minha pesquisa por não conhecer bem o local e ter que fazer trabalho de campo sozinha, pois era a única bolsista a pesquisar lá, porém, felizmente, foi lembrado que a Professora Denize Adrião tem atuação em uma das comunidades da ilha, como foi dito anteriormente.

Vários elementos e etapas fazem parte de uma pesquisa acadêmica científica, mas o que realmente vai ditar grande parte da pesquisa antropológica é sem dúvida o campo, mesmo que haja um grande esforço para se planejar cada passo da pesquisa e tentar se prevenir das possíveis situações que podem ocorrer nesse processo, é no campo onde nos deparamos com a realidade social, é o que diz o que deve fazer, o que pode fazer e como melhor fazer. Sendo assim, é importante conhecer o campo e analisar quais as melhores estratégias para atuar nele e desenvolver a pesquisa.

Na pesquisa acadêmica vai se alterando de acordo com o desenvolvimento da mesma e o trabalho de campo, ou seja, é a pesquisa que vai se adequando ao campo de acordo com suas demandas. Não adianta achar que pode se chegar num determinado local com um projeto pronto e bem detalhado e encontrar respostas e resultados prontos. Muitas vezes, por exemplo, definimos um tema que julgamos ser importante para ser analisado, mas com o tempo percebemos o que tal contexto demonstra ser mais relevante.

O autor Wagner da Silva em seu texto *O Antropólogo e Sua Magia* proporciona diversas reflexões sobre essa questão, e nos alerta sobre o fato de que na Antropologia ainda há um “descompasso entre a enorme importância que os antropólogos atribuem à observação participante ou ao trabalho de campo para a produção das representações sobre o outro e a pouca reflexão que fazemos desse tema” (DA SILVA, 2006, p 24), e então decidiu que seria importante fazer sua tese de doutorado sobre o tema onde seu objetivo era: “discutir a presença do antropólogo no campo, as diferentes dimensões de relacionamentos dele com os

grupos estudados, o modo pelo qual esses relacionamentos se refletem na pesquisa e como se dá a passagem de campo ao texto etnográfico” (DA SILVA, 2006, p 15).

Apesar de o texto ter o recorte de pesquisas na área de religiões afro-brasileiras, ele proporciona vários momentos de reflexão sobre a prática da pesquisa independentemente do tema abordado. Da Silva analisou a relação do antropólogo com seu campo, considerando tanto quem pesquisa como quem é alvo da pesquisa, e explica cada passo do processo de sua pesquisa desde o surgimento da ideia, passando pela coleta dos dados, a análise dos mesmos até suas decisões quanto ao texto final. Uma das questões que ocupa bastante parte do seu texto se concentra nas reflexões acerca do trabalho de campo, pois como ele aponta,

Se um dos principais objetivos da antropologia é promover um alargamento da razão possibilitado pelo conhecimento das varias concepções de mundo presentes nas culturas diversas (considerando-se que as culturas só se encontram através dos encontros dos homens), o trabalho de campo é um momento privilegiado para o exercício desse objetivo, pois é nele que a alteridade, premissa do conhecimento antropológico, se realiza (DA SILVA, 2006, p 25).

Cada pesquisa há um tema específico, um contexto particular a ser analisado que demanda um trabalho de campo que se adeque ao local, aos sujeitos e as situações que surgem no decorrer da pesquisa. Assim, acredito ser fundamental refletir sobre o lugar onde será realizada a pesquisa e qual atuamos no mesmo, pois nos permite uma aproximação maior e mais produtiva com aquele contexto.

Trago essa reflexão para o texto da dissertação com a expectativa de servir como contribuição para outros pesquisadores, os que começaram na atividade de pesquisa ou os que já se encontram nela há algum tempo, os que fazem parte da Antropologia, das Ciências Sociais ou mesmo de outras áreas, que venham a ler este trabalho.

Percebi o quanto isto pode ser enriquecedor em momentos diferentes da carreira acadêmica, primeiramente na graduação em Ciências Sociais onde, pelo menos em Belém, não há uma discussão em sala de aula sobre a prática do trabalho de campo em si, do desempenho e dificuldades que o pesquisador enfrenta “estando lá”, pois:

Os problemas e as dificuldades vividos no campo e frequentemente ausentes na passagem das experiências empíricas para o texto etnográfico, poderiam, entretanto, constituir um legado útil para as varias gerações de antropólogos que em geral se veem diante de desafios muito parecidos na produção de suas etnografias. (DA SILVA, 2006, p 124).

Aprendemos sobre métodos e técnicas de pesquisa, através da teoria e não da prática, e com textos escritos há muito tempo atrás. Pesquisa quantitativa e qualitativa, observação participante, questionário ou formulário, entrevistas formais ou informais, semiestruturadas ou não, e assim por diante, mas pouco ou nada é falado sobre a relação pessoal entre o pesquisador e seu campo.

Surgem várias perguntas sobre como é fazer trabalho de campo, como é estar em campo, durante as aulas do curso da graduação e leitura dos textos exigidos para as aulas, mas é somente quando começamos a realizar tal atividade que realmente percebemos o quanto essa lacuna em nossa formação é problemática.

Chegamos ao campo com a metodologia pré-estabelecida, mas nos deparamos com diversas situações, as quais geralmente nós não estamos preparados, que temos que aprender a lidar à força para contornar as dificuldades que vão surgindo, pois, se não, podem vir a prejudicar a pesquisa.

Uma questão que aí vale ressaltar é o papel importante que o Programa Institucional De Bolsas De Iniciação Científica/CNPq-MPEG (PIBIC) cumpre para preencher essa lacuna, inserindo estudantes na atividade da pesquisa científica e proporcionando significativa experiência acadêmica. Percebo essa questão no momento que talvez seja o mais importante na vida de um estudante da graduação, depois do vestibular, que é a realização do Trabalho de Conclusão de Curso (TCC), um momento que, pode-se perceber através do diálogo e convivência com outros universitários de qualquer curso que seja, é encarado como difícil e trabalhoso. Porém quando o estudante vivenciou um considerável tempo de experiência PIBIC acaba passando por esse processo com maior desenvoltura, que por experiência própria percebo que sem a qual eu não teria concluído meu TCC em tempo hábil.

Outro momento em que foi perceptível dessa questão foi em sala de aula da pós-graduação, em uma disciplina optativa onde haviam alunos especiais advindos de outros programas/áreas. A disciplina era Sociologia da Ação local, onde mais de uma vez alguns desses alunos faziam questionamentos acerca de como lidar com determinadas dificuldades que surgem no trabalho de campo em comunidades rurais, e apesar de ter possibilitado um debate interessante sobre a relação entre pesquisador, campo e sujeitos de pesquisa em determinado momento alguém se pronunciava no intuito de lembrar que aquela disciplina não tinha como objetivo esse debate, e de fato não tinha, e que deveríamos voltar para o foco da mesma.

Para além disso ressalto que mesmo com todo o debate há muitos detalhes da experiência de campo vivida por cada pesquisador que somente poderemos encontrar em suas monografias, ou então através de entrevista com a pessoa que escreveu. Porém, no curto tempo de um mestrado, por exemplo, é mais prático quando as informações constam no texto.

As primeiras vezes em que estive na Ilha do Combu não o fiz com o intuito de pesquisa, pois ocorreu antes deste se tornar lócus de minhas pesquisas, e sim para fins de lazer nos bares lá localizados. A UFPA se encontra bem em frente a essa ilha que todos os dias está a nossa vista pela orla da universidade, como pode ser visto na fotografia 2, que acaba se tornando um destino muito conhecido pelos universitários em busca de descontração e divertimento em meio a natureza como fuga do cotidiano agitado da cidade e da academia.

Fotografia 2: “Beira” em frente ao Bloco A do Campus Básico da UFPA e Trapiche (Curso de Ciências Sociais), ao fundo a Ilha do Combu.

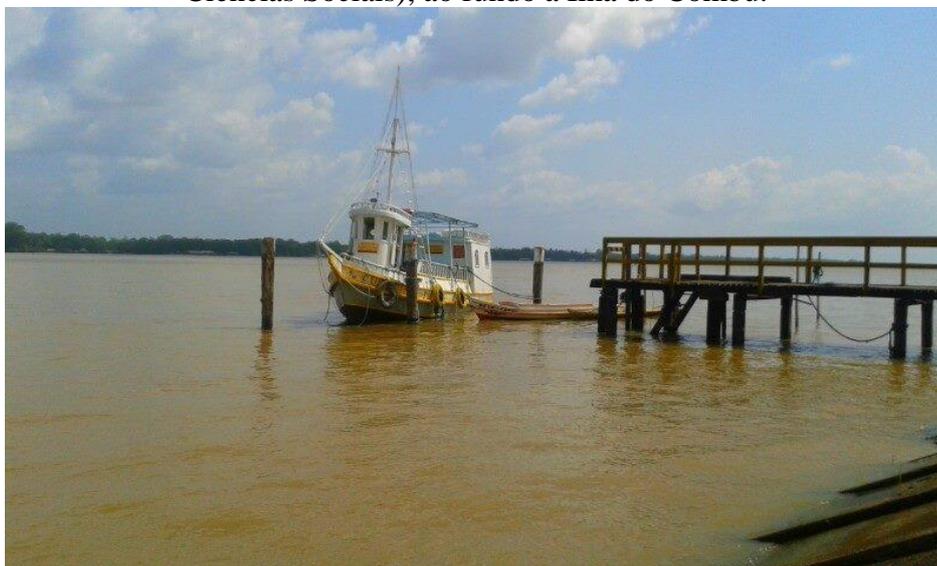


Foto: Thainá Guedelha Nunes, 2013.

Com este objetivo já tinha visitado a ilha com amigos por algumas vezes, e quando decidi lá realizar minhas pesquisas percebi que, assim como meus amigos, eu nada sabia sobre a realidade da população que ali habitava o que acabou por me instigar ainda mais a realizar a pesquisa. Porém, o fato de não conhecer nenhum morador e nem a ilha me fez perceber que o trabalho de campo seria um grande desafio que eu teria que enfrentar, o que a princípio me deixou nervosa, mas a possibilidade de aprendizado e experiência me incentivou a prosseguir.

As primeiras idas a campo são fundamentais para conhecer o contexto que estamos nos inserindo e assim ter informações para saber como melhor dar seguimento na realização da

pesquisa. Então, no final do ano de 2010 que pela primeira vez fui à Ilha do Combu com o propósito de pesquisa, acompanhada de minha também orientadora do PIBIC Dra. Lourdes Furtado para orientação do primeiro trabalho de campo que realizei.

Através das idas para o lazer obtive o contato de um barqueiro que realizava a travessia de Belém para a ilha, o seu Silvío, onde embarcamos por um trapiche da UFPA localizado no Programa Pobreza e Meio Ambiente na Amazônia (POEMA) em direção à comunidade Igarapé do Combu para um primeiro reconhecimento do local e iniciar um contato com moradores. Por uma feliz coincidência em conversa com seu Silvío durante a travessia descobri que o mesmo era morador daquela comunidade, o que fez a viagem ser bastante produtiva, pois foi possível no mesmo momento realizar a primeira entrevista e também por ter sido como um guia local nos dando varias informações enquanto percorríamos o trajeto do igarapé que corta a ilha, onde se encontra a comunidade.

Para conhecer melhor a comunidade e seus moradores passei a frequentar, sempre que possível, as atividades mensais da Casa Canto do Rio, do Projeto Sala de Leitura coordenado pela Professora Denize Adrião, criado em 2007 sem nenhum financiamento público ou privado. O calendário é estabelecido anualmente com visitas programadas para todo segundo sábado de cada mês saindo da Praça Princesa Isabel, para essas visitas são elaboradas várias atividades para as crianças, como o momento da leitura, onde cada criança lê um trecho de uma historinha escolhida pelas professoras, oficinas e brincadeiras orientadas, assim como comemorações de datas festivas, por exemplo, dia das mães e dia das crianças. Apesar de ter como público alvo as crianças também apareciam adolescentes, alguns dos quais começaram a ir quando criança, e algumas mães e pais, estes últimos estavam mais presentes em datas comemorativas.

Com o passar do tempo e o trabalho de campo na comunidade Igarapé do Combu pude estar mais familiarizada com a realidade que ali encontrava, e quanto mais os conhecia mais elementos surgiam para investigação. No início da pesquisa no período do PIBIC onde busquei compreender a relação entre homem e natureza estabelecida naquela comunidade também estava em meus planos averiguar sobre a atividade de pesca com o propósito de posteriormente possibilitar uma comparação com estudos feitos no nordeste paraense no âmbito do Projeto RENAS, porém percebi que tal atividade não tinha tanta relevância naquele contexto.

No decorrer do trabalho de campo pude perceber outros elementos que se sobressaltavam como mais significativos para aquela realidade. Apesar de chegarmos a campo com objetivos, perguntas e um problema pré-estabelecidos a partir de um projeto de pesquisa, outros questionamentos surgem, e mesmo que pretendemos analisar um determinado tema são os sujeitos e as situações vivenciadas na prática da pesquisa o que de fato irão orientar o desenvolvimento da pesquisa, pois “a experiência mostra que o próprio campo condiciona o que observar e a quem” (DA SILVA, 2006, p 39).

Durante a pesquisa de campo nossa pesquisa vai sendo redesenhada e ganhando forma, e a partir das condições que encontramos vamos fazendo as alterações necessárias tanto nos objetivos quanto na abordagem necessária para alcançá-los, assim como “os etnógrafos de um século atrás iam a campo com um projeto aberto, sempre dispostos a reconfigurar as questões originais e colocar outras, de forma criativa e ousada” (PEIRANO, 2014, p 381).

Depois de um ano de pesquisa para o mestrado percebi que dois anos não eram o suficiente para pesquisar sobre todos os aspectos do modo de vida da ilha e suas cinco comunidades, decidi então ter como foco no vínculo que aquela população demonstrava ter para com aquele local, e para conseguir analisar de maneira mais aprofundada permaneci pesquisando em apenas uma das comunidades.

1.4 Relações Entre os Sujeitos: Os Interlocutores e Meu Lugar De Fala

Ao atravessar pela primeira vez, enquanto o barco deslizava pelas águas do Rio Guamá e depois adentrando o Igarapé do Combu, a sensação era de como se eu estivesse viajando para longe de casa, um lugar diferente, mais tranquilo e muito bonito. É como se te permitisse estabelecer uma maior ligação com a natureza, fazendo apurar os sentidos, de uma maneira diferente da encontrada no meio urbano.

Para mim toda viagem de barco desperta essa sensação, seja indo para Santarém, com seus três dias de viagem onde a predominância da vista é a natureza, ou para Algodual onde são necessárias três horas de estrada mais quarenta minutos de barco, ou para o Marajó com uma viagem de barco de três horas. Porém, um dos diferenciais que faz com que a Ilha do Combu

esteja se tornando cada vez mais atrativa é o fato dessa sensação estar à somente 15 minutos de distância da capital paraense, oito minutos se for de rabeta⁸.

Porém, diferentemente destes lugares citados acima, a Ilha do Combu é mais tranquila por ter um fluxo de turistas e visitantes bem menor, mesmo nos períodos de férias escolares, devido ao fato da maior concentração desse fluxo apenas aos finais de semana e o lugar não dispor de pousadas que os permitam passar as noites lá, ou seja, os turistas passam o dia e voltam para a Belém continental.

Nessa primeira ida a campo que ocorreu no meio da semana me permitiu pela primeira vez observar a dinâmica da comunidade no momento em que a mesma não está envolvida com as atividades dos bares/restaurantes, assim, normalmente, sem a presença dos turistas e visitantes. Navegamos por quase toda a comunidade, e eu me esforçava para simultaneamente fazer as anotações sobre a comunidade, entrevistava o seu Silvio, dono do barco, e fotografava, além de atentar para que eu não me distraísse contemplando o lugar, pois algo que me agrada muito é estar próximo da natureza, mas há diferença entre estar na ilha por lazer e estar lá pela pesquisa.

Busquei também me policiar para não ter uma visão idílica da vida na ilha, pois apesar de achar fascinante aquelas pessoas terem suas vidas baseadas na comunhão com o meio ambiente cotidianamente, eu não poderia condicionar meu olhar a achar que ali havia apenas harmonia. Assim, procurei perceber também quais as principais complicações em se viver naquela comunidade que estavam por trás da frase “eu amo morar aqui”, e suas variações, que muito ouvi ao longo do trabalho de campo, até mesmo por acreditar que a busca por superar as dificuldades para continuarem ali morando também reforça o vínculo estabelecido com o local.

Enquanto passava pela comunidade vi crianças brincando no rio, correndo pela mata, mulheres lavando roupas, um homem chegando em seu trapiche com pupunhas (*Bactris gasipaes*) e algumas pessoas sentadas conversando em seus trapiches. Sentada na ponta do barco, com meu caderno de campo fazendo anotações e fotografando, eu os observava e a maioria me observava de volta quando percebiam que havia alguém que não conheciam naquele barco. Assim como eu estava curiosa para saber sobre a vida deles, eles deviam estar se perguntando o que eu estava fazendo em sua comunidade.

⁸ É um tipo de embarcação, uma canoa com motor.

Não pude deixar de pensar, como me receberiam? Como conceberiam a minha presença? Como uma vizinha belenense ou simplesmente como alguém de fora assim como todos os turistas que por ali passam? Não queria que sentissem que eu estava invadindo sua privacidade, e sim que eu os achava interessante, que acreditava ser importante registrar seu modo de vida e contribuir para o rompimento da relativa invisibilidade que enfrentam, pois a Ilha do Combu vai mais além do que seus bares.

A segunda pessoa do local que tive contato foi com seu Careca em seu bar e restaurante Maloca Sabor da Ilha, proporcionado pelo Silvio que nos apresentou. O espaço possui 3 banheiros de alvenaria, várias mesas longas de madeira e cadeiras e um quintal sem limites cheios de árvores frutíferas que abasteciam o estabelecimento e sua casa (Fotografia 3). Seu Careca parecia muito confortável com nossa presença, nos recebendo de maneira alegre e solícita, se tornando um dos interlocutores mais presentes no trabalho de campo, inclusive pelo fato de se encontrar ao lado da Casa Canto da Ilha.

Fotografia 3. Bar e restaurante Maloca Sabor da Ilha (Seu Careca)



Foto: Thainá Guedelha Nunes, 2017.

Decidi frequentar algumas vezes as atividades relacionadas ao projeto sala de leitura para poder observar e conhecer melhor o comportamento dos ribeirinhos que participavam do projeto, principalmente com relação aos visitantes de Belém que por ventura realizassem algum tipo de atividade com eles. Além de possibilitar uma maior aproximação com eles e com o local, pude perceber como melhor estabelecer diálogo com os mesmos.

Pude perceber que havia uma concepção de que eles eram mais humildes que os moradores da parte continental, pois em alguns momentos se referiam às pessoas que tinham realizado

alguma atividade na comunidade como os que “sabem das coisas”. Ou quando por diversas vezes o tratamento dirigido a mim, principalmente num primeiro contato, era feito através do pronome *Sra.*, mesmo quando se tratava de alguém mais velho que eu. Como por exemplo, quando eu ia embarcar e o condutor do barco ou seu ajudante, de maneira prestativa e gentil, me dizia “deixa eu ajudar a sra.” estendendo sua mão para que eu adentrasse o barco em segurança.

Busquei desde o início estabelecer o diálogo de maneira mais informal, me apresentando e comunicando que estava realizando uma pesquisa, porém demonstrando que basicamente o que pretendia era conversar e conhecer mais sobre a ilha. Escolhia roupas confortáveis e “comportadas”, assim como não usava maquiagem, para que, além de tentar evitar qualquer tipo de desconforto e passar a mensagem de que eu não estava ali como alguém que sabia mais, que eu era tão diferente, ou que estava ali para ensinar que, pelo contrário, estava ali para aprender com eles.

Talvez essa preocupação reflita o fato da minha pré-concepção de que eles de alguma forma se sentiam inferiorizados pela “grandiosidade” da agitada e “cheia de oportunidade” vida urbana. Talvez isso seja reflexo da minha própria concepção de que nosso modo de vida na parte continental se imponha como “superior” àquele contexto mais “simples”, porém não simplório. Porém, acredito ser importante ressaltar meu lugar de fala enquanto universitária da UFPA e integrante do Museu Paraense Emílio Goeldi (MPEG), duas instituições que eles bem conhecem; branca e com olhos verdes, o que percebi ser algo que chamava certa atenção quando me deparava com olhares curiosos que me faziam sentir estar sendo analisada, ou quando crianças menos tímidas me chamavam e diziam “tia, olha pra gente. Ta vendo, eu disse que era verde” seguido de alguns risos tímidos, ou quando uma jovem com seus 14 anos se aproximou sozinha e me “cutucou” para perguntar algo sobre a atividade que estava acontecendo na Casa Canto do Rio e depois disse “tia, eu acho a sra. bonita” no que eu sorri e respondi “obrigada, e eu acho que você que é muito bonita” e ela tímida agradeceu e se afastou sorrindo; e por fim, urbana, nascida e criada na Belém continental, para eles eu saber dirigir um carro era diferente, enquanto eu admirava o fato de desde tão novos saberem conduzir alguns tipos de embarcações.

Também pertenço a um contexto social específico, e não há como me despir completamente de meu capital cultural, mas acredito que justamente aí reside a beleza da Antropologia, o *encontro etnográfico*, de ultrapassar as fronteiras do que lhe é familiar e possibilitar a reflexão

do “outro” assim como uma reflexão de si mesmo, motivo pelo qual me apaixonei por essa área. Assim, o conteúdo dessa dissertação estará balizado a partir de minha interpretação do que observei e dos dados coletados, porém, espero, também possibilite, talvez, outras interpretações e reflexões para quem a venha ler.

Prosseguindo, percebi que minha pré-noção não estava de todo errada, o que me mostrou ter acertado no tipo de abordagem, pois eles pareciam estar cada vez mais confortáveis comigo. Por outro lado é algo que me entristece pensar que eles realmente nos vejam como “melhores” e “mais desenvolvidos”. Para efeito de comparação, me recordo quando uma moça, parecia ter quase trinta anos, que uma vez nos acompanhou para a visita mensal do Projeto Sala de Leitura, pois estava pesquisando para seu Trabalho de Conclusão de Curso em Direito de uma faculdade particular. Ela parecia estar empolgada em conhecer o espaço, e, se não me engano, ainda não conhecia a Ilha, sendo importante para ela uma vez que a mesma escolheu a realidade ribeirinha para ser discutida no âmbito do direito e precisava realizar algumas entrevistas.

Ela foi somente naquela única vez, com uma vestimenta um tanto quanto social para estar em meio à natureza. Chegou falando com todos com animação e certa intimidade, parecendo ser bem extrovertida e estar confortável ali, porém percebi que alguns estavam meio intimidados com a presença marcante de uma mulher que nunca tinham visto, mas sempre recebem bem os visitantes do espaço.

Posteriormente, enquanto as crianças estavam numa atividade, ela resolveu aproveitar o momento pegar seus questionários e entrevistar os jovens que ali se encontravam. Como ao chegar os visitantes são sempre apresentados, não havia necessidade dela se apresentar novamente, então decidiu ser bem direta com relação à entrevista e disse para um rapaz “oi tudo bom? Senta aqui pra responder umas perguntas para mim, tá?”, o rapaz pareceu não querer participar, então ela disse “é rapidinho, não é nada demais” e em seguida iniciou as perguntas cujas respostas recebidas eram às vezes somente o balançar da cabeça positivamente ou negativamente. Ao final ela colocava o termo de consentimento da entrevista para ele assinar, ele olhou desconfiado, mas rapidamente assinou e se levantou, durante toda entrevista ele me pareceu estar bem desconfortável.

Ela então se dirigiu para outras jovens e repetiu o processo. Estas, que de início estavam próximas rindo de seu amigo, ficaram desconcertadas quando perceberam que eram as

próximas a passar pelo mesmo interrogatório. Não pretendo aqui julgar a pessoa, porém acredito ser importante o exemplo para uma reflexão de como nós universitários nos portamos no campo e para com os sujeitos da pesquisa, principalmente quando são de outras áreas que, diferentemente das Ciências Sociais, principalmente da Antropologia, não discutem sobre a questão.

Não pretendo indicar que minha atuação no campo foi perfeita, mas que houve constantes preocupações sobre minha presença no local ao qual não faço parte e com a relação que eu estabelecia com os moradores locais, muito menos que por isso tenha sido fácil. Obviamente encontrei dificuldades ao longo do trabalho de campo. Certa vez, durante a entrevista com dona Doris seu marido chegou de barco e em silêncio desembarcou, ela o apresentou e ele apenas nos deu um tímido “olá” de longe. Quando fiz perguntas sobre pesca e coleta de frutos, respondeu “quem sabe mais disso é ele” e em seguida se dirigiu para ele, elevando a voz devido a distância em que ele estava, “ei, vem cá responder uma coisa pra menina aqui rapidinho”.

Apesar de ele ter respondido que estava ocupado mas depois responderia percebi que ele não queria ser entrevistado, tanto é que andou para o lado e para o outro ocupado e depois sem nada falar entrou no barco e foi embora, ela riu e disse “desculpa ele, tá, ele é tímido, não gosta muito de falar”, enquanto ela parecia estar confortável com a conversa. Com o tempo percebi que geralmente as mulheres eram mais receptivas, acredito que não seja pelo fato de eu também ser uma, pois na ocasião dessa entrevista um amigo me acompanhava, ou talvez o fato dele estar acompanhado de mulheres, outras colegas, também tenha contribuído. Com relação aos homens, os que pareciam se sentir mais a vontade ou eram donos de bar ou trabalhavam com o transporte de barco, acredito que seja devido ao fato de estarem mais acostumados com o contato com quem era de fora da comunidade.

Aqui busquei fazer algumas considerações para pensar o campo e a relação do pesquisador com o mesmo por achar ser parte importante no desenvolvimento da pesquisa devendo então estar presente no texto, e não só a análise dos dados. Há outros detalhes e observações sobre o trabalho de campo, inclusive dificuldades, porém decidi inseri-las no decorrer do texto de acordo com o que é discutido em cada capítulo.

Com relação aos sujeitos que participaram da pesquisa, de maneira direta, foram 20 pessoas, todas moradoras da Comunidade Igarapé do Combu, sendo 10 homens e 10 mulheres. Deste

total 10 foram as entrevistas mais completas, com maior elaboração das perguntas e maior duração de tempo, até mesmo porque foram as mais recentes quando o desenvolvimento da pesquisa estava mais avançado.

Cabe ressaltar algumas escolhas feitas durante a pesquisa com relação à essa questão. Em primeiro lugar, seis entrevistas que tiveram um caráter mais informal, com duas donas de casas e quatro barqueiros, eu preferi não citar seus nomes no texto, bem como não aparecem suas falas, isso também porque devido à informalidade da situação não gravei as conversas, apenas realizei as anotações das informações no caderno de campo. Decidi fazer isso também porque não houve uma autorização direta permitindo a utilização de seus nomes na mesma, assim, levei em consideração as informações da conversa para fins de comparação com as demais entrevistas.

Em segundo lugar, uma interlocutora preferiu que seu nome não aparecesse, assim ficaria mais confortável para responder as perguntas. Sendo assim, a mesma é indicada nessa pesquisa apenas pela letra E. correspondente a inicial de seu nome. Em terceiro lugar, houve conversas direcionadas com algumas crianças e adolescentes, totalizando 14 crianças, porém as mesmas também não tiveram seus nomes expostos aqui.

Em quarto lugar, é importante comentar que um dos ribeirinhos, proprietário de um bar/restaurante da comunidade, a priori num primeiro contato aceitou participar da pesquisa e se mostrou bem solícito em ajudar na mesma. Porém, quando voltei a entrar em contato para marcar a data para o encontro não houve retorno⁹, então uma fala sua aparece no texto, mas também não é identificado seu nome. Por fim, 13 não vieram problemas em seus nomes aparecerem no texto.

Seu Silvio já tinha sido o primeiro que entrei em contato, pois sempre que eu precisava alugar um barco era com ele que entrava em contato. Este trabalha como barqueiro, anteriormente era sempre aos finais de semana e durante a semana apenas quando ligavam solicitando seus serviços para a travessia. Atualmente trabalha durante a semana em um dos barcos escola da

⁹ O primeiro contato foi via facebook, onde administra uma página de divulgação de seu bar/restaurante, e daí então por celular, número fornecido por ele mesmo. O mesmo comentou que eu poderia entrar em contato posteriormente diretamente pelo WhatsApp, pois estava sempre online, assim não precisaríamos gastar créditos de celular. Quando fui tentar marcar o encontro este somente visualizava as mensagens e não respondia, tanto nas tentativas pelo WhatsApp quanto pelo face book. Ambas as redes sociais possuem esse mecanismo que permite ver quando a pessoa visualiza a mensagem enviada. Depois dessas tentativas, decidi não tentar através de ligação, já que estava claro que, por algum motivo, não estaria mais receptivo para a pesquisa, assim, preferi não pressionar.

ilha, o que diminuiu seu tempo dedicado para o extrativismo. Devido ao fato de que estava constantemente ocupado passei a solicitar travessia principalmente do seu Careca.

Dona Nena nasceu no Combu é a proprietária do famoso empreendimento de chocolate 100% cacau e doces de frutas, tudo advindo da ilha. Anteriormente seu empreendimento se chamava Combu Orgânico, atualmente passou a se chamar Filha do Combu. Patrícia é sua filha, tem 33 anos, também nasceu no Combu e atualmente trabalha ajudando a mãe com seu empreendimento. Moram com elas também uma irmã e o marido de dona Nena (padrasto de Patrícia).

Dona Doris é de Belém mas mora há 28 anos no Igarapé do Combu, desde que casou com um morador local. É dona de casa e faz bijuteria para vender, e seu marido trabalha com extrativismo. Seu Ari nasceu na ilha e trabalha como barqueiro e com o extrativismo. Karina nasceu na ilha, assim como seus pais também, e trabalha com artesanato, venda de frutas e as vezes com turismo também.

Seu Careca (Ailson) tem 70 anos e nasceu na ilha, é proprietário da Maloca Sabor da Ilha, mas continua trabalhando com o extrativismo também, mora com sua mulher. Seu filho Sarney (Adailson), que possui esse apelido por ter nascido no mesmo dia da posse do Sarney na presidência, tem 32 anos, trabalha com o extrativismo do açaí, mora com a mulher e seus dois filhos.

Suzana tem 33 anos, é nascida no Combu, é funcionária de dona Nena na Filha do Combu, mora com o marido e um filho.

Ilda, de 62 anos, e seu marido Manuel, de 73 anos, nasceram na ilha e atualmente moram sozinhos, ambos aposentados.

Seu Osmar tem 60 anos, dos quais 59 foram morando no Igarapé do Combu, nasceu em Belém e se mudou para o Combu com sua família. Seu pai era de Belém e casou com sua mãe que era do Combu. Seu Osmar mora com sua esposa Nazilda que tem 54 anos, nasceu no Combu, e informou que era dona de casa.

Fotografias 4 e 5. Dona Doris fazendo bijuteria durante a entrevista na esquerda; Ilda e Manuel da direita. Igarapé do Combu.



Foto: Thainá Guedelha Nunes, 2015.



Foto: Tayná Miranda, 2017.

Fotografias 6 e 7. Na esquerda seu Silvio, na direita seu Careca. Em ambas as situações fazendo a travessia para a Ilha do Combu.



Fotos: Thainá Guedelha Nunes, 2013



Foto: Thainá Guedelha Nunes, 2015

Fotografias 8 e 9. Na esquerda seu Sarney, e na direita Patrícia, tratando as sementes de cacau enquanto participava da pesquisa.



Foto: Tayná Miranda, 2017.

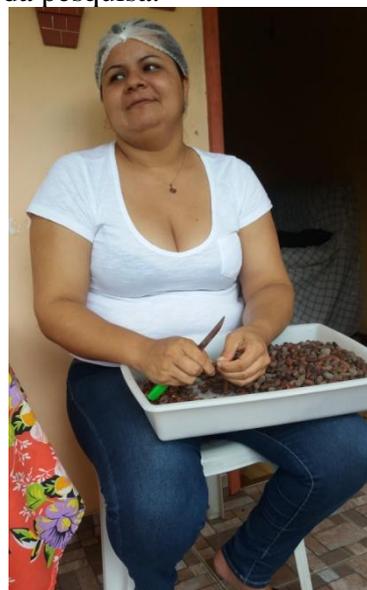


Foto: Tayná Miranda, 2017.

Por fim, cabe indicar aqui que houve contato ao longo dos anos com outras pessoas, que mesmo que indiretamente, também foram fundamentais para compreender a realidade local, contribuindo para observar de maneira mais abrangente a dinâmica social na Comunidade Igarapé do Combu. Vale também mencionar a conversa com a profissional da saúde Telma que é coordenadora do posto de saúde da ilha, que forneceu algumas informações básicas sobre o posto. E uma professora da escola da comunidade com quem também conversei¹⁰.

CAPÍTULO 2 – NAVEGANDO PELA ILHA DO COMBU

2.1 A Ilha do Combu

Na cidade de Belém, capital paraense, há a presença de dois contextos, duas partes, que se encaixam, assim como num quebra-cabeça onde as peças se unem para dar forma a uma imagem, estando conectadas através das águas típicas de nossa região. Assim, há a Belém continental e a Belém insular. A primeira, também considerada a concentração urbana da cidade, possui uma área de, aproximadamente, 176 km², e a segunda, considerada como a parte rural da cidade, corresponde a uma área de 330 km².

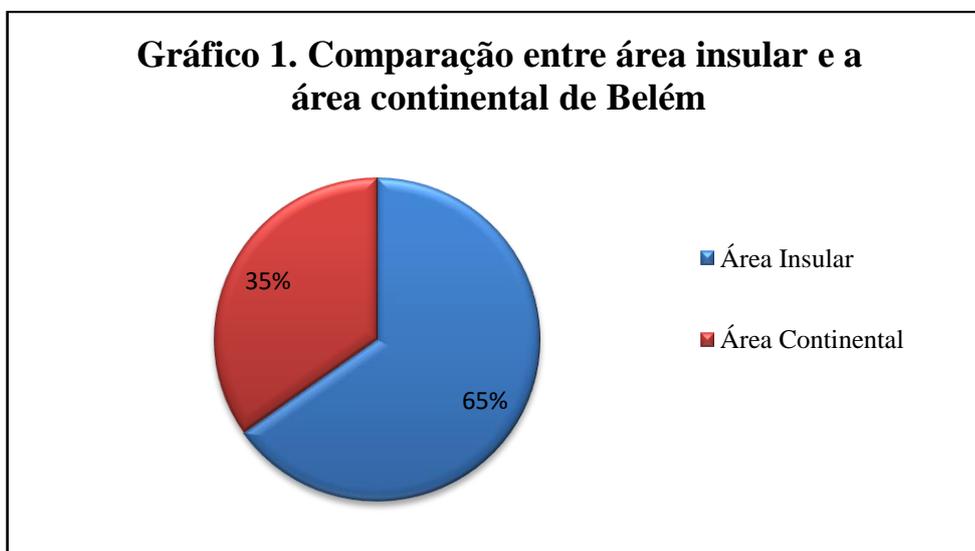
A população de Belém está disposta tanto na primeira quanto na segunda, sendo classificadas em urbana constituída por 1.381.475 pessoas e em rural por cerca de 11.924 indivíduos¹¹. Vale ressaltar que essas duas divisões não estão inteiramente ligadas, ou seja, que a parte continental é a parte urbana da cidade e a insular é a parte rural, pois apesar de no continente não apresentar população rural, nem algumas ilhas há uma parcela, mesmo que pequena, de população considerada urbana para o IBGE e órgãos públicos de Belém, como na Ilha de Mosqueiro e Outeiro, por exemplo.

Pode-se perceber, então, que a maior parte da cidade é correspondente à região insular caracterizando 65% de Belém, enquanto que o continente fica apenas com 35% da área total, levando-se em consideração apenas Belém, e não a região metropolitana. Isso porque a região estuarina de Belém é composta por um total de 39 ilhas definidas a partir da Lei nº 7.682 de 05 de janeiro de 1994, sem contar com as ilhas que integram o restante da região

¹⁰ Infelizmente para ter mais informações que a Unidade de Saúde da Família possuía era necessária uma autorização da Secretaria Municipal De Saúde (SESMA), a qual até a conclusão da dissertação ainda não havia sido liberada. Para mais informações sobre a escola também era necessária a autorização da Secretaria Municipal de Educação (SEMEC), como não era o foco da pesquisa não dei entrada na solicitação.

¹¹ Fonte: censo demográfico do IBGE e anuário estatístico do município de Belém, 2010.

metropolitana de Belém, como Ananindeua que abarca nove ilhas, Benevides com 3 ilhas e Santa Bárbara com 1 ilha.



Fonte: Anuário Estatístico do Município de Belém, 2010.

Estão de fora dessa contagem também as ilhas pertencentes à Barcarena, cujas ilhas se encontram ao lado das de Belém, como por exemplo, a Ilha das Onças e a Ilha Arapiranga que se encontram na Baía do Guajará, bem em frente à Belém, porém a partir do Decreto-Lei de nº 2.972, de 31 de março de 1938 passou a integrar Barcarena. Vale ressaltar que também não está sendo levada em consideração o arquipélago da Ilha do Marajó com seus 50 mil m² e três mil ilhas e ilhotas¹². No total somente nessa região das proximidades de Belém seriam 52 ilhas mais o Marajó.

Isso demonstra o quanto à região das ilhas é parte marcante de nossa cidade, pois, como afirma Moreira (1966, p 69), “nenhuma cidade do Brasil apresenta tão numeroso constelário de ilhas como Belém”. Mesmo que uma pequena parcela da população viva nessas ilhas, aproximadamente 1% da população total de Belém, não se pode negar sua grande

¹² MORIM, Júlia. *Ilha de Marajó*. Pesquisa Escolar Online, Fundação Joaquim Nabuco, Recife. Disponível em: <<http://basilio.fundaj.gov.br/pesquisaescolar/>>. Acesso em: dia mês ano. Ex: 6 ago. 2009.

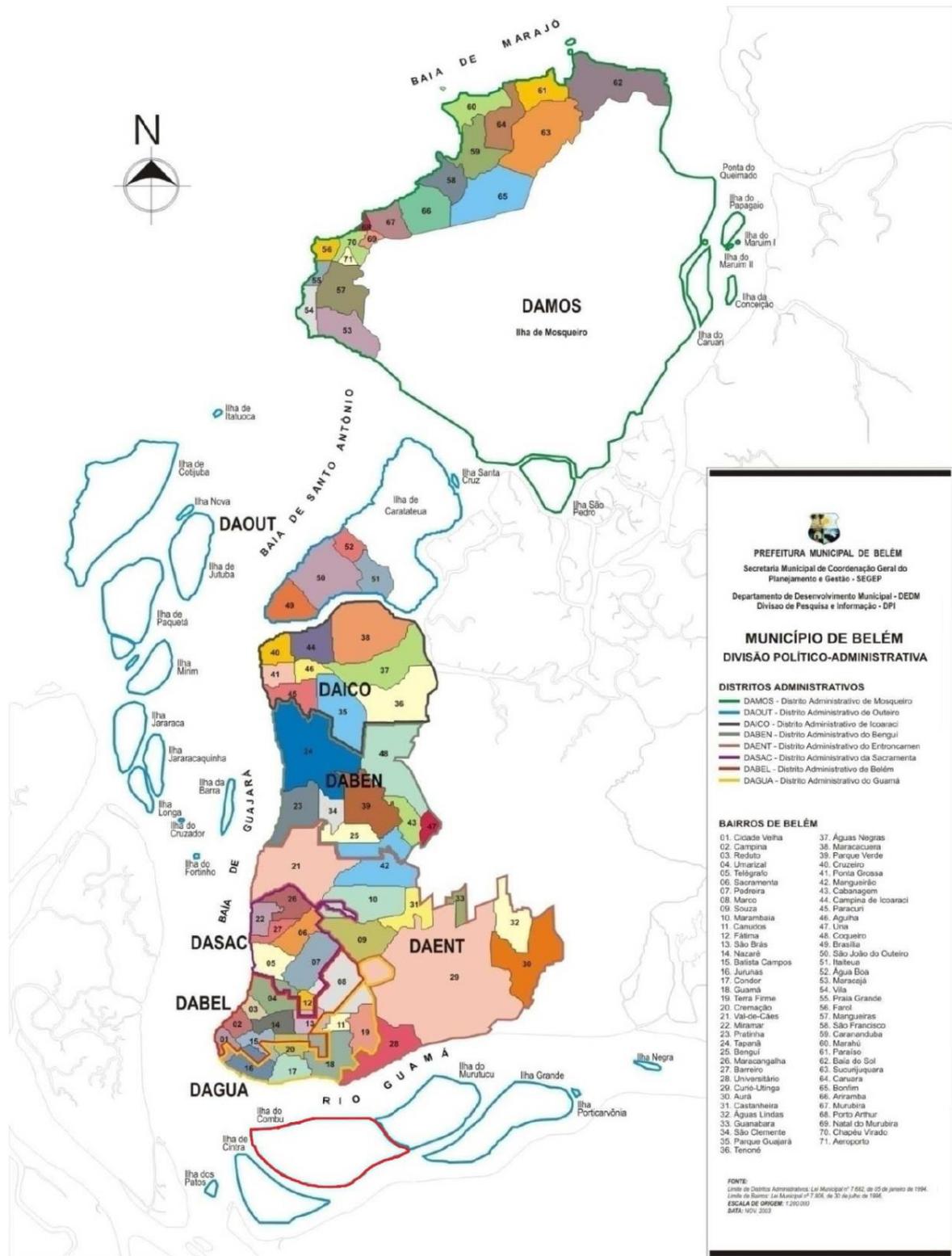
importância, tanto geograficamente devido seu tamanho ser maior que a parte continental que concentra 99% da população belenense, quanto biologicamente e sua realidade sociocultural.

Apesar de que em comparação com o continente possa parecer inexpressiva a população insular, esta representa mais de 10 mil pessoas, como relatado anteriormente, que tem essas ilhas como seu lugar de moradia dividindo espaço com a grande parte da natureza que ainda resta em Belém, sendo tão importante quanto os moradores do continente. Com a tamanha expressividade das ilhas, pode-se dizer que “a cidade nasceu por assim dizer sob o signo insular” (MOREIRA, 1966, p 69).

Belém está dividida em oito Distritos Administrativos, como pode ser visualizado na figura 1, são eles: Distrito Administrativo de Mosqueiro (DAMOS), Distrito Administrativo de Outeiro (DAOUT), Distrito Administrativo de Icoaraci (DAICO), Distrito Administrativo do Bengui (DABEN), Distrito Administrativo do Entroncamento (DAENT), Distrito Administrativo da Sacramenta (DASAC), Distrito Administrativo de Belém (DABEL) e Distrito Administrativo do Guamá (DAGUA).

Os dois primeiros abarcam toda área insular da cidade, o primeiro possui uma área maior, correspondendo em 219 km², enquanto o segundo compreende uma área de 110 km², praticamente a metade. Porém, em quantidade de ilhas a relação se inverte, ficando o primeiro com 13 ilhas e o segundo com 26, o dobro. A Ilha do Combu (destacada em vermelho), que é a quarta maior ilha do município, está inserida no segundo, o DAOUT. Ressaltando que “dentre os ambientes que integram os ecossistemas estuarinos, estão os rios, os igarapés, as florestas, a várzea, as baías, as ilhas com suas praias, os campos alagados; todos com suas especificidades ambientais e sociais” (FURTADO & SOUZA, 2006, p 163-164).

Figura 1. Bairros e Distritos administrativos de Belém com a Ilha do Combu destacada



Fonte: Prefeitura de Belém, adaptada pela autora.

Abaixo encontra-se a lista de todas as ilhas que compõem a insularidade belenense, no quadro 01, e acredito ser interessante destacar algumas questões com relação a essa lista. A primeira é

que há uma grande dificuldade em dados sobre esse grande número de ilhas, e de início achar os nomes de todas demorou um pouco, assim como não foi possível conseguir apontar no mapa as mesmas, como eu tinha a intenção de fazer, pois apenas algumas são identificadas nos mapas oficiais e os que são gerados a partir de trabalhos realizados na área insular.

Quadro 01. Relação de Ilhas da cidade de Belém, com relação ao distrito administrativo ao qual faz parte.

Distritos Administrativos	Ilhas de Belém	
DAMOS	Ilha de Mosqueiro	Ilha Cunuari/Caruari
	Ilha São Pedro	Ilha da Conceição
	Ilha do Maracujá	Ilha do Maruim 1
	Ilha das Pombas	Ilha do Maruim II
	Ilha do Papagaio	+ 4 ilhas sem nome
DAOUT	Ilha de Outeiro/Caratateua	Ilha do Cruzador
	Ilha de Santa Cruz	Ilha do Fortinho
	Ilha do Jutuba	Ilha do Fortim/Barra
	Ilha Coroinha	Ilha dos Patos
	Ilha Urubuoca/Paquetá/Paquetá-Açu	Ilha do Maracujá/Cintra
	Ilha de Cotijuba	Ilha do Combu/Marineira
	Ilha de Tatuoca/Itatuoca	Ilha do Murutucu/Murutura
	Ilha dos Papagaios/Urubuoca/Jararaca	Ilha Grande/Ilha Paulo da Cunha
	Ilha da Barra/Patos/ Jararaquinha	Ilha Porticarvônia/Ilhinha
	Ilha Redonda/Jararaca/Longa	Ilha Negra
	Ilha dos Patos/Nova/Mirim	+ 5 ilhas sem nome

Fonte: Lei nº 7.682, de 05 de janeiro de 1994

A segunda questão relaciona-se ao fato de que apesar de conseguir listar todas as ilhas, pude perceber a variedade de nomes que aparece para identificar uma mesma ilha, chegando até a haver três diferentes nomes, como é o caso de quatro ilhas. Fazendo o cruzamento de dados entre a Lei nº 7.682 e os dados e mapas que aparecem nos mapas oficiais como o Anuário estatístico de Belém e o Plano Municipal de Saneamento Básico de Abastecimento de Água e Esgotamento Sanitário de Belém cheguei ao resultado da lista que se encontra no quadro acima.

A própria Ilha do Combu aparece também sob o nome de Ilha Marineira, o que apenas encontrei nesses documentos, pois em nenhum momento do trabalho de campo algum

morador se referiu à ilha com esse nome. Após encontrar esse outro nome identificando a ilha decidi perguntar para alguns moradores se já tinham ouvido falar em alguma ilha com esse nome, sem a priori indicar que se tratava da mesma ilha, pois eu não queria induzir suas respostas e nem interferir em sua compreensão com relação a ilha. O que busquei, apenas, foi averiguar se em suas memórias tal nome representava algum significado, e todas as respostas foram “não” ou “nunca ouvi falar”.

Ao que me parece isso se dá ao fato os primeiros “donos” das ilhas as nomearam como bem quiseram, o que será mais detalhado no próximo tópico onde será apresentada a história da Ilha do Combu, chegando até homenagear uma pessoa batizando uma ilha com seu nome, como é o caso da Ilha Paulo da Cunha, mais conhecida atualmente como Ilha Grande. Então, posteriormente, a população que morava na ilha e as outras famílias que ali foram se estabelecendo, acabaram renomeando seus territórios, e, pelo menos no caso da Ilha do Combu, apenas esse nome tem significado na vida das gerações que vieram depois, ficando de fora da memória coletiva o outro nome, como pode ser visto na fala do Seu Careca, o principal interlocutor da pesquisa:

Olha num sei cara, porque quando eu nasci já era esse nome né. Eu nunca vi os velhos falar notro nome. O Porto da Palha que trocou de nome, que era São Mateus, ai virou Porto da Palha, porque, porque lá os caras embarcavam todas as palhas, aquelas palhas de cobrir casa, aí trocaram pra Porto da Palha. Isso eu sei que trocou, agora a Ilha do Combu não sei não.

Há também o fato de que aparecem nove ilhas que aparentemente não possuem nome, ora aparecendo como *ilha sem nome*, repetindo para as demais, ora são identificadas como *ilha sem denominação I, II, III*, em diante. Não encontrei informações que indiquem com clareza onde elas se localizam, o que me fez questionar se realmente elas não têm nome ou se tem porém não se sabe qual é, talvez por falta de pesquisas e/ou por não existir uma preocupação maior dos órgãos oficiais em ir até tais localidades coletar informações, como já foi apontado, não existe muitos detalhes das estatísticas oficiais no que concerne às ilhas de Belém, diferentemente dos dados sobre a parte continental. Outros questionamentos que surgem é se não há moradores nessas ilhas, o que provavelmente em algum momento resultaria numa identificação dessas ilhas pelos mesmos.

Ligado a isso está a questão de que há incertezas, por exemplo, com relação à quantidade exata das ilhas belenenses, ora se fala em 39, ora em 42, acredito que seja principalmente devido ao fato de dados mais detalhados sobre a região insular e uma maior acessibilidade a

esses dados. Outra questão que influencia essa confusão são as mudanças políticas-administrativas que alteram os limites das cidades e sua jurisdição, também comentado anteriormente.

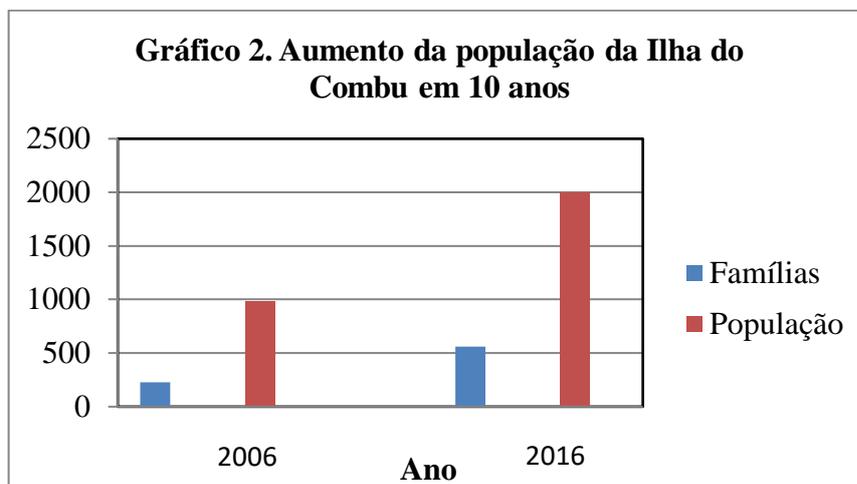
Oficialmente, de fato, são 39 ilhas atualmente que constam como pertencentes a Belém, através da Lei nº 7.682, porém no cruzamento dos dados encontrados percebi que nos mapas ou figuras relacionadas a parte insular não apareciam as 39 ilhas. Como pode ser visualizado na figura 1, acima, sobre os bairros e distritos administrativos, aparecem apenas 28 ilhas, identificadas por seus respectivos nomes, sendo que na lista são 30, e seis ilhas sem identificação, e não nove como aparecem na lista. Assim, no total, aparecem 34 ilhas nos mapas, deixando de fora cinco ilhas.

Ao tentar comparar as ilhas que aparecem no mapa com as que aparecem nos documentos, a repetição de alguns nomes apresentou ser outra dificuldade, pois os nomes Ilha do Maracujá, do(s) Papagaio(s), Urubuoca, Jararaca, e da Barra aparecem duas vezes cada, e Ilha dos Patos aparece três vezes. Diante disso, acredito que há a possibilidade dos registros oficiais apresentarem erros. Talvez não sejam na verdade 39 ilhas e o que houve foi uma confusão com relação aos nomes, ou seja, alguns nomes repetidos podem ter ocasionado a contagem de uma mesma ilha duas vezes. Ou de fato existem ilhas que tinham, ou tem, o mesmo nome, o que demandaria uma atualização das informações nos mapas dos órgãos.

Não é a intenção aprofundar sobre a questão, porém isso mostra a lacuna que existe nas informações e conhecimentos sobre a região das ilhas de Belém, o que corresponde à sua maior parte. Acredito ser importante pontuar isso, pois só reafirma o descaso do município com esta região e a população que nela vive. Levanto um questionamento, como pode haver serviços públicos de qualidade, ou simplesmente ter acesso a algum serviço público, e políticas públicas que proporcionem uma vida digna e de qualidade para essa população insular se os órgãos públicos nem ao menos sabem exatamente quantas ilhas são, onde elas se encontram e como é a vida das pessoas que nelas habitam?

Se no continente enfrentamos descasos nos serviços públicos, os rios parecem representar um abismo para os órgãos da administração pública, que na sua grande parte não se dá o trabalho de ultrapassar. Digo tudo isso pois os principais problemas relatados no trabalho de campo estão relacionados com direitos básicos de cada cidadão, o que irei aprofundar mais a frente.

Os moradores das comunidades da Ilha do Combu fazem parte de uma população que compõe a área rural de Belém que até 2010 possuía um total de 11.924¹³ pessoas sendo que destas, 985¹⁴ se encontravam nesta ilha, correspondendo a 227 famílias, de acordo com dados de 2006. Porém segundo a coordenadora da Unidade de Saúde da ilha hoje se encontram morando no local por volta de 560 famílias, dando em torno de mais de 2.000 pessoas, ou seja, em 10 anos a população da Ilha do Combu aumentou mais do que o dobro (gráfico 2).



Fonte: Dergan, 2006 e pesquisa de campo 2016.

A Ilha do Combu (mapa 1) está situada nas margens do Rio Guamá com a Baía de Guajará, ao lado da Ilha Murutucu e Ilha do Maracujá (ou Ilha Cintra), sendo circundada também pelos furos do Benedito e da Paciência, e entrecortada pelos Igarapés Combu, Periquitaquara, Tapera e Traquateua. Tem cenário tipicamente amazônico, com uma área de várzea, igarapés, com uma flora variada, incluindo floresta primária e secundária¹⁵, árvores de grande porte, solo razoavelmente fértil, com uma área de aproximadamente 15 km², estando a 1,5 km da zona urbana de Belém¹⁶.

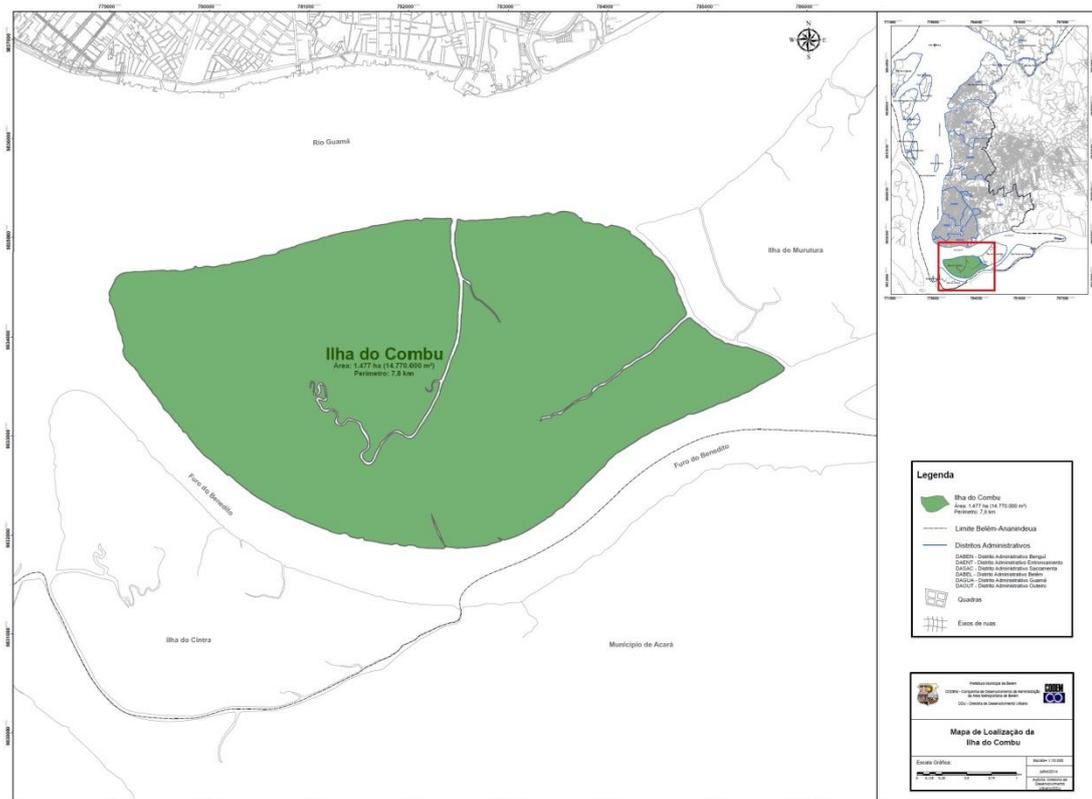
Mapa 1. Localização da Ilha do Combu, Belém-Pará.

¹³ Censo 2010 do IBGE (<http://www.ibge.gov.br>)

¹⁴ Número referente a dados levantados por João Dergan em 2005.

¹⁵ Mário Jardim (2009).

¹⁶ Anuário Estatístico do Município de Belém, 2010.



Fonte: Companhia de Desenvolvimento de Administração da Área Metropolitana de Belém (CODEM), 2014.

Busquei entender o que significava Combu, ou seja, qual motivo para assim nomear a ilha, se é que havia um motivo particular e se hoje em dia eles sabiam. Batista (2010, p. 79) relata que através do relatório de atividades do projeto de extensão na Ilha do Combu de Vera Oliveira pela UNAMA no ano de 1998 encontrou o significado de Combu, que seria *lugar que os pássaros dormiam*, porque havia muitos pássaros na ilha na época da chegada dos negros e índios, os primeiros habitantes da mesma, porém não expõe muitos detalhes sobre a origem dessa informação.

Durante a entrevista com a Dona Dóris, moradora da comunidade Igarapé do Combu, o assunto surgiu e a mesma disse que Combu significava *descanso dos pássaros*, o que se assemelha com o exposto acima. Entretanto, sua fala reflete que essa afirmação não partiu dela, pois foi algo que veio “de fora” já que a mesma não sabia antes, como pode ser visto na sua fala a seguir:

Ah, Combu quer dizer descanso dos pássaros. Eu não sabia, mas uma vez veio um pesquisador... daí de Belém também... acho que ele tava estudando a história da ilha, não lembro o nome dele, já faz um tempo, aí ele veio e me disse que era isso, porque eu não sabia né. Achei bonito. (Dona Doris, pesquisa de campo, 2015)

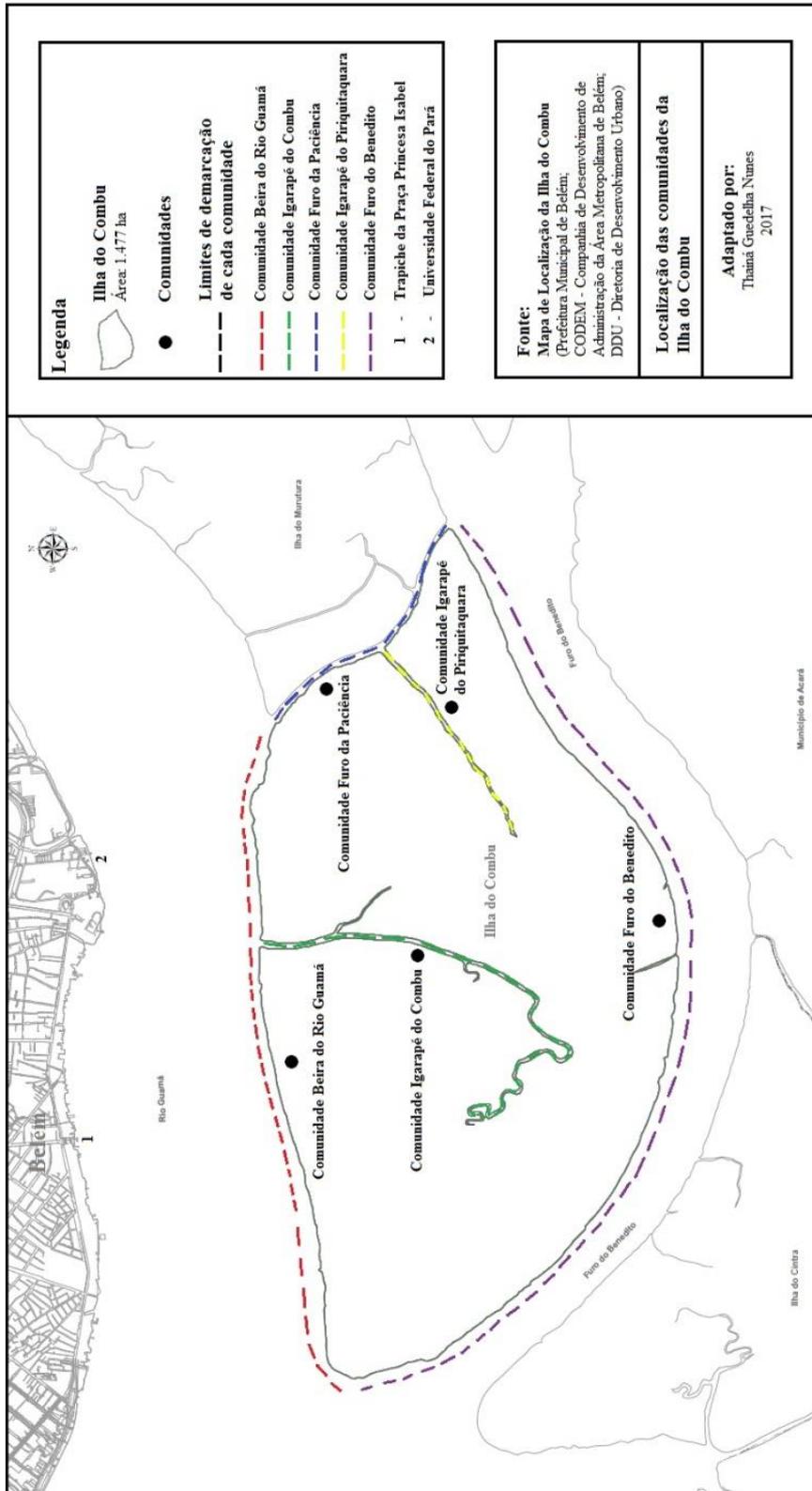
Por mais que ela tenha ficado feliz de “saber o significado” do nome da ilha que mora, não sei até que ponto isso é realmente bom, pois isso pode representar a colaboração para resgatar e reafirmar a história da ilha para eles, e assim reforçar sua identidade. Ou se novamente sua realidade, seu contexto, está sendo novamente afetado por interferência de alguém de fora da comunidade, ou seja, elementos, concepções que vem de fora para dentro, de cima para baixo, e não como iniciativa deles próprios, até mesmo porque ainda não vejo como afirmar com certeza que este é o significado real da palavra e o porquê ela acabou sendo assim chamada.

Ao perguntar para alguns moradores do Igarapé do Combu se sabiam o que significava o nome da ilha a maioria das respostas que recebi era *não*, como a de Seu Careca que respondeu “Não sei... Quando eu nasci já tava assim... Combu é Combu” o que foi seguido de uma risada. Observando a surpresa que sentiam pela pergunta e precisarem de um tempo para pensar o que me pareceu era que estavam também refletindo sobre o fato de nunca terem parado para pensar sobre o assunto, seguido de certo constrangimento por não saberem me responder, no que tentei demonstrar que não importava eles não saberem, que eu só estava curiosa para saber se havia uma definição ou não.

A única que respondeu diferente foi a Patrícia, também moradora do Igarapé do Combu, ao dizer: “Combu, que eu saiba, é ilha redonda né ... porque ela é meio redonda... Combu vem de cumbuca”. Apesar de que olhando no mapa se pode perceber que a ilha não tem um formato exatamente redondo, mas é algo próximo, como algo redondo que foi ligeiramente “amassado” pelos lados. De qualquer forma achei interessante a relação que a mesma fez com esse recipiente tradicional amazônico.

A Ilha do Combu é formada por cinco comunidades, são elas: Comunidade Beira Rio Guamá, Comunidade Igarapé do Combu, Comunidade Furo da Paciência, Comunidade Igarapé do Piriquitaquara e Comunidade Furo da Paciência. A localização destas pode ser visualizada na figura 2, e como pode ser observado, a extensão das águas que formam a ilha é o que define à qual comunidade o morador pertence, sendo as mesmas batizadas com os nomes desses rios, furos e igarapés.

Figura 2. Localização das comunidades da Ilha do Combu.



Fonte: CODEM, adaptado por Thainá Nunes, 2017.

Normalmente pesquisas feitas na ilha apontam quatro comunidades, como por exemplo, Cirilo (2013), Nascimento et all (2010) e Ribeiro (2010), geralmente contando como uma comunidade os moradores das margens do Furo da Paciência e do Igarapé Piriquitaquara. Porém eu considero cinco comunidades basicamente por dois motivos. Primeiro, eles se baseiam como elemento demarcador de cada comunidade a água, ou seja, os rios, furos e igarapés que compõem a ilha, tanto que cada comunidade é homônima do rio onde ela se encontra. Ressalto que toda que vez que falar em “rio” este “tem no caso um sentido genérico, abrangendo indistintamente os acidentes hidrográficos em geral. Tanto designará os cursos d’água como as baías, e por extensão o estuário, expressão comum dessa generalidade” (MOREIRA, 1966, p 63). Assim, quando se referem a alguém, e indicam de onde a pessoa é dizem “fulano é da beira rio (Beira do Rio Guamá)”, “é do Igarapé do Combu”, “da Paciência”, “da Piriquitaquara” ou “é do Benedito”.

Segundo, é que cada comunidade tem uma Agente Comunitária de Saúde (ACS) que acompanha a saúde das famílias locais, e há cinco agentes na Ilha do Combu no total. Assim, então, pode-se concluir que o número de comunidades é igual ao número de ACS presente na ilha, ou seja, cinco. Destaco também aqui que Dergan (2006) não fica totalmente claro, mas compreendo que ele considere, assim como eu, que sejam cinco comunidades.

É complexo qualificar comunidade para os ribeirinhos do Combu, pois alguns parecem considerar comunidade a ilha toda. Dona Dóris falou que os que moram na Beirado Rio Guamá também são da comunidade, mas são diferentes, e são “da beira” (localização na ilha de onde moram). Já outros, como a Gisele, que claramente diferencia cada uma, pois quando perguntei se a Dodita, uma das mães que participam da Sala de Leitura, era daquela comunidade e a outra respondeu que não, pois era da beira rio.

O termo comunidade não aparece nos seus discursos cotidianos, até onde pude observar, apesar de compreenderem quando é falado no termo. Quando vão indicar onde na ilha determinada pessoa mora (ou família) eles apenas dizem o nome do curso d’água, como foi exposto mais acima. Entretanto, percebo que nós do continente não dizemos “somos da cidade de Belém”, dizemos apenas “Somos de Belém”. Nesse sentido, esses tipos de termo muitas vezes são mais para referenciar com relação às localidades principalmente quando alguém é “de fora”, o nome do lugar é a mais importante referência de onde se está falando.

Para chegar à Ilha é necessário a locomoção até a praça Princesa Isabel, localizada na avenida Bernardo Sayão com a Avenida Alcindo Cacela, onde se encontra um trapiche para pegar embarcações para fazer a travessia (fotografia 10). Os barcos aí atracam para a travessia dos turistas de sexta a domingo durante a parte do dia sem horário fixo, saindo quando há pelo menos dez pessoas a bordo.

Fotografia 10. Trapiche da Praça Princesa Izabel, Belém.



Foto: Thainá Nunes, 2016.

Navegando pelo Rio Guamá logo é possível perceber duas paisagens que se contrastam. Olhando para um lado observa-se um horizonte preenchido por variados edifícios que moldam a silhueta da Belém continental, enquanto ao virar para o lado oposto se tem um verde a se perder de vista. A natureza é predominante no segundo cenário, sendo interrompida somente onde foi construída a residência do morador da ilha, ou as construções para uso coletivo e/ou econômico. Tal dualidade de cenários pode ser observada nas fotografias 11 e 12.

Fotografia 11. Vista da Belém continental pelo Rio Guamá.



Foto: Belém continental. Thainá Nunes, 2015.

Fotografia 12. Vista da Ilha do Combu pelo Rio Guamá.



Foto: Comunidade Beira Rio Guamá, Ilha do Combu. Thainá Nunes, 2015.

2.2 Um Breve Relato Da História Da Ilha

Todo lugar tem sua história. Pessoas e acontecimentos que ao longo do tempo vão formando o presente. No passado, somente as localidades consideradas mais importantes no desenvolvimento do Brasil é que tiveram suas histórias contadas. Então, infelizmente, não há uma história “oficial” da Ilha do Combu, porém alguns autores fornecem elementos que ajudam a compor essa história, com destaque para Dergan (2006), cuja dissertação foi voltada para um registro da história do Combu, tanto através de documentos quanto da história oral dos moradores da ilha, e Rodrigues (2006) com sua dissertação, também sobre a ilha, trazendo mais elementos que corroboram com o exposto pelo primeiro.

A partir de suas pesquisas em documentos que fazem parte da história de Belém e as recordações dos moradores da ilha, compreende-se que o início da história do Combu parece começar a se escrever lá pelo final do século XIX, com índios e negros que fugiam para as ilhas para se afastar do movimento da urbanização, pois não se adaptavam àquele ritmo (DERGAN, 2006, p 49).

Cirilo (2013, p 64) aponta como a comunidade Igarapé do Combu sendo a mais antiga “fundada” em 1915 pela família Quaresma, como se fossem os primeiros a terem chegado se

baseando no trabalho de Rodrigues (2006), porém em sua dissertação o autor não faz tal afirmação. O mesmo, inclusive, apresenta mais provas da presença de negros nas ilhas por volta de 1870, encontrando em Bezerra Neto (2002) documento onde aparece a Ilha do Combu:

Vê-se, então escravo fugindo que, hominizado fora dos limites da cidade de Belém, vinha não somente em busca do necessário à sua existência, como em busca também de laços afetivos. Mas tem-se notícia, sobretudo de quem vinha à capital trabalhar. [...] Celestino, pertencente à viúva Ana Maria Corrêa de Miranda, fugindo do serviço de outro Miranda [...], na Ilha do Combu, localizada defronte da capital paraense, aparecendo alguns dias vendendo assahi [açafá] nesta cidade (BEZERRA NETO apud RODRIGUES, 2006, p 72).

Isso sem falar nos índios que aqui já se encontravam quando Belém foi “fundada”, como aconteceu no processo de colonização por todo o Brasil, como pode ser visto no livro sobre a jornada de Castelo Branco nos anos de 1615 e 1616:

Assim, mandou disparar alguns pequenos canhões que levava, os quais, ao mesmo tempo que serviam de salvar de alegria, não pouco contribuíam também para conter em respeito aos indígenas, receosos e intimidados com a vizinhança de tão inoportuno e destemido hóspede (AMARAL, 2004, p 77).

Naquela época o foco era o desenvolvimento de Belém, seu crescimento urbano, e as ilhas não eram consideradas como importantes nesse processo da urbanização da capital paraense. Moreira (1966, p 71), há praticamente 50 anos atrás, ainda refletia tal concepção quando diz que “a não ser paisagisticamente, as ilhas do Guamá tem reduzida significação para Belém, a começar por se acharem na margem oposta à da cidade”, porém, pelo menos de alguma forma já atribuía algum valor a esses lugares, mesmo que apenas por sua paisagem e natureza quase intacta, afirmando que “destacam-se pelo seu tamanho as de *Cambu [Combu]*, dos Patos, São Benedito, Marinheiro, Murutucu, Paulo da Cunha e outras mais”.

Posteriormente para alguns havia a potencialidade das ilhas “ajudarem” para o crescimento de Belém, assim esses locais começaram a ser usados para algumas atividades, como por exemplo, agricultura e extrativismo, com o único objetivo de abastecer a cidade e sua economia. Como aponta Moreira (1966, p 76) que “a exploração da borracha para fins comerciais começou na área *belemense*. Só depois é que essa exploração se estendeu à região das ilhas e às demais partes da Amazônia”.

Assim, se inicia a complicação fundiária que ocorreu na área insular devido ao regime sesmarial, decorrente do “Brasil Colônia, através do qual a Coroa portuguesa transferiu vastas terras do domínio público a particulares, dando início ao direito privado sobre terras brasileiras” (GONÇALVES, 2016, p 64). Tais donos poderiam então usar dessas terras para as atividades que estavam em voga na época, e posteriormente:

Nos arredores da cidade, nos principais rios como Guamá, Acará, Moju, não estavam estabelecidos apenas os ocupantes sesmeiros oficiais, mas também diversos sujeitos que viviam e sobreviviam nestes espaços, estabelecendo complexos de relações e significados (DERGAN, 2006, p 43).

Esses sujeitos que lá já viviam, ou os que vieram depois a partir das atividades ali implantadas, não eram levadas em consideração, pois apenas se preocupavam em como aquele espaço poderia ser produtivo para o crescimento de Belém. Moreira (1966), mesmo sendo mais recente, na parte de seu livro dedicado as ilhas, em nenhum momento comenta sobre os que ali viviam, focando apenas na importância biológica, geográfica e histórica com relação ao desenvolvimento de Belém, inclusive indicando a necessidade de mais estudos sobre as potencialidades desses locais para o setor industrial.

Assim como os que tomaram para si a tarefa de “desenvolver” Belém, Moreira também encarava as ilhas como um espaço vazio, pelo menos socialmente vazio. Mas era realmente vazio? A resposta claramente é *não*, pois, por exemplo, esse autor publicou em 1966, mas como já foi mostrado, por volta de 1900 confirmadamente já havia famílias cuja Ilha do Combu era seu lar. Isso não se falando dos índios e negros que lá se escondiam há muito mais tempo. Porém nem estes ou aqueles eram considerados donos daquelas terras.

Por um lado, acredito que o lado bom dessa conjuntura se dá no fato de que as ilhas não participaram a fundo desse processo de urbanização, o que permitiu que essas pessoas desenvolvem-se a partir de sua própria lógica, estabelecendo seu próprio modo de vida relativamente à parte do que se passava em Belém. Além disso, foi possível que uma parte da natureza amazônica que existia na cidade fosse preservada.

Após um tempo, ao admitirem a existência de moradores na área insular da cidade, José Magalhães em 1864 sancionou a lei nº 441 na tentativa de inserir esses grupos no poder da mesma, para assim organizar e controlar esses locais em favor do crescimento da cidade. Tais habitantes eram considerados atrasados e preguiçosos, pois viviam num espaço grande

dominado pela natureza e não se inseriam na lógica econômica e mercantil que julgavam ser importante para a cidade (DERGAN, 2006, P 50-51). Acredito que o relato de Henri Bates reflete este ponto:

A abundancia de terras sem dono, a liberdade que impera ali, a vida descuidosa semi selvagem que as pessoas levam, a facilidade com que se obtêm o próprio sustento com pouco trabalho – tudo isso induz até mesmo os mais bem intencionados a abandonarem o trabalho regular tão logo surja a oportunidade (BATES, 1944, p 30).

Moreira também reflete determinada importância que tal região exerceu na história de Belém, no que se refere ao movimento da Cabanagem (1835-1840), o que acaba afirmando a presença de pessoas ali. Ele discorre que:

A floresta realçava e ameaçava ao mesmo tempo a capital paraense, e o efeito psicológico da sua presença não deixou de influir por certo na fulminante tomada da cidade pelos cabanos. Protegidos pela floresta, conhecedores dos seus segredos e afeitos à rudeza das suas condições, eles tinham sobre as tropas regulares a vantagem dessa procedência matéria. A floresta protege, acoberta, dissimula, sobretudo quando se trata de pessoas criadas em seu seio. Se em vez da floresta, fosse Belém circundada por campos ou savanas, teriam eles conseguido conquistá-la tão facilmente? (MOREIRA, 1966, p 78).

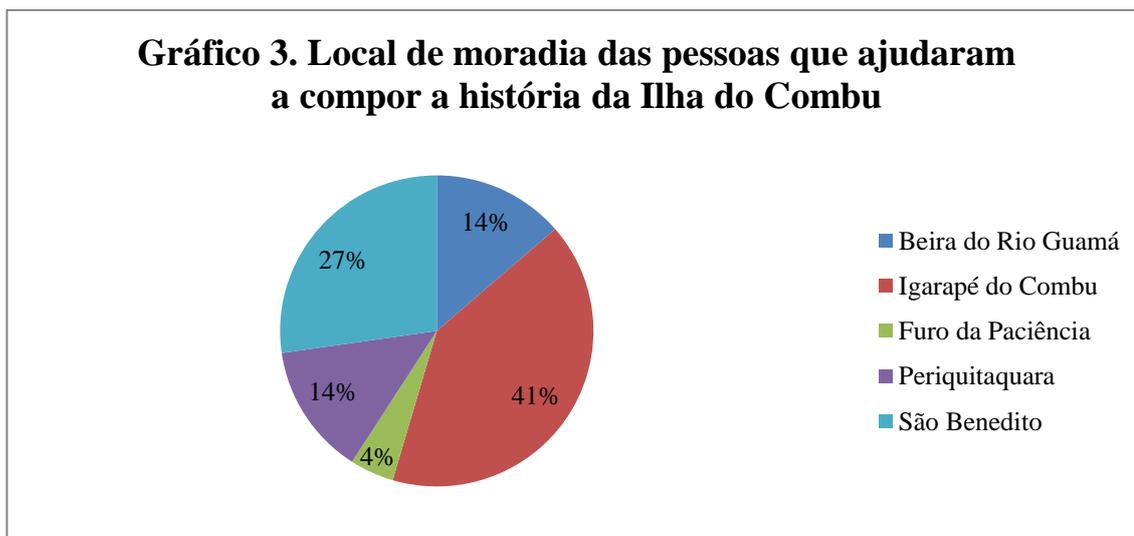
Outros significados foram sendo atribuídos para as ilhas de Belém, principalmente dois, como um lugar de veraneio da elite belenense, e o lugar de prisões para os transgressores (GONÇALVES, 2016). O atrativo das ilhas, para ambos os fins, era seu distanciamento da cidade e de sua vida já agitada do início do século XX.

Mas quem foram as pessoas que posteriormente foram chegando à ilha consolidando assim a população ribeirinha da Ilha do Combu? De onde vieram as famílias que contribuíram para a formação das comunidades e por que vieram? Não é minha intenção aprofundar nos detalhes da história da ilha, para isso há outros trabalhos, mas é interessante fazer esse breve resgate histórico, haja vista que meu foco é entender a relação dos que hoje lá moram com aquele território, e saber um pouco de seu passado auxiliará em uma melhor análise, e mais interessante, do presente.

Para tanto, foi fundamental o estudo realizado por Dergan que investigou sobre o passado dos moradores da Ilha do Combu¹⁷, buscando a memória de moradores mais velhos através da história oral. Através de seu trabalho foi possível extrair informações sobre 22 pessoas o que ajudará a refletir sobre a questão. Abaixo, no gráfico 3, encontra-se a distribuição dessas pessoas por local de moradia, ou seja, à qual comunidade elas pertenciam. A maior parte,

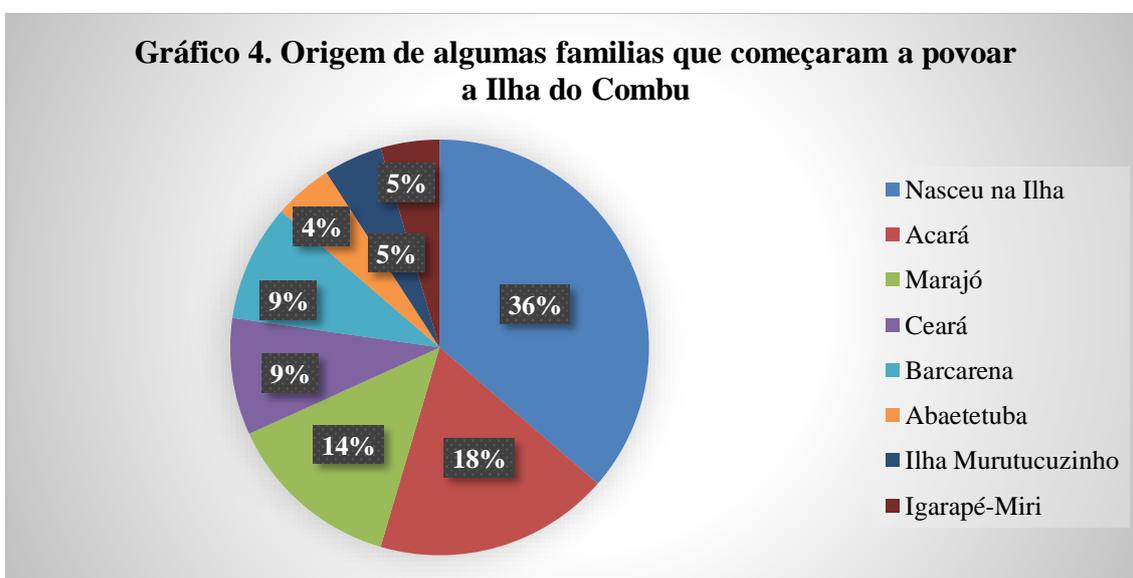
¹⁷ Há outros objetivos que envolvem sua pesquisa, como a relação homem-natureza, que perpassa a construção da história local que ele se propõe a discutir, porém nesse ponto estou focando nas informações que sua dissertação trás sobre a memória de seus entrevistados sobre seu passado e de seus ascendentes.

41%, era da comunidade Igarapé do Combu, a comunidade foco da minha pesquisa e a que possui maior número de habitantes.



Fonte: João Dergan, 2006. Sistematização dos dados pela autora.

Abaixo, no Gráfico 4, podemos ter uma boa ideia da proveniência das famílias que no século XX vieram habitar a Ilha do Combu. Estas vieram de várias localidades, na maioria dos casos locais próximos à ilha, em sua maior parte dessas famílias vieram do Município do Acará, com 18% dos casos, seguido da Ilha do Marajó, com 14%, Ceará e Barcarena, ambos com 9%, Ilha do Murutucuzinho e Irapé-Miri com 5% cada, e Abaetetuba que representa 4% da origem das famílias que hoje formam a população *combuense*.



Fonte: João Dergan, 2006. Sistematização dos dados pela autora.

Por se tratar de uma pesquisa recente já havia uma grande parte que haviam nascido na ilha, 36% dessas pessoas, como dona Nair que hoje teria 86 anos. Além dela, que deve ter nascido por volta de 1930, sua mãe e avó também haviam nascido na ilha, ou seja, sua família já estava há pelo menos 4 gerações na ilha, contando com seus filhos.

Ao que parece, a família Quaresma é uma das mais antigas na ilha, lá chegando em 1915, porém o relato dos pais de seu Rui é que já havia pessoas morando lá quando chegaram. Seus pais não tinham terra própria em Igarapé-Miri, e trabalhavam com roça e açaí, entretanto, a maior parte da produção ia para o dono da terra. No Combu, mesmo que parte dos produtos extrativistas ia para o dono daquela nova terra, havia muito mais produtos que garantiam sua subsistência. Consideravam lá um lugar melhor para viver. Na verdade muitos vieram devido à expropriação camponesa que aconteceu em Igarapé-Miri.

Algumas dessas pessoas tiveram uma jornada até encontrar seu lugar na Ilha do Combu. Como a mãe de dona Catarina que nasceu no Ceará, passou pelo Amazonas, Ilha das Onças e por fim a Ilha do Combu. Ou dona Heumita, que era de Ponta de Pedras, no Marajó, posteriormente foi morar em Belém, onde conheceu seu marido, que era de Muaná, também no Marajó. Mas não se identificaram com o modo de vida no continente, pois era muito agitada, indo então morar na Ilha Grande e então na Ilha do Combu.

Dergan (2006, p 81-82) aponta os moradores tem uma parte de descendência nordestina devido as políticas de incentivo a migração nordestina para trabalhar nos seringais para a indústria da borracha no século XIX. Inclusive informa que havia uma colônia na Ilha das Onças que recebeu muitos nordestinos.

Como comentei anteriormente, no passado, parte do trabalho na ilha era destinado aos “donos”, pois havia pessoas que se reivindicavam donos daquelas terras nas ilhas de Belém. Ao que parece boa parte das famílias que estavam mudando para o Combu o faziam a partir destes “donos”, para trabalhar em suas terras.

Esse foi o caso de dona Amélia, que era de Muaná, onde trabalhava para um patrão que a levou para trabalhar no Combu, pois este era “dono” da Ilha Grande e parte da Ilha do Combu. Trabalhava com borracha, cacau, andiroba, ucuuba para o patrão, o açaí e camarão eram para sobrevivência. Um tempo depois, comprou do patrão aquela parte da terra onde moravam, pois eram felizes morando no Combu.

Dona Maria também decidiu comprar o terreno em que morava e trabalhava para o “dono” da parte que correspondia a comunidade Igarapé do Combu, identificado como Clóvis Moreira. Ao aceitar, os pagamentos eram feitos parceladamente, com dinheiro ou produtos de seu trabalho extrativista (DERGAN, 2006, p 84-85). Na época, as principais atividades econômicas envolviam açaí, cacau, borracha e farinha.

Estava me parecendo que eles não tinham enfrentado muita resistência de seus patrões e donos das terras. Porém, compreendi que para além do fato dos donos não morarem na ilha, e não pretenderem morar, a maioria dessas propriedades não eram legalizadas. O que ocorria era que “havia proprietários oficializados pelas relações de exploração econômica” (DERGAN, 2006, p 87). Havia uma grande e frequente relação comercial entre Belém e ilhas.

O que parecia algo questionável, e possivelmente errado, acabou sendo uma vantagem para esses ribeirinhos, pois se pode perceber que eles estavam felizes por serem donos de suas vidas, de seu trabalho e de suas terras.

A Ilha do Combu era também, na década de 60, local onde havia fabricação de tijolos na olaria que ficava no Furo do Benedito. Seu Manoel foi chamado em 1963 para trabalhar na olaria através de um amigo que já trabalhava lá. Foi daí, então, que conheceu a Ilha do Combu e para lá decidiu se mudar. Assim, “Os donos da terra e descendentes iniciaram a fabricação de tijolos, na qual os sujeitos da ilha eram os trabalhadores desses empreendimentos, amassando barro, fabricando os tijolos e em troca viviam na terra” (DERGAN, 2006, p 90).

Para reforçar ainda mais a descendência negra da ilha, dona Margarida, moradora do Igarapé Piriquitaquara, relatou a Dergan (2006) que ouvia histórias dos pais e avós sobre os escravos que trabalharam naquela comunidade. Por fazer parte de lembranças ruins, os mesmos não comentavam muitos detalhes do assunto, e para superar tais recordações no local usado sempre para castigar escravos foi construído o centro comunitário do Piriquitaquara.

Outro elemento dessa referência se dá no fato de que há pessoas que vieram de Itacoã, uma Comunidade Quilombola localizada do município de Acará¹⁸, como por exemplo, dona Rosalina, que era do Piriquitaquara, e o pai de seu João, do São Benedito.

Inicialmente, a ilha era considerada como parte do município do Acará, e assim o foi até 1938. Porém, foi a partir da lei nº 3.131 desse mesmo ano que foi estabelecido os limites da

¹⁸ Sobre o assunto ver MARIN, Rosa Acevedo. *Itacoã, nosso sítio no Baixo Acará*. Belém, 2003.

cidade de Belém, onde definiam as fronteiras entre Belém e Acará, e na lei nº 158 de 1948 tais limites foram referendados (DERGAN, 2006, p 100).

Essa decisão político-administrativa, no entanto, não se refletia nas relações sociais, pois os mesmos continuaram mantendo mais proximidade com Acará por um tempo. Acredito que tanto pela proximidade física ser maior, quanto o fato de que muitos moradores da ilha vieram deste município, então lhes era mais familiar. Há também o fato de que eles por um bom tempo não estavam cientes da mudança de jurisdição, só depois descobriram que já não faziam mais parte do Acará, quando foram exigir melhoria de vida dos órgãos competentes, que então foram informados que deveriam se dirigir à Belém para tal.

A Ilha do Combu, assim como todas as outras ilhas, não apareciam nominalmente nesses documentos, somente na lei 7.603 de 1993 se inicia o desenho dos distritos administrativos e da divisão da Belém continental e insular, tendo como ponto de referencia para esse último as Ilhas de Mosqueiro e Outeiro (Caratateua). Então, somente na lei nº 7.682 de 1994 é que se especifica as áreas que correspondem à cada distrito administrativo e finalmente aparecem listadas as ilhas.

No que concerne à história das ilhas de Belém, e conseqüentemente da Ilha do Combu, temos então, resumidamente:

As ilhas que compõem a atual RM de Belém e arredores foram utilizadas entre os séculos XVI e XIX como esconderijo de indígenas, escravos africanos e afrodescendentes fugitivos. Essas ilhas, ou parte delas, concedidas em cartas e datas de sesmarias, ao longo dos três primeiros séculos, não foram ocupadas sistematicamente pelos sesmeiros. Durante esse período, as ilhas da RM de Belém foram utilizadas para o cultivo de cana-de-açúcar, cacau, arroz, urucum, baunilha etc. Outras se tornaram sede de olarias e engenhos. Ainda que houvesse moradores nas ilhas, de modo geral, eles foram relativamente ignorados pelo poder público. Foi somente no século XIX que parte delas foi sendo povoada por meio de projetos do governo, em função da política de imigração por ele promovida, como Caratateua (Outeiro). Em outras ilhas, ocorrera a ocupação por migrantes nordestinos, que vinham para a Amazônia a fim de trabalhar nos seringais e castanhais (GONÇALVES, 2016, p 67).

Assim, com o tempo, mais famílias foram se estabelecendo na Ilha do Combu, vindas de várias localidades e descendência, sendo a maioria de localidades do interior do estado do Pará onde já havia familiaridade com a vivência em meio à natureza. E quanto mais gente chegava, mais foram formando laços familiares, realizando trocas de saberes, e a população assim foi crescendo e constituindo seu modo de vida como é hoje.

2.3 A Área de Proteção Ambiental da Ilha do Combu

O início da história de criação da APA se deu através de pesquisas da equipe do MPEG em que Anthony Anderson coordenava, instituição pioneira nas pesquisas na ilha, que tinha seu foco o estudo da flora do local, sendo o primeiro a constatar a possibilidade de uma degradação futura a partir da derrubada desenfreada das palmeiras para extração do palmito (Lei nº 6.083/97), e que apesar dos moradores terem ações sustentáveis com o meio ambiente, os mesmos poderiam se desenvolver mais nesse sentido com a ajuda das instituições de Belém, mesclando os saberes tradicionais com os científicos.

Anthony Anderson era botânico, pesquisador do MPEG e dentre outras coisas pesquisou sobre o manejo do açaí nas Ilhas das Onças e Marajó por volta do ano de 1985¹⁹. Ainda na década de 80, no período de 1987 a 1990, Anthony desenvolveu um projeto de extensão na Ilha do Combu com o objetivo de fazer um levantamento florístico (Cirilo, 2013).

Foi através desse projeto que relatou sua surpresa com a conservação ambiental do local mesmo estando muito próxima da área urbana. Também foi nessa época que soube de planos que estavam sendo debatidos sobre a construção de uma ponte que passaria pela Ilha do Combu, então para preservar a população ribeirinha local e seu modo de vida, sugeriu em seu relatório a necessidade da ilha ser transformada em uma unidade de conservação. Na década de 90 ele ainda executou outro projeto voltado para a população local e o extrativismo. (CIRILO, 2013, p 144-145).

Em 1997 a Prefeitura de Belém promoveu o “I WORKSHOP das Ilhas de Belém” que reuniu 70 representantes e 42 Instituições para debater sobre a importância da criação de planos diretores específicos para cada ilha e a realização do plano de desenvolvimento destas (DERGAN, 2006). A partir do WORKSHOP a Associação das Ilhas, onde havia representantes de várias ilhas que fazem parte de Belém, intensificou o debate sobre demandas locais com encaminhamento de solicitações e reivindicações para o poder público, assim como projetos de ações que beneficiassem o seu território.

Neste mesmo ano, através da Lei nº 6.083, foi criada a APA do Combu, tendo como principal motivação, e argumentos, evitar a derrubada dos açazeiros de onde tiravam o palmito, principalmente na entressafra do açaí, como consta na lei citada acima, e, ligado a isso, preservar um território que fazia parte de uma área metropolitana e que, diferentemente da

¹⁹ Destaque Amazônia. Órgão de Divulgação do Museu Paraense Emílio Goeldi. Ano II, Nº 9 – julho/85.

área urbana, ainda mantinha a natureza muito preservada com uma pequena população ribeirinha que mantinha uma relação estreita com a mesma.

Uma APA é um dos tipos de Unidades de Conservação (UC) existentes, que são divididos em dois grupos: a) Unidade de Proteção Integral, e b) Unidades de Uso Sustentável. A saber, uma Unidade de Conservação Ambiental é um:

Espaço territorial e seus recursos ambientais, incluindo as águas jurisdicionais, com características naturais relevantes, legalmente instituído pelo Poder Público, com objetivos de conservação e limites definidos, sob regime especial de administração ao qual se aplicam garantias adequadas de proteção (Lei Federal 9.985/2000).

Cada um dos referidos grupos compreende várias categorias de UC, sendo que na primeira são cinco, e na segunda são sete. A segunda é a mais importante para este trabalho, pois é onde se encontra a categoria aqui exposta, ou seja, a Área de Proteção Ambiental (APA), juntamente com as outras modalidades: Área de Relevante Interesse Ecológico, Floresta Nacional, Reserva Extrativista, Reserva de Fauna, Reserva de desenvolvimento Sustentável e Reserva Particular do Patrimônio Natural.

A população que ali se estabeleceu cada vez mais se adaptou ao local e a partir das suas relações sociais, assim como com a área urbana, foram construindo sua identidade, sua cultura. E com o passar do tempo o número de habitantes crescia cada vez mais. Apesar de manterem uma relação com a natureza tendo como prioridade a sua subsistência, o crescimento populacional, ausência de variedade de opções de renda na entressafra do açaí, e sua grande proximidade com o centro urbano de Belém, foram alguns dos aspectos que preocuparam os atores sociais atuantes na época, principalmente os externos.

Então, essa foi uma estratégia para garantir a manutenção do modo de vida local e do usufruto do seu território por seus moradores garantindo legitimação na proteção contra os impactos socioambientais do "progresso", assegurando assim que o seu habitat, baseado na relação íntima com a natureza, não se degrade. Assim, a comunidade, e as gerações futuras, poderiam continuar usufruindo dos recursos naturais para sua produção e reprodução. Conseqüentemente a diversidade biológica da área insular de Belém estaria protegida, a ocupação local seria mais disciplinada em prol da sustentabilidade da natureza e de seus recursos. Sendo assim, a priori:

Art. 3º - Na APA da Ilha do Combu ficam proibidos ou limitados:
I. A implantação e o funcionamento de indústrias potencialmente poluidoras;
II. A realização de obras de terraplanagem e a abertura de canais, quando essas iniciativas não forem restritamente necessárias para atividades afins;

III. O exercício de atividades que ameacem extinguir as espécies da biota regional;

IV. O uso de biocidas, quando indiscriminados ou em desacordo com as normas ou recomendações técnicas oficiais.

(fonte: LEI No 6.083, de 13 de novembro de 1997, sobre a criação da APA da Ilha do Combu.)

Posteriormente o Instituto de Desenvolvimento Econômico, Social e Ambiental do Pará (IDESP) tomou conhecimento dos resultados desta pesquisa, viu a importância de inclusão nos projetos de UC de áreas em região metropolitana, então iniciou o debate sobre transformar a Ilha do Combu em uma Unidade de Conservação, e para isso foram utilizados estudos científicos, foi feita uma demarcação geográfica, algumas lideranças da ilha foram chamadas para se incluir no processo, e juntamente com a Assembleia Legislativa culminou na elaboração da lei que oficializou a APA Ilha do Combu (DERGAN, 2006; CIRILO, 2013).

A proposta de Anthony Anderson primeiramente foi transformá-la em uma Reserva Extrativista (RESEX), porém depois de diversos debates vislumbrou-se que seria melhor ser uma APA, principalmente porque isso seria mais favorável e coerente com a realidade da população local.

Nesse sentido, os principais atores envolvidos no processo foram o MPEG, principalmente na figura do pesquisador Antony Anderson, o IDESP, a Assembleia Legislativa e alguns poucos líderes das comunidades da ilha, com um interesse em comum: a preservação ambiental e cultural da ilha. Percebi que, assim como com relação à maioria das ações locais, esta não foi uma iniciativa da população local.

A partir de todo debate e ação ocorridos até então, em 1997 a Ilha do Combu se tornou uma Área de Proteção Ambiental, com uma importância especial para a qualidade de vida e o bem-estar das populações humanas, sendo:

Uma área em geral extensa, com certo um grau de ocupação humana, dotada de atributos abióticos, bióticos, estéticos ou culturais especialmente importantes para a qualidade de vida e o bem-estar das populações humanas, e tem como objetivos básicos proteger a diversidade biológica, disciplinar o processo de ocupação e assegurar a sustentabilidade do uso dos recursos naturais (Lei Federal 9.985/2000)

Uma APA tem como objetivos basicamente proteger a biodiversidade, através de uma conscientização da ocupação humana local e seu uso sustentável dos recursos naturais, sendo na LEI No 6.083, de 1997, sobre a criação da APA da Ilha do Combu, estabelecido que:

Art. 2º – Na elaboração dos estudos básicos, plano de manejo, implantação e funcionamento da APA do Combu, serão adotadas, entre outras, as seguintes medidas:

I. VETADO

II. VETADO

III. VETADO

IV. A utilização dos instrumentos legais e dos incentivos financeiros governamentais, para assegurar a proteção e uso racional dos recursos naturais;

V. Aplicação, quando for necessário, das medidas legais destinadas a impedir ou evitar o exercício de atividades causadoras de sensível degradação da qualidade ambiental, em especial as atividades de derrubada dos açazeiros, para a retirada do palmito;

VI. A divulgação das medidas preventivas desta Lei, objetivando o esclarecimento do povo, em especial, a comunidade local, sobre a APA e suas finalidades.

A APA da Ilha do Combu tem como órgão gestor a Secretaria de Meio Ambiente e Sustentabilidade (SEMAS), e para que fossem alcançados os propósitos de uma UC era necessário um conselho gestor deliberativo que foi criado somente em 2008. Mas apenas em 2013 foi criado o regimento interno da APA Combu sendo composto por 20 membros, dividido em 10 representantes do poder público e 10 representantes da sociedade civil, estando nestes incluso a comunidade, instituições de pesquisa, Organizações Não-Governamentais (ONG) e Organização da Sociedade Civil de Interesse Público (OSCIP), tendo cada membro um suplente. De acordo com a Portaria no. 1.945 de 24/10/2008 da lei de criação da APA:

Art. 2º - Compete ao Conselho da APA da Ilha do Combu:

I - acompanhar a elaboração, implementação e revisão do Plano de Manejo da unidade de conservação, garantindo o seu caráter participativo;

II - buscar a integração da unidade de conservação com as demais unidades e espaços territoriais especialmente protegidos e com o seu entorno;

III - envidar esforços para compatibilizar os interesses dos diversos segmentos sociais relacionados com a unidade;

IV - avaliar o orçamento da unidade e o relatório financeiro anual elaborado pelo órgão executor em relação aos objetivos da unidade de conservação;

V - ratificar a contratação e os dispositivos do termo de parceria com Organização da Sociedade Civil de Interesse Público - OSCIP, no caso de gestão compartilhada da unidade por determinação do órgão executor;

VI - acompanhar a gestão por OSCIP e recomendar a rescisão do termo de parceria, quando constatada irregularidade, no caso do inciso anterior;

VII - manifestar-se, sempre que solicitado pela Secretaria de Estado de Meio Ambiente - SEMA, sobre obra ou atividade potencialmente causadora de impacto na unidade de conservação;

VIII - propor diretrizes e ações para compatibilizar, integrar e otimizar a relação com a população do entorno ou do interior da unidade; e

IX - elaborar o seu regimento interno.

A partir de 14 de outubro de 2008, portaria N°. 2.526/2008-GAB/SEMA, 22 de dezembro de 2008 foram oficialmente nomeados os componentes do conselho, passando assim a integrar as reuniões do mesmo. As representações, que podem ser consideradas os atores que deram

continuidade na concretização da criação da APA, que compuseram o Conselho Gestor Deliberativo eram: Secretaria de Estado de Meio Ambiente – SEMA; Instituto Chico Mendes de Biodiversidade – ICMBio; Companhia Paraense de Turismo – PARATUR; Secretaria Municipal de Meio Ambiente de Belém – SEMMA; Serviço de Apoio às Micro e Pequenas Empresas – SEBRAE; Assessoria de Relações Interinstitucionais da Polícia Civil; Gerência Regional do Patrimônio da União – GRPU; Museu Paraense Emílio Goeldi – MPEG; Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária – INCRA; Empresa Brasileira de Pesquisa Agropecuária – EMBRAPA; Comunidade do Igarapé Combu (Centro Comunitário em questão); Centro Comunitário Santo Antonio; Associação dos Moradores do Furo São Benedito a Preservar; Comunidade Beira do Rio; Associação dos Moradores e Usuários do Projeto de Assentamento Agro-Extrativista – PAE Combu; Conselho Nacional dos Seringueiros – CNS; Sindicato dos Trabalhadores e Trabalhadoras Rurais de Belém – STTR; Federação dos Trabalhadores na Agricultura – FETAGRI; Cooperativa dos Barqueiros da Ilha do Combu; Cooperativa dos Artesãos da Ilha do Combu.

As reuniões tinham como objetivo discutir, planejar e executar as ações da APA buscando a conservação dos recursos naturais e o desenvolvimento das populações ribeirinhas residentes neste território. Segue abaixo a linha do tempo que envolveu a criação da APA:

Figura 3: Linha do tempo da Criação da APA Ilha do Combu



Sistematização: Thainá Guedelha Nunes, 2017.

Apesar da participação de algumas lideranças locais, o que se pode perceber nos documentos e estudos sobre aquela época, é que a população como um todo não fazia parte do processo, mesmo sendo todos beneficiários dos resultados, sendo que a maioria nem estava ciente da existência da ação. Muitos só ficaram sabendo depois da APA já ter sido oficializada, haja vista que no cotidiano nada havia visivelmente mudado, porém, apesar de muitos não terem ficado muito felizes por não terem sido consultados, aceitaram pelo fato de compreenderem como algo benéfico para eles.

As lideranças da Comunidade Igarapé do Combu também fizeram parte de toda essa mobilização buscando o desenvolvimento da sua comunidade e participando das decisões que envolviam a ilha. A atuação do centro comunitário dessa comunidade demonstra que houve uma grande organização dos moradores, tendo como resultado, por exemplo, a unidade pedagógica e o posto de saúde.

A conquista mais recente é a distribuição de energia elétrica na ilha, onde somente algumas famílias possuíam geradores de energia. A exigência vinha de longa data finalmente tendo resposta positiva dos órgãos competentes, que prometeram a implementação da energia elétrica para até o ano de 2010, sendo concluída somente em 2014.

Na época, apesar desses problemas, a mobilização desses atores sociais foi importante para alcançar as conquistas para a ilha e seus moradores. Mesmo que uma média de 69% das pessoas da ilha não saiba afirmar se concorda ou não com o fato de a ilha ser uma APA, por não se sentirem capazes de opinar devido a falta de informação, os demais quando compreendem um pouco do que se trata uma APA ficam felizes com ta fato, mesmo não tendo participado do processo (CIRILO, 2013).

No entanto, com o passar do tempo, a mobilização dos atores locais foi perdendo força e o Centro Comunitário foi diminuindo suas reuniões e atividade até que o mesmo deixasse de existir. Seu Careca falou sobre o centro comunitário: “*tinha, acabou. Desavenças entre um e outro, um queria ser mais que o outro*”. O que até o momento pode ser interpretado como fatores de enfraquecimento da mobilização na/da ilha se refere à troca dos representantes das instituições, à satisfação de morar na ilha, possuindo o básico do que precisam para viver e que o conseguem na ilha e/ou em Belém, ao falecimento dos mais velhos que estiveram no auge da mobilização e à mobilização individual das comunidades, ou seja, as comunidades interagem entre si, mas com relação à mobilização cada comunidade age separadamente.

Ah não existe mais o centro comunitário aqui não. Aqui tem muita gente, a maioria não quer se mexer, num vão nem pra reunião quando chamam. São poucos que vão. A maioria quer saber só da sua vida. O povo lá do Periquitaquara que é mais unido, faz as coisas, vão atrás né. Lá ainda tem o centro deles. (Dona Dóris, moradora do Igarapé do Combu).

A crescente desmobilização e desarticulação parece ter resultado, também, na extinção da Cooperativa dos Artesãos da Ilha do Combu, e a Cooperativa dos Barqueiros da Ilha do Combu continua existindo somente na oficialização do transporte fluvial que é feito por

moradores da ilha, que, vale ressaltar, não possui um funcionamento regular diário como outras ilhas, Cotijuba e Ilha do Marajó, por exemplo.

Isso ocorre, possivelmente, devido à própria dinâmica da Ilha do Combu ser diferenciada do que as outras ilhas mencionadas, pois esta não dispõe de pousadas e extensão de areia que caracterizaria uma praia de água doce, como a Ilha de Cotijuba. O fato da maioria dos moradores possuírem embarcação (alguns possuem mais de um tipo) faz com que não sintam necessidade de um transporte fixo e regular, sendo assim o transporte para ilha é feito somente aos finais de semana pelo Trapiche da Praça da Princesa Isabel, sem horário fixo, tendo como destino dos turistas quase que exclusivamente os bares presentes na ilha.

Outra problemática resultante da desarticulação se refere à gestão do local enquanto APA, pois por ser uma Unidade de Conservação não é permitido, por exemplo, a venda de casas, mas os relatos indicam que já ocorreram vendas de bar e de casas. Inclusive, em 2013 me deparei no Facebook com o anúncio de aluguel por temporada de uma casa luxuosa, e cara, onde um dos seus principais atrativos era por juntar o moderno com o tradicional, pois se tratava de uma mansão no meio da floresta em Belém.

Ao abrir o anúncio descobri que o local em questão era a Ilha do Combu, também percebi que haviam muitos comentários de pessoas que achavam muito caro o aluguel, ou que achavam estranha a proposta de algo desse porte em meio a natureza, ou que achavam errado ela estar ali. Não pude deixar de comentar perguntando se ele sabia que o local era uma APA e que o que ele estava fazendo não era permitido. Depois de um tempo procurei novamente o anúncio para colocar em meu TCC, mas o mesmo tinha sido apagado.

Por ser uma APA, eles não são, oficialmente, proprietários das terras, já que são terras públicas da união, os moradores locais tem a concessão de uso para morar e para executar suas atividades econômicas. Os ribeirinhos da ilha não possuem o documento de posse da terra, pois é de patrimônio da união, o que eles possuem é um documento de permissão de uso, indicando que moram lá. Seu Careca disse que foram pessoas na sua casa, tiraram uma foto dele em frente da mesma para registrar quem está morando naquele terreno, que será passado para seus descendentes. Não tem uma demarcação oficial do terreno de cada família, mas Karina relatou que cada família sabe os limites do seu terreno.

Há vários problemas no que se refere à gestão da APA desde a criação da mesma. A demora na fundação do conselho gestor e do regimento interno, a dificuldade de fazer a maioria da

comunidade se envolver no processo, a desmobilização dos centros comunitários, a distância entre o órgão responsável pela APA, o conselho gestor e as comunidades, a falta de fiscalização, falta de informação da população local sobre o que significa eles morarem em uma APA, pois até hoje muitos não compreendem totalmente a questão e acham que o fato não muda praticamente em nada no cotidiano deles, entre outras coisas.

Na comunidade Igarapé do Combu, ao serem perguntados sobre a existência de algum líder comunitário, todos responderam que não existem, apesar de que no conselho deliberativo cada comunidade tem que ter um representante, incluindo a do Igarapé do Combu. No ano de criação do referido conselho, as representantes dessa comunidade eram Prazeres Quaresma dos Santos como titular, e Elcio Brito do Nascimento como suplente, ainda havendo representantes da Cooperativa dos Artesãos da Ilha do Combu tendo como titular Doris Lúcia Santos Mattos da Cunha e Odineia Pena Quaresma.

Dona Dóris foi uma das entrevistadas, que relatou a desmobilização da comunidade, assim como a extinção da Cooperativa da qual fazia parte, sendo esse o principal motivo para ter saído do conselho, além do fato da dificuldade de transporte, pois a única embarcação que tinha quebrou devido a um acidente cuja culpa, de acordo com ela, foi de um turista que andava muito rápido com seu Jet Ski. Desde então não teve condições financeiras de comprar outro, dependendo então da carona de familiares e vizinhos.

Outro grave problema está na execução das ações planejadas pelo conselho, pois várias atividades fundamentais e importantes não saem do papel. O quadro 2, abaixo, elaborado por Cirilo (2013), mostra que no período de 2009 a 2012 as poucas atividades que eram decididas em reunião tiveram uma porcentagem muito baixa de conclusão. Ocorreu, na verdade uma queda na execução dessas atividades, com destaque para 2012 que nenhuma das atividades planejadas foi executada.

Quadro 2 – Ações concluídas e não concluídas na gestão da APA da Ilha do Combu para o período de 2009-2012 (porcentagens aproximadas).

ANO	Nº DE ATIVIDADES PLANEJADAS	ATIVIDADES CONCLUÍDAS (%)	ATIVIDADES NÃO CONCLUÍDAS (%)
2009	9	22%	78%
2010	7	14%	86%
2011	8	25%	75%
2012	6	0%	100%

Fonte: Cirilo, 2013.

Duas atividades que considero de grande importância que não foram concluídas, são: plano de proteção e fiscalização da APA, a partir da construção de uma base administrativa na ilha; e o Plano de Manejo da APA que ainda não existe. O primeiro foi decidido em 2013, mas até o momento não se iniciou as obras. O segundo parecia que seria realizado, pois foi aberta a licitação para a contratação de empresa para fazer o plano de manejo em junho de 2010, divulgado no Diário Oficial do Estado do Pará nº 31.680. A empresa Vida Meio Ambiente ganhou a licitação e foi contratada para realizar o plano com previsão de entrega em agosto de 2011(CIRILO, 2013).

Procurei o registro da tal empresa, porém não achei nada relacionado a essa empresa, nem mesmo notícias em sites ou jornais. De acordo com Cirilo (2013, p 99), em reunião a empresa informou que o valor pago não seria o suficiente para concluir o trabalho, então em dezembro de 2011 a Secretaria de Estado de Meio Ambiente e Sustentabilidade (SEMAS) cancelou o contrato com essa empresa, também por ter apresentado dois relatórios da segunda etapa que não apresentavam qualidade o suficiente para ser aceito por esta secretaria, além ter sido entregue depois do prazo.

Ao que parece, mesmo sendo esse dinheiro não suficiente, de acordo com a empresa, imagino que o dinheiro tenha sido todo gasto, porém todos os produtos exigidos não foram entregues, inclusive o principal que seria o Plano de Manejo. Sendo então necessária uma nova abertura do processo de licitação com o mesmo objetivo, que foi somente realizada em junho de 2016, também publicada no Diário Oficial do Estado do Pará, nº 33.153.

Mesmo havendo um regimento do conselho gestor da APA é possível perceber a necessidade de um conselho ativo para dar continuidade nos objetivos para o qual foi criado, assim como é fundamental a participação da população local. Apesar de a ilha ter alcançado melhorias e se

desenvolvido, seus moradores ainda enfrentam cotidianamente vários problemas, o que será abordado mais a frente.

Apesar da desmobilização a comunidade não está completamente parada, várias reuniões acontecem em um espaço do posto de saúde ou na escola, assim como atividades, estas sendo resultado de projetos de instituições, governamentais e não-governamentais, ou seja, as iniciativas de ações para o local em questão parecem ser, hoje, sempre por parte dos atores sociais de fora da comunidade.

Os moradores da comunidade parecem querer se dedicar apenas às suas atividades econômicas do seu cotidiano, e não em se mobilizar por melhorias, mesmo que as almejem. Os mais atuantes nas comunidades são as Agentes Comunitárias de Saúde que são moradoras locais e além de acompanhar a saúde das famílias é também o principal meio de comunicação e divulgação sobre as reuniões que acontecem na comunidade.

Os principais atores sociais envolvidos nas ações locais atualmente são: a Unidade de Saúde, Unidade Pedagógica, Instituições através de projetos de pesquisa e extensão (principalmente a UFPA, UFRA e MPEG), o Instituto Peabiru, que divulgou que há projetos sendo desenvolvidos na Ilha do Combu²⁰, e iniciativas particulares de pessoas de Belém. Alguns exemplos da atuação destes são: as atividades educativas sobre saúde que é planejada pela unidade de saúde e realizada na escola (unidade pedagógica); a educação ambiental e fortalecimento cultural que é constantemente uma preocupação da unidade pedagógica; um projeto de hortas sendo executado pelo MPEG; a sala de leitura, que já foi mencionada, e algumas pessoas que se juntam para uma ação solidária em datas como o natal.

2.4 A Comunidade Igarapé do Combu

2.4.1 Descrição Geral da Comunidade

Ao atravessar para a ilha em um “pôpôpô”, como é conhecido o barco tradicional na região devido ao barulho do motor, se tem cinco opções de localidades para serem escolhidas como destino, sendo o meu, a comunidade Igarapé do Combu, e para isso é necessário adentrar as

²⁰ Fonte: <https://peabiru.org.br/2015/09/23/ater-belem-nova-atuacao-do-instituto-peabiru-no-territorio-belem-ribeirinha/>

águas de mesmo nome que cortam a ilha (fotografia 13). Navegando pela comunidade se observa vários agrupamentos de casas, uma do lado da outra, intercalados com espaços preenchidos pela mata, porém há casas mais “isoladas” onde apenas a mata está nas laterais do terreno. Isso acontece por serem todos da mesma família nesse conjunto de casas, ou seja, quando um integrante da casa decide constituir sua própria família é construída uma casa para o novo casal ao lado da casa dos pais, normalmente do marido. É importante ressaltar que toda a comunidade está disposta linearmente no rio, ou seja, em suas margens.

Fotografia 13. Comunidade Igarapé do Combu.



Fonte: Thainá Nunes, 2015.

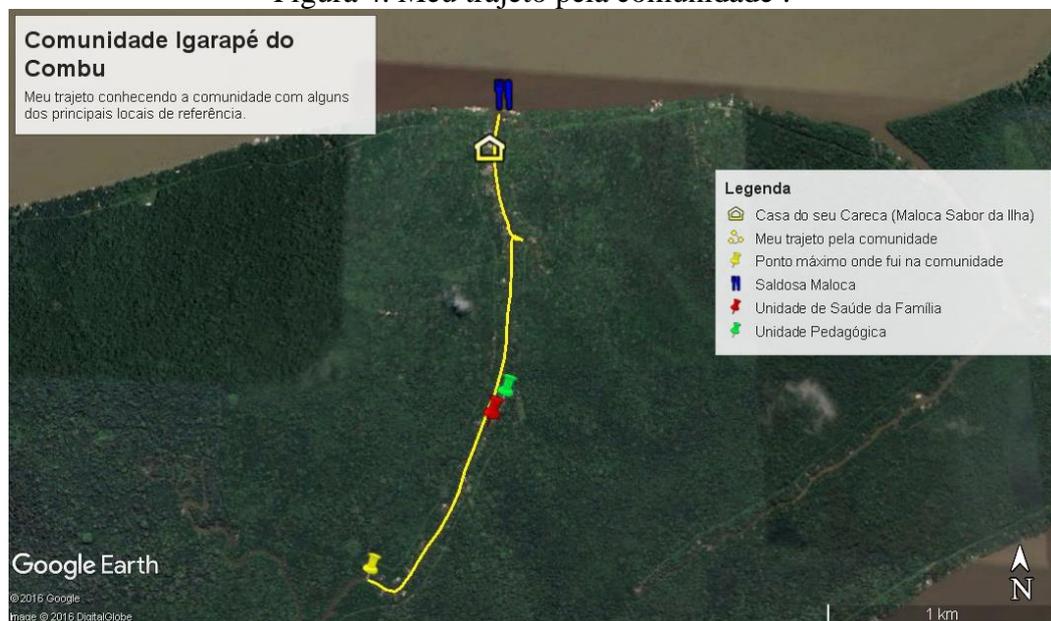
Realizando trabalho de campo, na *rabeta* do Seu Sarney (fotografia 14), pedi que me levasse até onde fosse possível na comunidade, assim eu poderia observar como a mesma está. Em meu trajeto percorri aproximadamente 2Km pelo igarapé, como pode ser visualizado na figura 4, onde o registro foi feito com a ajuda do aplicativo *MAPinr* instalado no meu celular. Posteriormente os registros foram exportados e sistematizados no programa *Google Earth*.

Fotografia 14. Indo de rabeta do Sarney realizar entrevistas.



Foto: Tainá Miranda, 2017

Figura 4. Meu trajeto pela comunidade .



Fonte: Trabalho de campo sistematizado no Google Earth, 2017.

Nesse percurso demonstrado encontra-se 85 imóveis, dentre os quais está a Unidade Pedagógica - UP (escola municipal), uma Unidade de Saúde da Família - USF (posto de saúde) e uma igreja da Assembleia de Deus, além de três campos de futebol. A USF e a igreja são de alvenaria, assim como 16 residências da comunidade também, sendo que a UP e mais 64 casas são de madeira estilo palafita “mais tradicional”, considerando também os sete bares existentes na comunidade. Há também cinco casas em construção.

As casas de alvenaria também são construídas com certa distância do solo devido o local se tratar de área de várzea, sob influência de enchentes e vazantes diárias, como aponta Adrião:

As casas são dispostas na beira do rio (...) tipo palafitas, pois há épocas do ano, mais ou menos no período entre dezembro a abril, em que ocorrem constantes inundações, considerado o tempo das 'águas grandes', quando as marés sobem encharcando tudo, daí a caracterização de solo de várzea (ADRIÃO, 2013, p 71).

Fotografias 15, 16 e 17: Casas de alvenarias na comunidade Igarapé do Combu.



Foto: Thainá Guedelha Nunes, 2016 e 2017.

Penso que o crescente número de casas de alvenaria, e a presença de construções²¹, estejam ligados ao fato de as condições financeiras de algumas famílias terem melhorado, seja através de atividades econômicas complementares ao extrativismo ou através do turismo, e/ou o fato de que:

²¹ Em 2010, em trabalho de campo de PIBIC, constatei que haviam nove (9) casas de alvenaria e três (3) em construção.

Algumas famílias da ilha são contempladas pelo Programa Bolsa Verde, tendo sido cadastradas pela SPU. Também são beneficiárias do Projeto de Assentamento Agroextrativista criado pelo Incra em 2006 (PAE Combu), por meio do qual os moradores passaram a acessar recursos para construção/reforma de suas casas e aquisição de equipamentos de trabalho (GONÇALVES, 2016, p 76).

A única igreja localizada nesta comunidade é da Assembleia de Deus, que recentemente passou por uma reforma como pode ser visto nas fotografias 18 e 19. Porém a comunidade não é composta somente por evangélicos, pois assim como dona Dóris, muitos são católicos. A mesma relata que há encontros católicos e festividades de santos onde os católicos de todas as comunidades participam, sendo um local de sociabilidade e contato entre os ribeirinhos católicos do local e de outras ilhas também, principalmente da Ilha do Murutucu. A igreja católica que ela frequenta fica localizada no Piriquitaquara.

Fotografias 18 e 19. Igreja Assembleia de Deus na Comunidade Igarapé do Combu, antes e depois, respectivamente.



Foto: Thainá Guedelha Nunes, 2016-2017.

A Unidade Pedagógica do Combu (fotografia 20) é toda de madeira, possui duas salas de aula, dois banheiros, copa/cozinha e uma sala dos professores. Os professores são de Belém e atravessam todos os dias para dar aula na escola. O ensino é em modelo de ciclo, correspondendo ao ciclo básico I e II, o primeiro compreendendo a alfabetização, 1ª e 2ª série, e o segundo a 3ª e 4ª série, atendendo crianças de 3 à 10 anos de idade, sendo que para continuar os estudos os ribeirinhos precisam se deslocar para as escolas da área urbana de Belém. O transporte tanto de professores quanto de alunos, seja para essa escola ou para Belém, é feito por barcos-escola disponibilizado pela prefeitura.

Fotografia 20. Unidade Pedagógica do Combu, no Igarapé do Combu.



Foto: Thainá Guedelha Nunes, 2016.

A Unidade de Saúde da Família (fotografias 21 e 22) que esta localizada nessa comunidade foi inaugurada em julho de 1999 e conta com uma equipe de 9 profissionais da saúde, sendo destes apenas um médico, clínico geral, para atender todo tipo de demanda e caso necessário encaminhar para atendimento especializado em Belém. O funcionamento é de segunda a sexta-feira apenas pela parte da manhã e atende todas as cinco comunidades. A ficha com mais informações sobre a USF se encontra no quadro 3.

Figuras 21 e 22 - Unidade de Saúde da Família da Ilha do Combu.



Foto: Thainá Guedelha Nunes, 2015.

Dessa equipe cinco são Agentes Comunitárias de Saúde, e coloco no feminino porque de acordo com o Guia Prático do Programa Saúde da Família a grande maioria de ACS no Brasil são mulheres. No caso do Combu todas as vagas são preenchidas por mulheres. Um Agente Comunitário de Saúde:

É responsável pelo acompanhamento [das] famílias que vivem no seu território de atuação. Ele é necessariamente um morador da localidade onde trabalha e, por isso, está totalmente identificado com a sua comunidade, com seus valores, seus costumes e sua linguagem. (Guia Projeto Saúde da Família - PSF, p. 33).

Quadro 3: Ficha cadastral da Unidade de Saúde da Família do Combu.

IDENTIFICAÇÃO					
CADASTRADO NO CNES EM: 10/7/2003 ÚLTIMA ATUALIZAÇÃO EM: 11/2/2017					
Nome:	CNES:	Personalidade:			
UNIDADE DE SAUDE DA FAMILIA DO COMBU	2336979	JURÍDICA			
Nome Empresarial:	Logradouro:	Número:			
PREFEITURA MUNICIPAL DE BELEM	FURO DO COMBU	1			
Complemento:	Bairro:	CEP:	Município:		
ILHA DO COMBU	COMBU	66060000	BELÉM		
Tipo Unidade:	Gestão:	Dependência:	UF:		
CENTRO DE SAUDE/UNIDADE BASICA	MUNICIPAL	MANTIDA	PA		
PROFISSIONAIS SUS					
MÉDICOS	1				
OUTROS	8				
PROFISSIONAIS NÃO DO SUS	0				
ATENDIMENTO PRESTADO					
Tipo de Atendimento:	AMBULATORIAL	Convênio:	SUS		
Fluxo de Clientela:	ATENDIMENTO DE DEMANDA ESPONTANEA	LEITOS	0		
Instalação:	CLINICAS INDIFERENCIADO	Qtde./Consultório:	1		
Serviço:			Característica:		
CENTRAL DE ESTERILIZACAO DE MATERIAIS			PROPRIO		
FARMACIA			PROPRIO		
LAVANDERIA			PROPRIO		
S.A.M.E. OU S.P.P.(SERVIÇO DE PRONTUARIO DE PACIENTE)			PROPRIO		
SERVICO DE MANUTENCAO DE EQUIPAMENTOS			PROPRIO		
Serviços Especializados					
	Ambulatorial:		Hospitalar:		
SERVIÇO:	Característica:	Amb.:	SUS:	Hosp.:	SUS:
ESTRATEGIA DE SAUDE DA FAMILIA	PROPRIO	NÃO	SIM	NÃO	NÃO
SERVICO DE ATENCAO AO PACIENTE COM TUBERCULOSE	PROPRIO	NÃO	SIM	NÃO	NÃO
SERVICO DE ATENCAO AO PRENATAL, PARTO E NASCIMENTO	PROPRIO	NÃO	SIM	NÃO	NÃO
POPULAÇÃO ASSISTIDA					
QUILOMBOLA	GERAL	ESCO LA	PRONAS CI	RIBEIR INHA	ASSENTADO/INDIGENA
SIM	SIM	SIM	SIM	SIM	NÃO

Fonte: Cadastro Nacional De Estabelecimentos de Saúde (CNES), 2017.

Na Ilha do Combu todas Agentes Comunitárias de Saúde (ACS) são moradoras da ilha, o que facilita o acompanhamento haja vista que conhecem o local e as famílias que ali moram, e trabalham oito horas por dia, o que equivale a mais ou menos oito visitas por dia. Como a ilha é muito grande cada comunidade possui uma ACS, sendo que a do Igarapé do Combu atualmente é a Rosieth Quaresma, que nasceu na Ilha. Anteriormente esse posto pertencia à Izete Costa. Segue abaixo a lista com o nome das ACS do Combu e sua data de entrada por concurso público.

Quadro 4. Agentes Comunitárias de Saúde da Ilha do Combu

ACS	DATA DE ENTRADA
ROSIETH MACHADO QUARESMA	15/03/2013
JORGETE MONTEIRO TRINDADE	18/11/2009
JARINA DA SILVA SOUZA	01/10/2013
GRACIETE CARDOSO REIS	15/03/2013
EDNA CARDOSO LIMA	15/03/2013

Fonte: CADASTRO NACIONAL DE ESTABELECIMENTOS DE SAÚDE (CNES)

Vale ressaltar aqui a importância da família Quaresma, que é uma das primeiras famílias a fixar residência na comunidade e que principalmente nos tempos de grande mobilização da comunidade teve papel importante. Sebastião e Angélica Quaresma participaram dos momentos de conquistas da comunidade, e por compreender a importância de educação e saúde na ilha cederam pequenas partes do seu terreno para a construção da USF e da UP, por isso elas se encontram bem próximas uma da outra, assim como para a construção do Centro Comunitário, que se localizava bem em frente ao posto de saúde, como mostra a fotografia 23, o imóvel pintado de verde.

Infelizmente, como foi dito anteriormente aqui, o Centro Comunitário foi extinto, porém este espaço é mantido pela USF e ainda é utilizado para realização de reuniões e eventos que envolvam a comunidade, como por exemplo, no trabalho de campo de maio de 2015 quando visitei a USF estava acontecendo uma oficina do Projeto de Hortas Suspensas realizado pelo Museu, como nos informou Iraneide Silva, funcionário do MPEG que estava presente no local.

Fotografia 23. Antigo Centro Comunitário do Igarapé do Combu.



Foto: Thainá Guedelha Nunes, 2015.

Um traço marcante na comunidade e bem visível, navegando pela comunidade, é a presença de embarcações em grande quantidade e variados tipos e tamanhos, indo e vindo pelo rio ou simplesmente atracadas nas “pontes” (trapiches). As embarcações são barcos “pôpôpô”, “cascos” (canoas a remo) e rabeta (canoas a motor), e todas as famílias tem algum desses tipos, salvo algumas exceções como dona Dóris que teve seu barco quebrado, sendo então necessária a ajuda dos familiares e amigos.

Como afirma seu Silvio, seria muito complicada a locomoção para qualquer lugar, já que a única via é a fluvial. Mesmo havendo trilhas e os ribeirinhos saberem andar pela mata, percorrer longas distâncias a pé é mais cansativo, sem falar que não resolveria a necessidade de se deslocar para fora da ilha.

2.4.2 Atividades Econômicas

Na Ilha a principal atividade econômica é o extrativismo que consiste no “sistema de exploração baseado na coleta e extração, de modo sustentável, de recursos naturais renováveis” (lei federal, 2000). A coleta na comunidade envolve o cacau (*Theobroma cacao*), cupuaçu (*Theobroma grandiflorum*), o buriti ou miriti (*Mauritia flexuosa*), o ingá (*Ínga edulis Mart*), o taperebá (*Spondias lutea Linn*), a manga (*Mangifera indica*), o caju (*Anacardium occidentale*), a pupunha (*Bactris gasipaes*) e o mais característico é a extração do açaí (*Euterpe oleracea*), fruta abundante na ilha e parte fundamental da cultura belenense.

O açaí (*Euterpe oleracea*) está presente na vida ribeirinha da comunidade desde a extração até o consumo pelas famílias e a venda na zona urbana de Belém. Há dois períodos que envolvem essa atividade: a safra e a entressafra. A safra corresponde ao intervalo de junho a dezembro, de acordo com Seu Osmar, onde a quantidade do fruto é abundante, aumentando sua comercialização e garantindo um bom retorno para a renda familiar e representa um momento de fartura nas mesas das famílias. A antessafra corresponde ao período de janeiro a maio, onde há pouco fruto na mata, garantindo o açaí na alimentação das famílias ribeirinhas, e o excedente comercializado Belém.

Para coletar o açaí é necessário subir no açazeiro com o auxílio da *peconha* (fotografia 25) que é colocada nos pés, então os cachos com os frutos são retirados da árvore e posteriormente os ribeirinhos *debulham* o açaí. *Debulhar* é o processo da retirada dos frutos dos cachos com a mão para então o fruto poder ser guardado, transportado e finalmente batido na máquina, para então ser consumido. O açaí é armazenado e transportado, principalmente, em *rasas* que são um tipo de *paneiro* feitos com talas de arumã, cipós, jupati e miriti, e também em caixas plásticas vazadas, também chamadas de basquetas (fotografias 24, 25, 26 e 27).

Fotografias 24 e 25. Fruto do açaí e uma rasa cheia de açaí com uma peconha em cima.



Foto: Thainá Guedelha Nunes, 2017.

Fotografia 26. Seu Sarney debulhando e guardando o açaí em rasas e caixas plásticas.



Foto: Thainá Guedelha Nunes, 2013.

Fotografia 27. Máquina de bater açaí com um pano e um tipiti em cima. Casa da dona Nena.



Foto: Thainá Guedelha Nunes, 2013.

Com as *rasas* cheias de açaí os homens adultos as colocam em sua embarcação onde atravessam o rio para vender o açaí em Belém. O local mais comum para a venda do açaí por esses ribeirinhos é o Porto da Palha onde é feito de forma direta aos *batedores* de açaí, seguindo depois direto para o consumo belenense. Os outros lugares onde é feita a venda são o Porto da Conceição, Feira do Açaí, Ver-O-Peso e Feira do Guamá.

O trabalho com o açaí permanece como um trabalho familiar, seguindo os laços de parentesco e compadrio, onde os produtores garantem sua autonomia, não se interessando na condição de trabalhador assalariado, pois para eles é mais interessante seguir suas próprias regras e

recebendo o valor integral referente ao seu trabalho. Ou seja, “a estrutura das unidades produtivas do Combu é centrada na família” (ADRIÃO, 2013, p 70).

Outro material que envolve o extrativismo é o *tipiti* feito de palha trançada serve para espremer a mandioca e extrair o tucupi, ou para tirar o vinho do cacau. Há também o *tupé* (fotografia 28), é um tapete feito com folhas de guarumã para secar produtos, como sementes do cacau por exemplo.

Fotografia 28. Sementes de cacau secando no *tupé* no trapiche da casa da dona Nena.



Foto: Thainá Guedelha Nunes, 2013.

Hoje em dia a maioria não tem sua renda advinda exclusivamente do extrativismo, assim várias outras atividades estão sendo realizadas para complementar a renda familiar. Uma atividade bem frequente é o trabalho como barqueiro, que estão organizados na Associação dos Barqueiros da Ilha do Combu. De acordo com seu Ari, que faz parte da associação, todos que trabalham fazendo a travessia Belém-Combu, ou as ilhas da região sul em geral, que moram nessa ilha fazem parte da associação, o que garante maior segurança para os turistas e organização da atividade.

Outras atividades que encontrei na comunidade são: a produção de chocolate caseiro feito de maneira artesanal com o cacau da ilha e doces com frutas da ilha, idealizado por dona Nena que atualmente nomeou seu empreendimento com *Filha do Combu*, que tem cada vez mais ganhando fama por seus produtos e hoje além da sua filha tem mais três mulheres da

comunidade que trabalham com ela para atender a demanda; algumas mulheres trabalham com venda de bijuteria e artesanato; há também um salão de beleza que funciona na casa de uma ribeirinha. Sem contar com a ACS da comunidade, como foi falado anteriormente.

Algumas pessoas que acabam trabalhando com variadas coisas, às vezes apenas por um período, como o seu Careca que já trabalhou em projeto de pesquisa na UFPA e também em uma agência de turismo, ou a Patrícia, filha da dona Nena, que já trabalhou como produtora de produtos alimentícios, mas hoje em dia se dedica ao empreendimento da mãe.

Há também na comunidade um homem que trabalha em Belém, infelizmente seu Careca não sabia dizer exatamente qual era o trabalho, por não ter tanta proximidade com ele, mas disse que era algo que lhe rendia um bom rendimento, pois vive viajando a trabalho. Se eu estiver certa, é dele a maior casa da comunidade, de alvenaria e dois andares (fotografia 29), mesmo que seu Sarney tenha me dito que não sabia afirmar.

Fotografia 29. Casa de dois andares de alvenaria de ribeirinho do Igarapé do Combu.



Foto: Thainá Guedelha Nunes, 2015

Mesmo havendo alguns trabalhos para complementar a renda familiar o predominante ainda é o extrativismo, o de barqueiro e o que cada vez mais vem ganhando destaque na ilha, que são as atividades voltadas para o turismo, principalmente com relação aos bares e restaurantes e passeios de barco. Sobre essa última questão falarei mais a seguir.

Na ilha não está presente a prática da agricultura, apenas algumas hortas que precisam ser suspensas do solo. Isso ocorre devido:

As características das matas de várzea de maré – como são conhecidas as várzeas do estuário amazônico-, por estarem sujeitas a ciclos diurnos de inundações, provocam duas consequências quanto à prática produtiva: inviabilizam a agricultura mais frequente rio acima, pois esta requer o uso intensivo do solo – e estimulam a prática do extrativismo na região (ADRIÃO, 2013, p 68-69).

Há também as atividades que são voltadas para a subsistência como, parte da coleta de frutas evidentemente, a criação de pequenos animais como patos e galinhas, assim como a pesca. Indiquei a pesca nesse ponto, pois quase ninguém da comunidade vende o que é pescado, seja peixe ou camarão, sendo este segundo o mais encontrado. Por toda extensão do rio é perceptível vários *matapis* (fotografia 30) ao longo de todo o rio, que é o utilizado para a captura do camarão.

Como nos relatou Dona Dóris:

Peixe aqui a gente num pesca muito não. Muito menos vender. Alguns pescam, mas é de vez em quando. É mais pra gente mesmo. Acho que só o Machico e o Manuel que vendem às vezes. Mas não tenho certeza. Mas camarão só falta dar briga porque todo mundo quer. É muita gente pra pouco rio né. E os que moram mais pra dentro sai perdendo um pouco, porque os que moram mais na frente vão ficando com mais camarão.

Fotografias 30 e 31. Na esquerda *matapis* na casa da dona Nena, e na direita viveiro na casa de dona Ilda.



Foto: Thainá Guedelha Nunes, 2013



Foto: Thainá Guedelha Nunes, 2017

Na beira do rio também é possível encontrar alguns *viveiros* (fotografia 31), que é uma espécie de *matapi* maior onde os camarões ficam guardados por um tempo, e possibilitando a

criação de camarões. Com relação à pesca de peixes, é realizada ou com vara de pescar ou tarrafa, que é uma rede feita de nylon. Vale ressaltar que mesmo realizando a pesca, mesmo que pouco, eles não se consideram pescadores por não ser uma atividade principal, dado que só pescam peixe “quando dá vontade”.

2.4.3 A Comunidade e o Rio

Uma das características mais marcantes na comunidade ribeirinha é a constante presença do rio em seu modo de vida, tendo esses ribeirinhos da comunidade Igarapé do Combu demonstrado uma profunda ligação com as águas que compõem a ilha. Concordo com a visão de que “a água é elemento que possui distintas significações, quer no plano material (econômico e social), quer no plano imaginário (político e cultural), variando de sociedade para sociedade, nos diferentes contextos histórico-culturais” (CUNHA, 2000, p 16).

Primeiramente, é interessante ver na prática a frase da música composta por Paulo André e Rui Barata que diz “esse rio é minha rua”, pois é exatamente essa a compreensão da comunidade, pois como comentei anteriormente é a principal via de locomoção. O rio com o constante ir e vir de sua correnteza “representam o perpétuo movimento da vida” (CUNHA, 2000, p 17).

Se você estiver em um trapiche observando o rio à sua frente perceberá o ir e vir a todo o momento de várias embarcações. Ao comentar com seu Silvio sobre a grande quantidade e variedade de embarcações se deslocando pelo rio, eis que sua resposta se baseou na comparação com a realidade urbana de Belém, a que eu faço parte, provavelmente na intenção de explicar a partir de uma espécie de tradução para que tivesse certeza de entender.

Ah sim aqui tem muito barco se não como é que vai de um lado pro outro? Aqui o rio é como se fosse a rua de vocês. O casco é como a bicicleta, a rabeta é como a moto, um barco pequeno é o carro e o barco grande seria como o ônibus.

O rio também é utilizado para atividades domésticas como lavar roupas e louças, as mulheres pegam a água do rio com bacias e levam para a pia para lavar as louças, ou ficam na beira do rio lavando direto na bacia. Isso se dá também pelo fato dos ribeirinhos da ilha não possuírem água encanada.

Há também a questão do lazer ligado ao rio, principalmente dos mais jovens. É comum ver crianças de diferentes idades brincando no rio, pulando e nadando. Crianças pequenas, por volta de três a cinco anos de idade, brincam na beira do rio com outras crianças sem demonstrarem medo e sem nenhum adulto por perto. Crianças aparentando ter idade a partir dos 10 anos chegam a conduzir sozinhas cascos e/ou rabetas.

As crianças aprendem cedo por fazer parte do seu cotidiano, sendo assim inseridas no contexto social de que fazem parte. O que pode causar ser estranheza para quem vem do continente onde a criança precisa passar por um tempo recebendo aulas de natação na piscina com todos os recursos de segurança para que depois de muita prática aprenda a nadar sozinha.

Mesmo assim, percebo que demora até os pais, ou qualquer adulto, sentirem confiança em deixar a criança sozinha numa piscina, que nem correnteza tem, muito menos num rio relativamente grande e bem fundo. Na verdade, é relativamente fácil encontrar pessoas que mesmo já adultos confessam ainda não saber nadar.

Certa vez, em trabalho de campo uma amiga que me acompanhava foi até a beira do trapiche para observar a comunidade e o movimento no rio, quando percebeu que havia uma criança de cinco anos brincando no final da escada ao lado do trapiche, já que a maré estava baixa. Enquanto outra moça que nos acompanhou e também estava realizando entrevista na comunidade estava com a avó da criança, eu me direcionei até o trapiche e perguntei o porquê dela estar ali em baixo coma menina, e como resposta ela disse que estava um pouco agoniada de ver a criança ai sozinha brincando na beira do rio, pois ela poderia acabar se afogando.

A avó disse que não precisava se preocupar, pois a menina sabia nadar desde os dois anos, e estava acostumada. Há outros exemplos que presenciei ao longo do tempo, mas acredito que este baste para exemplificar esse ponto.

Pude ver também que há uma grande preocupação com a poluição do rio, uma vez que em todo o trajeto pelo rio por dentro da comunidade é muito difícil ver algum lixo não orgânico, somente folhas secas e galhos. De acordo com moradores, há realmente uma intenção em conscientizar para preservar a água do rio limpa não jogando lixo.

Aqui ninguém joga lixo no rio não. Porque né, se tiver sujo é ruim pra gente. A gente nada aqui, tem os camarões que a gente adora comer né. A gente precisa do rio. Aqui é tudo limpinho onde a gente mora, lá do outro lado que é sujo [se referindo á Belém continental]. O problema é quem atravessa pra cá, pros bares,

*mas tem várias placas por ai pra lembrar que o rio é importante e que não pode jogar lixo. Pra lembrar os que moram aqui e avisar os que vem de lá.*²²

Há varias placas educativas (fotografia 32) sinalizando que não se deve jogar lixo na ilha, e estão localizadas principalmente nos bares, nas proximidades da UP e da USF, mas há também no lado de fora de alguns trapiches o que torna possível ver ao se passar de barco na comunidade. Isso se torna importante principalmente pela constante presença de turistas e visitantes. Algumas das frases escritas são: “cuide do rio, ele também é nossa fonte de vida”, “esse rio é minha rua e sua também. Lixo só na lixeira”, “não jogue lixo no rio”, ou mesmo uma placa mais recente colocada no bar do Seu Careca que diz “conseguiu chegar na ilha? Então consegue encontrar o lixeiro”.

Fotografia 32: placa educativa na Maloca Sabor da Ilha.



Fonte: Acervo pessoal de Thainá Nunes. 2010.

O rio também como elemento de contemplação, algo tão presente no seu dia-a-dia que traz para suas vidas um bem estar. Cunha (2000, p 18) concorda e comenta que como uma “expressão de beleza e encantamento, lugar de contemplação, a água serve também de consolo psíquico”, assim, para eles a presença do rio ali tão perto, em frente às suas casas, representa qualidade de vida.

²² *Idem.*

2.4.4 A Comunidade e o Trapiche

Outro elemento muito marcante desse modo de vida é a *ponte*, como é chamado o trapiche, que para além de suas duas utilidades mais básicas que é possibilitar o acesso ao rio e estacionar embarcações, tem vários outros usos e significados para os ribeirinhos do Combu (quadro 5).

Quadro 5. Usos e significados do trapiche na comunidade Igarapé do Combu.

USOS E SIGNIFICADOS	DESCRIÇÃO
Acesso solo-rio-solo	Facilita o embarque e desembarque
Estacionamento de embarcações	É o lugar onde os barcos e canoas ficam amarrados enquanto não estão sendo usados.
Atividades domésticas	Muitas vezes é onde lavam e/ou estendem roupas para secar.
Parte das atividades econômicas	Onde ficam guardados e escoados os produtos que são vendidos em Belém. Além de ser onde funcionam os bares/restaurantes.
Descanso	É o lugar para cochilar em redes e relaxar em cadeiras
Lazer, descontração e sociabilidade	Para as crianças: um lugar de brincar. Para os adultos: lugar para beber, conversar e fazer festa. Geral: qualquer atividade de lazer, individual ou em grupo, é geralmente feita nesse local, mesmo com a crescente introdução tecnológica como falar ou jogar no celular, ouvir música, e ver TV.
Contemplação	É o lugar onde às vezes ficam simplesmente admirando a paisagem e o ir e vir de barcos.
Segurança	Ter um trapiche é garantir maior segurança de embarque e desembarque, tanto deles mesmos quanto dos turistas que ainda assim muitas vezes precisam de ajuda. Além disso, significa que as crianças estão seguras brincando na beira do rio ou dentro deste.
“Cômodo” da casa	É como uma mistura de varanda com sala de jantar e quintal. Muitos são bem estruturados, cercado, com telhado, mesa de jantar, cadeiras, rede. Em alguns casos tem churrasqueira. Agora, talvez devido a chegada de energia elétrica pública, muitos estão tirando suas TV's de dentro da casa e colocando no trapiche.

Fonte: Pesquisa de campo, Thainá Nunes, 2013-2017.

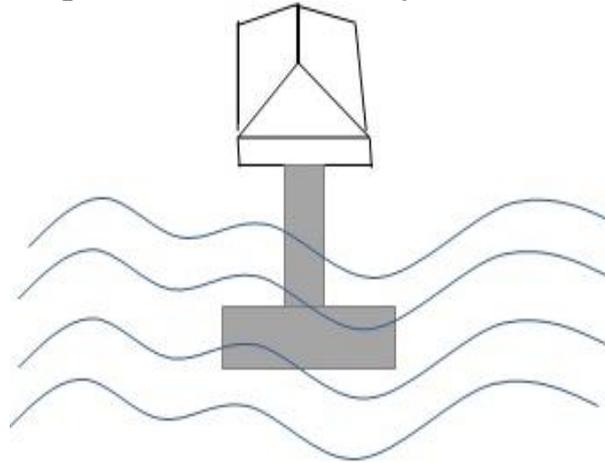
Como pode ser visto, o trapiche é um espaço bem diversificado no cotidiano dos moradores do Igarapé do Combu. Como já foi exposto aqui, sobre o rio ser a principal via de locomoção e as residências se localizarem quase que exclusivamente na beira do rio, acaba resultando na grande quantidade de barcos e trapiches.

Não há um trapiche principal que dá acesso à ilha, ou porto, como em Cotijuba, por exemplo, então se você quiser ir para um bar específico, ou uma casa específica, terá que ir de barco até o trapiche do local escolhido. Os trapiches são por terreno, onde se encontram mais de uma casa da mesma família, ou, o mais comum, por casa.

Assim, esse é um espaço individual, familiar, e não coletivo. Mesmo que haja atividades em grupos em um trapiche, se compreende que o mesmo pertence a uma família específica, faz parte da casa dela. É claro que há alguns trapiches mais simples que acabam sendo utilizados apenas para as duas primeiras funções do quadro 5, ou seja, as básicas do propósito dessa estrutura, como veremos a seguir com relação aos tipos de trapiches.

De acordo com Pereira & Tobias (2009) existem três tipos dessa estrutura: a) o trapiche comum, que é o mais encontrado, normalmente em um formato de T, (Figura 5 e fotografia 33); b) o flutuante que é um trapiche que apresenta uma ponta de uma maneira móvel que acompanha a variação do nível da água (fotografia 34); e c) o atracadouro, que é o tipo mais simples de trapiche, onde não uma boa infraestrutura, sendo utilizado apenas para ter acesso ao rio (fotografia 35). Na Ilha do Combu os trapiches são de madeira, e é comum haver escada na lateral para facilitar quando a maré está muito baixa.

Figura 5. Desenho de um trapiche visto de cima.



Fonte: Thainá Guedelha Nunes, 2014.

Fotografia 33. Trapiche na comunidade do Igarapé do Combu.



Foto: Thainá Nunes, 2013.

Fotografias 34 e 35. Flutuante na esquerda; Atracadouro na direita.



Foto: Thainá Nunes, 2013.

Quando a renda familiar vai melhorando é certo que parte desse dinheiro extra será destinado não só a bens de consumo e a reforma das casas, mas também a melhoria do trapiche. Assim, percebi que o trapiche representa a condição financeira e social dos ribeirinhos, ou seja, os que não têm trapiche, representa uma renda bem baixa, os que têm um atracadouro teriam uma renda um pouco melhor, e os que têm um trapiche grande e com uma boa infraestrutura quer dizer que possuem uma renda bem melhor. É possível ver a diferença em várias fotos presentes nesse trabalho, porém abaixo se encontram duas fotos para mostrar essa diferença de um trapiche para o outro.

Na primeira, o trapiche enquanto um cômodo importante da casa, todo cercado, coberto, cadeiras, mesa e uma churrasqueira de tijolos. A churrasqueira é algo que cada vez mais vejo presente nesse espaço. É possível também encontrar máquina de lavar, chuveiro, assim como televisão, hoje um bem de consumo muito utilizado na comunidade. Ao passar uma noite em trabalho de campo alojada na casa do Seu Careca não pude deixar de perceber que onde supostamente seria a sala, estava vazia, lugar onde coloquei a minha rede para dormir, e a televisão estava no trapiche que também é seu bar.

Vale ressaltar que a televisão ficou ligada boa parte do dia, pois sempre tinha alguém assistindo. Antes da energia ele relatou que normalmente dormia mais cedo, até mesmo para não gastar tanto óleo para usar o gerador, mas hoje muitas vezes ficam até mais tarde acordados assistindo a televisão, o que não parece impedir que acordem cedo no outro dia.

Fotografias 36 e 37. Seu Careca assistindo TV no seu trapiche; outro ribeirinho assistindo TV deitado na rede em seu trapiche.



Foto: Thainá Guedelha Nunes, 2017.

O trapiche foi apontado como principal lugar da casa, escolhido para a descontração, o “jogar conversa fora”, fofocas, que já foi identificado por Norbert Elias (2000) como um importante

instrumento de reificação de valores locais, positivos e negativos, celebrar uma data importante como aniversário, natal, dia das mães, enfim, para muitas ações e atividades. Muito do que acontece na comunidade se passa nesse espaço, na beira que:

Fica entre o rio e a floresta, (...), é área propícia para diversas atividades. É o lugar onde se realizam festas, comemorações e brincadeiras locais, como a pelada (jogo de futebol), que ‘junta’ os mais jovens. Enfim, esse lugar, que ao mesmo tempo é lúdico e de trabalho, é de muitas representações que povoam o imaginário local. Homens, mulheres e crianças frequentemente sabem e contam histórias de encantaria que ouviram e/ou vivenciaram nessas beiras de rio (ADRIÃO, 2013, p 74).

O futebol é uma atividade de lazer muito comum na comunidade, principalmente pelos homens adultos, mas o espaço também é utilizado para as brincadeiras das crianças e dos jovens, como pode ser visto abaixo na fotografia de um dos campos de futebol presentes na ilha. Esse espaço, assim como toda a comunidade, também se localiza na beira do rio, mantém apenas algumas árvores bem na beira do rio para que evite que a bola caia muito no rio, apesar de que o tempo que passei observando o jogo de futebol estava acontecendo ali por diversas vezes a bola acabava no rio, muitas vezes cabendo ao goleiro pular na água para resgatá-la.

Fotografia 38. Jogo de futebol na “quadra do Edilson” no Igarapé do Combu.



Foto: Thainá Guedelha Nunes, 2015.

O trapiche era o lugar onde a maioria escolhia para realizar as entrevistas, exceto quando o lugar não tinha uma boa estrutura, os atracadouros, ou quando o interlocutor estava ocupado com algo dentro da casa, o que aconteceu somente nas entrevistas que aconteceram na casa da dona Nena onde sempre estavam realizando alguma tarefa da produção de chocolate. Para

mim, o que sinto sempre que estou lá, é como se aquele lugar tivesse o poder de nos encantar, nos atrair, nos fazendo querer passar boa parte do tempo ali, na beira.

Enquanto eu esperava a chuva passar para sair na rabeta, ou quando estava revisando minhas anotações, fazendo ligação, comendo, jogando cartas a noite, ou simplesmente relaxando no tempo livre, sempre era na beira do rio. Como se qualquer coisa que eu fizesse seria bem mais agradável se fosse ali. Acredito que essa seja a sensação vivenciada seja a que eles também tenham, e por isso seja um dos principais motivos de adorarem ser ribeirinhos e morar ali. Gostam tanto que um deles ao invés de construir a outra casa ao lado da que já tinha, provavelmente dos pais, como é o comum, resolveu construir em cima do trapiche e morar o mais próximo da beira o possível.

Figura 39. Casa de ribeirinho construída em cima do trapiche.



Foto: Thainá Guedelha Nunes, 2017.

2.4.5 A Comunidade e a Mata

Outro elemento que tem presença marcante nesse contexto ribeirinho é a mata, em volta das casas ribeirinhas e preenchendo o interior da ilha. É esta que fornece os principais itens para a alimentação dessas famílias, assim como é a responsável pela principal atividade econômica da ilha.

Quanto mais no centro da ilha, mais viva ela fica, se tornando lar de seres encantados. Seu Careca me contou que havia muitas lendas na ilha, histórias que envolvem acontecimentos

surpreendentes e até assustadores. Contou que havia várias lendas, que se for falar só das lendas duraria o dia todo. Apesar de não ser o foco desse trabalho, pedi que me contasse ao menos algumas coisas, pois acreditava que seria algo interessante que envolve essa parte fundamental da vida ribeirinha.

A primeira história contada foi sobre pessoas que no passado viravam bicho:

Tava contando pra uns amigos que são promotor e juiz e advogado, eles perguntaram pra mim se existe a matinta pereira, eu digo: olha, vou ser realista com vocês, antigamente existia aquelas pessoas que viravam bicho, se transformavam num pássaro que iam assobiando na casa dum na casa doutro e passava a noite nessa arrumação. Mas como já morreram todas que viravam isso, agora a juventude de hoje não, eles já não querem saber disso. De aprender pra se transformar num bicho, eles querem saber é de tá matando, roubando e se prostituindo. Mas é verdade mesmo, eu cansei de presenciar, aquelas pessoas que viravam cavalo, cachorro, porco, galinha, vários animais. Antigamente nera. Eu morava com os meus pais lá em cima, e tinha dois velhos que moravam assim, bem velhos mesmo. E eu Deus o livre praquela velho, tratava bem ele, mas depois que eu soube, que eu vi eles virando bicho acabou a amizade, eles me chamavam, mas quem disse que eu ia, não tinha ninguém que fizesse eu ir lá.

As pessoas da ilha tinham medo de pessoas que se transformavam em bicho, tinham receio que mesmo a pessoa sendo legal enquanto ser humano poderiam causar algum mal quando estava sob a forma de animal, pois nesse momento não eram a mesma pessoa, afinal, animais podem ser criaturas hostis. Acredito que isso esteja ligado ao fato de que isso acontecia devido a rebeldia dos filhos perante pais rígidos, apesar de que na fala acima percebo que há um grau de descontentamento disso não acontecer nas gerações atuais. Ele associa que jovens que poderiam virar bicho como resultado da sua raiva ou rebeldia agora estão fazendo coisas que considera pior como virar ladrão ou entrar para a prostituição.

As pessoas que faziam isso já morreram, a juventude não quer saber mais disso. São coisas que aconteciam antigamente, porque antigamente os pais eram muito severo e não deixavam os filhos nem namorar entendeu, então a pessoa não tinha no que se dedicar, então se dedicava naquilo, a pessoa começava a aprender como funcionava, como se transformar num animal então era isso que acontecia.

Quando perguntei porque ele achava que essas pessoas viravam bicho e como acontecia a escolha de qual animal iria se transformar, ele não soube me responder com exatidão, principalmente a primeira pergunta, dizendo que era porque ele não fazia isso. Ele respondeu que:

Ficava no critério deles, eles que diziam o que queriam, viravam matinta pereira, um cavalo, uma galinha. No Itacoã, próximo a alça viária, lá tinha um velhinho que tu não dava valor pra ele, mas era uma praga ele. Ele virava uma galinha desse tamanho aqui [mostrou em gestos que era bem grande], era uma estrada lá sabe aí tu olhava aqui a galinha só era pintinho [muitos pintinhos acabavam indo atrás dele em forma de galinha].

A próxima história que Seu Careca me contou era sobre o Curupira, que na sua visão era um feiticeiro. Primeiramente virá a sua fala sobre o acontecido e após irei comentar.

Existe feiticeiro às vezes, quando eu trabalhava na universidade eu contava essas histórias essas lendas e os rapazes de lá caçoavam de mim. Quando foi um dia o professor Mário Jardim tinha demarcado uma área de terra aqui né e geralmente vinham de bando [de alunos] de dia aí tudo bem ocorria tudo normal. Aí quando foi um dia vieram só dois, que não deu pra ele vir porque tava atrasado, pegaram a trilha e chegou lá no local um falou “ah rapaz, esqueci do material lá na casa do seu Careca, eu vou lá buscar e tu me espera aqui”. Quando ele voltou a curupira se transformou nele e disse “ah bora deixar vamo embora deixa pra lá depois a gente pega”. Esse cara das 8 da manhã esse cara rodou toda a ilha foi varar 6 horas lá no outro rio, pro lado de lá aí o pessoal disse “eh rapa todo mundo conhece é difícil procurar ele, pode gritar, pode gritar que ele não ouve”. Quando foi 6 horas da tarde ele varou aqui, queria que tu olhasse ele, olhava pra mim e quando dizia que quando chegou 4 horas começou a escurecer a mata e ele olhava que nem um touro brabo, e eu ria dele “menino, tu acreditou agora que existe mesmo?”, “rapaz não quero mais nem saber mais”, ficou tudo cortado, acabou com a aula do Marcio Jardim.

Primeiro percebi que o início de sua fala me esclareceu a dúvida que tinha do porquê eu não ouvia histórias sobre seres encantados em todos esses anos de pesquisa na ilha. Antes eu acreditava que deveria ser por causa da proximidade com Belém, que com o tempo, assim como a maioria dos moradores urbanos, tivessem passado a deixar de acreditar. Penso que eu não estivesse de todo errada, pois ele demonstra que antigamente na interação com pessoas de Belém o que ele escutava eram comentários desacreditando seu imaginário.

Então, com o tempo, imagino que os moradores da ilha ficaram tímidos quanto a isso e passaram a não mais comentar sobre o assunto com pessoas de fora. Logo no início me prontifiquei a falar que suas histórias eram muito interessantes para mim e que eu acreditava. Assim, vi que ele ficou bem mais alegre em contar, talvez essa história tenha surgido para dar um exemplo de pessoas de fora que não acreditavam e pagaram por isso.

Quando foram apenas duas pessoas para o meio da mata e se separaram o Curupira aproveitou para agir e “brincar” com o forasteiro e lhe ensinar uma lição. Então se transformou no amigo que estava a caminho do local de trabalho para a aula e o fez andar bastante e se perder na floresta, que por não ter morador não era possível ouvir seu grito por ajuda. Mas me pareceu que seu Careca compreendeu que só estava ensinando uma lição, pois permitiu que o rapaz achasse o caminho de volta para a casa do Seu Careca, para então nunca mais zombar de sua existência.

Outra questão é que mostra que os seres não se manifestam quando há muitas pessoas, e que talvez por isso eles vivam e apareçam mais para dentro da ilha, e não na beira onde há muitas pessoas vivendo. Há também a questão do respeito com a mata e seus seres que nela vivem e a protegem, e o fato de que não eram pessoas da ilha, então um desconhecido da mata, que pode representar um perigo. Como afirma Seu Careca:

Porque a mata é o seguinte às vezes a gente que mora aqui a população que mora na ilha, eles sabem que existe essas coisas. Se tu entrar em qualquer terreno, se tu não pedir permissão eles vão sacanear contigo. Não é eu, é a mata mesmo, porque tu é estranho. Assim é o curupira, se tu entrar numa mata dessa ele sabe que tu não é daqui, ele me conhece porque todo dia eu to passando. A mata é muito boa, mas pra malinar com a pessoa ... As árvores conhecem a gente, tem um contato, se vier outra pessoa não é que nem eu. Olha na mata, pra ficar na mata na hora de meio dia, meia noite, tem que ter muita coragem, muita coragem, tem muita mizurisse²³, mais antes tu ta dentro do cemitério do que ta dentro duma mata, ouve conversa, assobio, é gemido, tudo ouve, quer ver, a mata para meio dia e meia noite, acho que ela dorme, os pássaros estão quietinhos tranquilos passou o momento todo mundo vai procurar seu trabalho.

Nesse dia em que ele estava me contando essas narrativas era o dia em que eu iria passar a noite na comunidade. Chegou até a brincar dizendo para eu tomar cuidado a noite para que a Matinta não viesse me assustar. Mas depois de rir disse que eu não precisava me preocupar, já que eu não iria adentrar na mata e que eu já vinha bastante tempo na ilha, então eles (os seres) deveriam me conhecer um pouco. Também disse que qualquer coisa ele iria dizer para a Matinta que éramos amigos dele e que não era pra ela mexer com a gente. Não posso deixar de confessar que me senti melhor depois que ele disse isso.

Apesar de eles fazerem parte da mata, e esta os conhecer, há também certos encontros e situações com as quais eles se deparam com relação a esses seres, mesmo que raras vezes ele afirme que ainda acontece. Como por exemplo, Seu Careca conta que:

Tinha um primo que tinha o costume de toda tarde pescar lá no igarapé igual a esse aqui, aí quando foi uma vez a mulher dele disse “não vai pescar rapaz, todo dia tu vai lá pescar”, “mas eu vou rapidinho lá”. Chegou lá, iscou o camarão e bateu aquele peixe, aí fazia força pra puxar o peixe e teve uma hora que ele ouvia o peixe falar minha amiga! Esse cara pegou uma febre, uma dor de cabeça, ia nos hospitais e nada dava jeito, ficou no morre e não morre, muito ruim. Gritava e gritava, aí indicaram uma tal de Pelé bem lá pro Acará, único jeito, dizia “você vai ficar bom”, “vai ficar bom, mas quando ficar bom o senhor não vai mais pescar lá, ouviu, vou fazer o remédio”. Pegou aqueles pedacinhos de arruda com cachaça e dizia “olha vai ficar bom pode tomar direitinho”, aí quando ela saiu de lá a dor de cabeça já tinha passado, só ficou com a febre, fizeram um banho e deram pra ele. Faz uns 10 anos mais ou menos. Ele disse que morre de fome, mas não vai mais pescar lá.

²³ Mizurisse significa traquinagem ou travessura.

Seu Careca relatou que ele próprio já vivenciou algo parecido:

Teve uma vez, que tem um furo que vara no outro lado, peguei uns camarão e fui me embora pescando, pegava só peixe. Quando eu voltei de lá, tinha um homem que tava com uma perna no igarapé e a outra do outro lado do igarapé, aí quando eu via aquele homem imenso, eu fiquei nervoso, meu coração não batia, disparava, eu tinha que passar no meio da perna dele, e a água puxando pra baixo dele. Fiquei num estado que não podia me mexer, paralisado, aí até que deu uma coceira no meu olho passei a mão no meu rosto quando tirei ele não tava mais, eu vim me embora cheguei aqui cansado de tanto remar. Faz uns vinte e poucos anos e nunca mais voltei lá, isso pro cara ver é difícil, mas eu não quero ver mais.

A primeira impressão é que isso acontece mais quando é relacionado ao rio, aos animais que vivem no rio, pois em ambas as histórias envolvia a pesca, uma com peixe outra com camarão. Não é possível ainda afirmar se era um local muito distante da sua casa, se isso que acabou resultando na pouca prática da pescaria, e por que. Em algum momento ele associa esse tipo de acontecimento com assombração, como se os que “atacam” os de fora da ilha são seres encantados amigos e protetores, quando “ataca” os ribeirinhos é assombração, algo da natureza, mas um pouco mal. Mas teve um momento que ele expressa que, em algumas circunstâncias, eles sempre vão acompanhados para o meio da mata, para ter certeza que nada lhe acontecerá.

Para uma compreensão e análise melhor de toda essa simbologia mereceria uma pesquisa maior sobre esse assunto, para então se aprofundar nessas histórias e lendas, o que não é o caso desse trabalho. Entretanto, fiz questão de trazer um pouco desse simbolismo por estar ligado a um dos elementos relevantes desse contexto e modo de vida.

2.4.6 A Comunidade e o Turismo

Como já comentei, o turismo vem cada vez fazendo mais parte da vida dos moradores da Ilha do Combu, tendo começado por volta da década de 80 (DERGAN, 2006). Hoje é possível ver o crescimento no número de bares e restaurantes voltados para o turismo aos finais de semana e feriado. Quando comecei a realizar pesquisa nessa comunidade, em 2010, havia apenas dois bares, o mais famoso que é a Saldosa Maloca, e a Maloca Sabor da Ilha, que é a do Seu Careca.

Hoje há sete bares. Aparentemente na comunidade Beira do Rio Guamá esse crescimento vem sendo maior e mais rápido devido sua localização mais “privilegiada” com relação à Belém.

Isso aconteceu, e acontece porque “além da beleza cênica do lugar, o estilo de vida tradicional passa ser produto de atração de pessoas de fora da região – a vida cotidiana é vista pelo turista como espetáculo [...]” (ADRIÃO, 2013, p 67).

Os que têm condições financeiras fazem do seu trapiche um bar, ou viram barqueiros ou trabalham para os que são donos do bar. Na comunidade Igarapé do Combu todos são donos dos seus bares, sendo que alguns vendem uma pequena parte do seu terreno na beira, porém isso é mais comum na Comunidade Beira do Rio.

Para ter legalmente um bar/restaurante na ilha é preciso passar por um grande processo burocrático que exige sete licenças, como da vigilância sanitária, da DEMA, SEMA da Marinha e dos Bombeiros. Reclamam que é um processo chato e demorado, e que não facilitam para conseguir, muitas vezes há confusão de informação e muita espera para ser atendidos.

Mas Seu Careca diz valer a pena, pois é algo que vem trazendo melhoria na renda familiar, e parecem ficar felizes que tenha bastante gente que considere o lugar onde vivem como um lugar bonito e que desejam voltar. Muitos turistas buscam algo diferente do que já conhecem, então por mais que alguém de outro estado ou país venha fazer turismo em Belém, muitos buscam aquilo que faz chamar mais atenção com relação à cidade, que é o fato de ser parte da Amazônia, e a ilha proporciona essa experiência a poucos minutos da cidade. Para ele:

As agências de turismo daqui cobra muito caro, gringo não quer saber de cidade, não quer saber, ele quer saber de mata, mata primária aonde possa ouvir o som da mata, onde pode ver os animais. Tu não vê a estação das docas? fizeram uma coisa bonita, gastaram um dinheirão, pra que? Pobre não vai lá que é tudo caro, os rico não vão lá que eles não querem saber disso, já estão acostumados com isso, vai ver mata. [ser caro] Acaba afastando os turistas. As vezes tem turista que chega aqui e disseram que não querem ficar no hotel querem ir pra mata, não querem cidade, quer mata.

Uma das coisas que foi levantada, e que nesse tempo presente na comunidade também percebi, é que ainda há desconhecimento sobre a ilha e seus atrativos. Mesmo que hoje eles já não sejam mais tão invisíveis aos olhos dos belenenses e dos turistas, as pessoas e agências não conhecem muito sobre a ilha. Por saberem que eu pesquiso no local, inúmeras pessoas ao longo do tempo me procuram para tirar dúvidas para poder visitar os bares da ilha uma vez que gostariam de conhecer a ilha.

Ou mesmo quando atravesso no final de semana vejo e escuto grupos conversarem sem saber que para qual bar irão se deslocar. Alguns perguntam pra quem ta no barco se conhece um

bar/restaurante legal para ir, outros simplesmente descem no primeiro bar/restaurante que aparece. Como muitos ouvem mais falar sobre a Saldosa Maloca acabam decidindo ir para esse, sendo assim muitas vezes a primeira para do barco, e juntamente com esses outros vão atrás.

Mas Seu Careca ressalta que há muito mais na ilha do que seus bares e restaurantes, mostrando que há um grande potencial turístico na região:

Tem muitas coisas bonitas na região que até mesmo vocês não saibam. Praia com areia no meio do rio pra tomar banho, temos trilhas, eu tenho trilha aqui. Essa ilha divide em município de Belém e do Acará, no Acará tenho de 1000m de 500m e de 1500m as trilhas, ai chegar você escolhe. Mata primaria, o povo fazendo farinha lá no centro, suado, são coisas que o gringo gosta de ver, sempre levo lá. Tem igarapé no meio da mata, água cristal, vê o peixe lá no fundo ai ficam tomando banho. Os guias de turismo a maioria não sabem nada daqui, só se formam na área e vai pra agência e não conhece nada. Só tem a teoria, não tem a prática. Muita gente não sabe sobre, só o pessoal da universidade, professores, que me conhecem que falam sobre o passeio ecológico nos furos.

Talvez ainda seja um pouco cedo para analisar as grandes mudanças que estão ocorrendo e irão ocorrer devido ao turismo, tanto positivas quanto negativas. Mas não se pode negar que já há mudanças. Por exemplo, essa atividade nos bares/restaurantes vem cada vez mais competindo espaço com o extrativismo, mas acredito que o primeiro não substituirá o segundo, dado que essa atividade abastece também o bar/restaurante. Para eles o extrativismo é uma garantia de que não passarão fome, como foi falado “aqui só passa fome se for preguiçoso porque tem mata ai cheio de fruta, tem peixe e camarão”.

Hoje, para muitos os finais de semana e feriados não são dias de descanso e sim de trabalho para atender a crescente demanda em seus bares/restaurantes. Como coloca Dona Doris “aqui nosso final de semana não é sábado e domingo, é segunda e terça”. De segunda a quinta é que há completa tranquilidade na ilha. Adrião faz um ótimo resumo sobre a questão do turismo:

“A beleza cênica da região, o bucolismo e o exotismo da vida mais próxima à natureza, associada à proximidade com a cidade acabam atraindo turistas e visitantes moradores da cidade de Belém em passeios diários aos finais de semana e feriados. Como é grande a proximidade da ilha com a cidade de Belém e pouca a estrutura disponível para o turismo, o fluxo de turistas é diurno, ainda não contando pernoite – bares e restaurantes se multiplicam ao longo da ilha -; opções de pratos regionais como o açaí, peixe assado ou frito, camarão, caranguejo, etc. são os maiores atrativos assim como também o modo de vida mais tradicional: passeio de canoa, trilhas pela mata, rapazes subindo no açazeiro, o preparo do açaí, etc. são itens que são incluídos, cada vez mais, nos passeios pela ilha nos roteiros turísticos. Ao lado disso, esses locais transformaram-se com o “sonoro” (espécie de aparelhagem de som) que com o tipo de música ‘brega’, ‘merengue’ e outros ritmos musicais apreciados na região,

convidam à dança e certamente são uma atração a mais envolvendo não só os que vem de fora, como os locais que também gostam muito de dançar – jovens menores de idade frequentam e participam das festas com os adultos (ADRIÃO, 2013, p 76).

É claro que não há apenas o lado positivo do turismo, principalmente quando o mesmo não é muito planejado. O que mais vejo ribeirinhos reclamarem e se incomodarem é com a constante presença de jet-skis e os iates, o primeiro por andarem de maneira veloz nos furos, além do barulho já ocasionou acidente com pessoas que estavam nadando no rio, o segundo por serem muito grandes, e muitas vezes também navegam pela comunidade de maneira muito veloz. Eles dizem que essas pessoas não sabem navegar corretamente pelo local, o que incomoda, gera muito barulho e contribui para a erosão na beira.

Acham bom o turismo para a comunidade, mas gostariam que ocorresse de maneira organizada e respeitosa. Comentarei um pouco mais no último capítulo, onde tratarei sobre os aspectos positivos e negativos sobre morar na comunidade.

CAPÍTULO 3 – REFLETINDO SOBRE POPULAÇÕES TRADICIONAIS

3.1 Alguns Conceitos e Definições

Até aqui foi apresentado mais o lócus da pesquisa e para assim ser possível conhecer melhor a comunidade Igarapé do Combu, para quem não a conhece. Nesse momento gostaria de discutir um pouco mais sobre o contexto maior no qual ela está inserida, que é o das *populações tradicionais*.

Como Pereira & Diegues (2010, p. 41) salientam “a definição de tradição ainda é uma discussão não finalizada nas diversas áreas do conhecimento”, e até o presente momento não se chegou a um consenso universal sobre tal definição. Um dos principais problemas provavelmente seja o fato desta englobar variados tipos de grupos humanos que, apesar de apresentarem um modo de vida diferenciado do imperante contexto urbano-capitalista, também apresentam uma grande diversidade entre si.

Desde o início desta pesquisa no âmbito do mestrado me era feita a reflexão: “mas eles são mesmo uma população tradicional? O que seria, hoje, o *tradicional* atribuído a essas populações?”. Diante disso, mesmo que não seja meu foco na pesquisa, não pude deixar de apresentar aqui um pouco da discussão, pois é um ponto relevante que permeia a discussão principal a ser aprofundada mais a frente. Além do mais,

O termo “população tradicional” está no cerne de diversas discussões e sua implicação ultrapassa a procura pela teorização, envolvendo uma série de problemáticas relacionadas às políticas ambientais, territoriais e tecnológicas, uma vez que os diversos organismos multilaterais que trabalham em torno deste assunto apresentam dificuldades e discordâncias na tentativa de indicar uma definição aceita universalmente, o que facilitaria a proteção dos conhecimentos tradicionais difundidos pela tradição oral destas populações (PEREIRA & DIEGUES, 2010, p 39).

Para a reflexão da noção de *populações tradicionais* trago os autores: Diegues (1999, 2000, 2001), Pereira e Diegues (2010), Little (2002), Furtado (1993, 1994), Forline e Furtado (2002), Furtado e Souza (2006), Barreto Filho (1996), Arruda (1999), Brandão e Borges (2014), Fraxe et al. (2007), Cunha (2009), Cunha e Almeida (2001), e Simonian (2010).

Primeiramente, é importante trazer a definição, a caracterização, proporcionada por tais autores, dessas populações, e em seguida apresentar os elementos fundamentais que estes apresentam para a discussão. E por fim, no decorrer desse debate, ir dialogando e refletindo a partir da realidade da comunidade aqui pesquisada.

Não se pode negar a importante contribuição e o empenho de Antonio Carlos Diegues em discutir especificamente sobre o que seria uma *população tradicional*, já que muitos autores falam e utilizam o termo, mas não aprofundam no questionamento. O autor compreende o termo *populações tradicionais* a partir da utilização da:

Noção de “sociedades tradicionais” para nos referirmos a grupos humanos culturalmente diferenciados que historicamente reproduzem seu modo de vida, de forma mais ou menos isolada, com base em modos de cooperação social e formas específicas de relações com a natureza, caracterizados tradicionalmente pelo manejo sustentado do meio ambiente. (DIEGUES, 2000, p 22).

A característica apontada por Diegues “de forma mais ou menos isolada” é algo que voltarei a falar mais adiante, pois é uma das coisas que influencia na atualidade na complexidade dessa definição.

Para Arruda (1999, p 79) a caracterização destas populações está na presença de “um modelo de ocupação do espaço e uso dos recursos naturais voltados principalmente para a subsistência”. Ele prossegue dizendo que nesses grupos específicos não há muito o envolvimento com o mercado e sua economia é a partir de tecnologias simples que geralmente não tem muito impacto no meio ambiente, tendo a família como mão de obra e transmissora de tais conhecimentos.

Simonian (2010, p 61) corrobora com esta caracterização, ressaltando a profunda relação entre estes indivíduos e o meio ambiente que os cerca. Acrescenta ao afirmar que “apesar de disporem de uma tecnologia simples, conseguem não apenas sobreviver dos recursos naturais disponíveis mas desenvolver toda uma cultura, no mais das vezes, de uma complexidade impar e que inclui estratégias de conservação”.

Para Fraxe et al (2007, p 94-95) a principal característica dessas populações amazônicas são “suas atividades extrativistas, de origem aquática ou florestal terrestre, onde vivem em sua maioria, à beira de igarapés, igapós, lagos e várzeas”. Esse ponto reforça o *ribeirinho*, seja pescador ou não, como integrante dessa definição de *tradicional*, colaborando para o argumento de que o contexto focado nessa pesquisa esteja inserido nessa noção aqui discutida. Nesse sentido cabe ressaltar que tais características estão relacionadas também com noção de sociedade cabocla que é caracterizada por:

(a) um modo singular de viver, de se apropriar, usar e aproveitar os recursos naturais, (b) saberes aplicáveis na pesca, coleta e extrativismo, na navegação, nas

avaliações e previsões do tempo (da natureza), chuvas, enchentes, ventos, marés e impactos refletidos na fauna, flora e qualidade de vida. Tudo isso faz parte da caboclitude que caracteriza os povos das águas no estuário (FURTADO E SOUZA, 2006, p 177).

Segue nesse viés a noção de *população tradicional* expressar “um conjunto de valores culturais coletivos relativos ao meio ambiente – percepções, valores e estruturas de significação que orientam e estão na origem de certas políticas ambientais”, de acordo com Barreto Filho (1996, p 110). Diante disso, e todo debate que vinha crescendo no âmbito acadêmico e político sobre a proteção e preservação da natureza, “as populações tradicionais passaram a ser consideradas importantes como atores responsáveis pela proteção do ambiente natural no qual estão inseridas”, o que fez com que a Conferência das Nações Unidas para o Meio Ambiente e Desenvolvimento (Rio 92) enfatizasse “a necessidade de se proteger essas populações, assim como os conhecimentos dos quais são detentoras” (PEREIRA & DIEGUES, 2010, p 38). Porém para isso era necessário uma definição “oficial” para servir de base para ações nesse sentido, assim em 2007 o decreto n.º 6.040 que institui a Política Nacional de Desenvolvimento Sustentável de Povos e Comunidades Tradicionais (PNPCT), onde apresenta a seguinte definição:

I – Povos e Comunidades Tradicionais: grupos culturalmente diferenciados e que se reconhecem como tais, que possuem formas próprias de organização social, que ocupam e usam territórios e recursos naturais como condição para sua reprodução cultural, social, religiosa, ancestral e econômica, utilizando conhecimentos, inovações e práticas gerados e transmitidos pela tradição (BRASIL, 2007).

Porém, ainda assim continua uma definição mais geral, haja vista tais grupos apresentam diferenças. Cabe aqui ressaltar que havia a compreensão dos povos indígenas inseridos na noção de *populações tradicionais* juntamente com as demais categorias, como Diegues por exemplo. Mas o avanço no debate acabou por fazer a separação das comunidades indígenas como uma categoria própria, em favor se tem Manuela Carneiro da Cunha e Terezinha Fraxe, a qual utiliza o termo *populações tradicionais não-indígenas*. Entretanto, Diegues ao escrever com Pereira apresentam concordância com tal posicionamento, dizendo que:

Este decreto contribui muito para as discussões ao não atribuir a mesma definição para populações tradicionais e povos indígenas, visto que tanto a legislação que discorre sobre estes grupos quanto as várias pesquisas científicas deixam claro que estes dois grupos apresentam diferenças. No caso brasileiro, Almeida e Cunha (1999, p. 4) pontuam as questões territoriais como um dos principais divergentes entre estes grupos, visto que os povos indígenas têm a propriedade das terras habitadas reconhecida por meio da historicidade de sua ocupação; já as populações tradicionais (exceto quilombolas) ainda estão em processo de busca por este

reconhecimento. É importante ressaltar também que os povos indígenas possuem línguas específicas que diferem do idioma oficial do país, enquanto alguns grupos de populações tradicionais difundem dialetos próprios, mas que não são adotados como oficiais pelos mesmos (PEREIRA & DIEGUES, 2010, p 39).

Diante da importância de repensar o termo de *população tradicional*, Forline & Furtado (2002, p 210) trazem um relevante elemento para o debate, sendo “a designação *populações tradicionais* ou *sociedade tradicional* implica a presença da fronteira tradicionalismo/modernidade”, pois nenhuma população é 100% tradicional ou 100% moderna.

Sendo assim, ao estudar uma comunidade é importante refletir sobre a questão, devendo superar a concepção de dicotomia de tradicional e moderno, pois hoje o que ocorre é a interrelação entre os dois. Então é necessário que o pesquisador considere tais questões na análise do local “para avaliar o *status* de tradicionalismo e modernidade” e assim definir o grupo estudado (FORLINE & FURTADO, 2002, P 213).

Isto é importante porque cada dia mais vemos a introdução, por exemplo, de produtos tecnológicos no cotidiano dessas populações. Se um ribeirinho continua com sua atividade principal sendo a pesca artesanal, ou no caso do Combu que continuam a viver do extrativismo, subindo no açazeiro, mas ambos hoje possuem celulares smartphones, estes deixaram de ser ribeirinhos? A resposta é seguramente que não.

É imprescindível ressaltar que não se pode compreender estes grupos como numa moldura imaginária que esteja parada no tempo, pois é um erro associar a palavra “tradicional” à imobilidade histórica e atraso econômico. Ou seja, “As culturas tradicionais não são estáticas, estão em constante mudança seja por fatores endógenos ou exógenos” (DIEGUES, 2001, p 93), o que não significa que tenham mudado seu cerne.

Percebi que muitos descrevem, por exemplo, as casas de ribeirinhos da Ilha do Combu como simples ou modestas. No Combu uma mudança que é percebida é que cada vez mais o aumento da quantidade de casas de alvenaria. É claro que ainda o “comum” são as palafitas de madeira, mas a casa de um ribeirinho não pode ser “melhor”, ou seja, de alvenaria, ou mesmo de madeira, porém maior? Isso os descaracterizaria enquanto ribeirinhos? Isso está mais ligado a qualidade de vida, pois ser ribeirinho vai muito além disso.

O tradicional nesse debate encontra-se relacionado com o conceito de tradição, onde há um constante processo de transformação onde se “atualizam”, entretanto mantém, tradições culturais (LITTLE, 2002, p 23), ressignificando-as. Louis Forline e Lourdes Furtado são fundamentais para essa discussão quando propõem uma reflexão, e a importância, sobre uma reavaliação do conceito de populações tradicionais, ressaltando que:

É necessário, também, estender-se essa reflexão para os conceitos de desenvolvimento e sustentabilidade, pois estes, a nosso ver, não se fundem apenas pela noção de desenvolvimento do produto interno bruto, pelo potencial de recursos disponíveis, pelas perspectivas de exploração desses recursos pertinentes e que estão dentro da territorialidade a que pertencem a essas populações, mas devem levar em consideração vários fatores: as condições que essas populações têm de explorá-los, de ter acesso aos mananciais onde estão seu objeto de trabalho; os saberes que envolvem essa apropriação, uso e distribuição desses recursos; as necessidades e os direitos que cada grupo social tem sobre o patrimônio natural; as formas nativas de classificação e construção de seus territórios, de suas reservas naturais; a dinâmica da vida social, a qual se enquista! Mas evoluem, sim, por processos de escolha social, determinados por princípios culturais, pelas variáveis sociais e econômicas e pela dinâmica dos processos que, historicamente, estão sujeitas (FORLINE & FURTADO, 2002, P 222).

A questão então não é congelar tradições, e sim como elas se situam diante da modernidade, do urbano. Como elas estão inseridas, e se modificando com esse contato, mas a partir da lógica da sua realidade. Esse ponto é fundamental aqui porque se conecta ao que já no início da dissertação foi apontado, que é a grande proximidade da Ilha do Combu com relação a Belém, o que obviamente representa a relação tradicional-modernidade.

Nesse sentido, retomo a questão que foi apontada por Diegues, em 2000, com relação à antiga concepção de que quanto mais isoladas mais essas comunidades manteriam sua *tradicionalidade*. Todavia, há muitas populações tradicionais que praticamente não são nada isoladas e que se encontram muito próxima das realidades urbanas e mantendo uma relação frequente e constante, e mesmo assim se desenvolvem mantendo suas características tradicionais.

As distâncias já haviam diminuído em decorrência do desenvolvimento e crescimento da abrangência dos meios de comunicação, assim como de maiores possibilidades de locomoção através da crescente facilidade no uso dos meios de transporte. O contato entre contextos diferentes vem crescendo cada vez mais, o que não necessariamente queira dizer a sobreposição com relação às *populações tradicionais*.

Quando se pensa em ribeirinhos o que logo vem à cabeça são indivíduos que moram no “interior”, distante da capital, no meio da floresta. Essa imagem não está de todo errada, mas o que acho importante ressaltar é que essa não deve ser mais a única representação associada a esses grupos. Diante de nossas vidas urbanas e rodeadas de edifícios, carros e asfalto, é possível ao olhar para o lado perceber que os referidos grupos se encontram logo ali. Ou mesmo que estejam de fato a alguns quilômetros de distância do centro urbano, não quer dizer que não há o contato.

O próprio Diegues mostrou que considera a questão com o passar do tempo quando diz que “as culturas tradicionais decorrentes da pequena produção mercantil não se encontram no entanto isoladas no Brasil de hoje, mas articuladas ao modo de produção capitalista” (DIEGUES, 2001, p 93). O mesmo autor ainda em 1999 proporciona uma interessante caracterização, sistematizando as variadas definições que envolvem tal conceito, na qual não consta a questão de isolamento, que contribui para a discussão e maior elucidação acerca dessa difícil tarefa de qualificar tais grupos. Este nos diz que:

Pode-se dizer que essas sociedades se caracterizam: a) pela dependência frequentemente, por uma relação de simbiose entre a natureza, os ciclos naturais e os recursos naturais renováveis com os quais se constrói um modo de vida; b) pelo conhecimento aprofundado da natureza e de seus ciclos que se reflete na elaboração de estratégias de uso e de manejo dos recursos naturais. Esse conhecimento é transferido por oralidade de geração em geração; c) pela noção de território ou espaço onde o grupo social se reproduz econômica e socialmente; d) pela moradia e ocupação desse território por várias gerações, ainda que alguns membros individuais possam ter se deslocado para os centros urbanos e voltado para a terra de seus antepassados; e) pela importância das atividades de subsistência, ainda que a produção de mercadorias possa estar mais ou menos desenvolvida, o que implica uma relação com o mercado; f) pela reduzida acumulação de capital; g) importância dada à unidade familiar, doméstica ou comunal e às relações de parentesco ou compadrio para o exercício das atividades econômicas, sociais e culturais; h) pela importância das simbologias, mitos e rituais associados à caça, à pesca e a atividades extrativistas; i) pela tecnologia utilizada que é relativamente simples, de impacto limitado sobre o meio ambiente. Há uma reduzida divisão técnica e social do trabalho, sobressaindo o artesanal, cujo produtor (e sua família) domina o processo de trabalho até o produto final; j) pelo fraco poder político, que em geral reside com os grupos de poder dos centros urbanos; l) pela auto-identificação ou identificação pelos outros de se pertencer a uma cultura distinta das outras. (DIEGUES, 1999, p 21-22)

O que já foi visto até o momento acerca da Ilha do Combu, em comparação com as definições apresentadas aqui, permite afirmar que as comunidades da ilha se encaixam na noção das ditas *populações tradicionais*. A comunidade Igarapé do Combu é composta por extrativistas, mesmo que haja a presença de outras atividades, ou seja, usam dos recursos naturais para sua subsistência, e apesar de apresentar relações comerciais com Belém, estas são feitas a partir

do que sua realidade ribeirinha tem a oferecer, as atividades realizadas na comunidade são de base familiar, vivem nas margens do rio, possuem conhecimento e saberes locais acerca da natureza que os cerca, transmitem tais conhecimentos tradicionais oralmente para as próximas gerações assim como na vivência do cotidiano local.

A principal característica que vejo ser consenso entre as definições é a relação íntima com o meio ambiente que os cerca, de onde retiram seu sustento e sua renda, e estabelecem um conjunto de valores e significados que partilham coletivamente, produzindo assim seu viver em um território específico. E nesse ponto a comunidade do Igarapé do Combu também está associada, sendo este um elemento fundamental neste trabalho. Também há a questão de se identificar e ser identificado como tal, o que será abordado mais à frente. De maneira geral, me utilizando das palavras de Diegues (2001, p 89) “essas características, mencionadas anteriormente, não devem ser tomadas de forma isolada, mas constituem uma totalidade que pode ser traduzida por modo de vida”.

Dentro desta noção de *populações tradicionais* se encontram pequenas comunidades (vilas e povoados) amazônicas, pequenos produtores de pesca e pequenos produtores agrícolas (pequenos produtores mercantis), comunidades pesqueiras, extrativistas, ribeirinhos, sendo que Diegues (1999) insere os caboclos/ribeirinhos no grupo de *populações tradicionais extrativistas*, juntamente com seringueiros e castanheiros.

É claro que não se pode deixar de levar em consideração as diferenças entre uma comunidade e outra, entre uma localidade e outra, porém o que foi levado em consideração para fins classificatórios são as semelhanças partilhadas. Mas devido a toda essa dificuldade de delimitação dessas populações, ressalto que o objetivo foi situar a localidade pesquisada no contexto em que está inserida, o de *população tradicional*. E dentro desta se faz necessário afirmar à categoria a qual tal localidade está relacionada, que é a mais relevante para essa pesquisa, a de *comunidade ribeirinha*, que prefiro aqui então separar das outras duas categorias elencadas por Diegues.

É fundamental a compreensão das relações sociais estabelecidas no seio de uma comunidade, para então compreender seu sentido. Em linhas gerais:

O termo *comunidade* refere-se ao grupo social como um todo, isto é, ao conjunto de sítios, povoados e/ou vilas onde residem os pescadores [e também ribeirinhas em geral] com suas famílias no ‘interior’. Portanto, os membros da *comunidade* são todas as pessoas residentes num sítio, vila ou povoado da região. (...) cujas

habitações são dispostas segundo o padrão linear, tendo o rio como parâmetro. (FURTADO, 1993, p 251).

Para Brandão & Borges (2014, p 2-10) “a comunidade é o lugar humano da vida” onde pessoas que convivem partilhando um espaço específico “reúnem-se para viver suas vidas e dar, entre palavras e gestos, um sentido a ela”. Este também conceitua uma comunidade que está ligada ao que se debateu neste tópico como *comunidade tradicional* a partir do “fato de que ela se tornou legítima através de um trabalho coletivo de socialização da natureza”.

É evidente que existem variados tipos de comunidades, na quantidade de pessoas, seu ecossistema particular, enfim, em sua composição sociocultural. O que é foco desta pesquisa é a compreensão da Comunidade Igarapé do Combu enquanto uma comunidade ribeirinha. Esta é a principal questão a qual todo esse debate levou. Porém, antes de entrar no assunto, irei falar rapidamente sobre outra questão que foi levantada no decorrer da pesquisa e que enriquecerá o debate acerca da realidade pesquisada. A questão é: a Ilha do Combu é um contexto rural?

3.2 Rural X Urbano

No caso da Ilha do Combu, como em muitos outros lugares hoje em dia, duas realidades, identidades e projetos de vida, dividem espaço e se relacionam, porém se contrastam. Essa relação, ligada ao debate de populações tradicionais, evoca o debate sobre o rural e o urbano. O modo de vida que aqui vem sendo trabalhado está relacionado com a um contexto rural, que será o foco da discussão nesse momento.

Os conceitos de rural e urbano estão mais comumente relacionados aos conceitos de campo e cidade, respectivamente, porém tais conceitos não são fáceis de definir e delimitar, estando cada vez mais presente no debate de geógrafos e cientista sociais. Weber (1979), Wirth (1979) e Simmel (1979) proporcionam muitas reflexões acerca do tema, discutindo sobre pontos que colaboram nessa reflexão, como se deve ou não considerar o tamanho territorial, quantidade de habitantes, questão econômica, aglomeração ou dispersão das casas, como afirma Weber (1979) que “nas cidades, as casas estão em geral muito juntas, atualmente, via de regra, com as paredes” encostadas uma na outra.

Objetivamente, Endlich (2010) propõe um resumo prático para a questão, dizendo que se deve pensar, a priori, a partir de dois elementos: a) densidade demográfica – urbano e rural expressos em número de habitantes por quilômetros quadrados; b) ocupação econômica da população: urbana e rural definidos pela natureza das atividades econômicas.

Porém, ainda assim, são elementos muito gerais que não demonstram as especificidades e problemática que os envolvem. Wirth (1979, p 3) já apontava que considerar a densidade populacional faz parte na definição de um local urbano; esta não deve mais ser considerada a característica definidora predominante. Assim, o autor diz que existiam tipos de cidades “baseadas no tamanho, localização, idade e função das mesmas: ordenar e classificar comunidades urbanas. Numa escala que vai de pequenos povos a grandes metrópoles”.

A diferenciação a partir de campo e cidade também já não acompanha a realidade atual de ambos os contextos, pois dentro da noção de urbano há diferenças, sendo então “preciso buscar o grau de urbanização, enquanto processo, entre os meandros dos interesses econômicos e nos valores culturais que comandam a vida social” (ENDLICH, 2010, p 29). E para além das diferenças que também se encontram na realidade rural, é fundamental que “esta é uma categoria histórica, que se transforma” (WANDERLEY, 2000, P 88-89). Então, o pesquisador deve compreender as nuances a partir do tempo e espaço da localidade estudada, levando-se em consideração a bibliografia que te ajude a discutir o tema.

Há divergência, por exemplo, com relação ao que é considerado como nível de urbanização. Se para os órgãos institucionais algumas cidades do “interior” são consideradas urbanas, para a publicação da Via Campesina Brasil (2004) as sedes de municípios são centros rurais de serviço.

Porém, o que mais interessa no momento são as contribuições de alguns autores para a definição do rural. Nesse sentido Abramovay (2000) apresenta três aspectos para a discussão, e para uma definição: a relação com a natureza; a relativa dispersão populacional da área rural, ou seja, áreas não tão densamente povoadas; e a existência de uma dependência, principalmente econômica, do sistema urbano. Estes são aspectos relativos, devendo ser considerados seus níveis presente em cada localidade.

Já Wanderley (2000) aponta duas características como fundamentais a serem consideradas: a relação particular estabelecida entre os habitantes da área rural e a natureza, já que nesta se encontra seu habitat e onde estabelecem suas atividades econômicas, diferentemente do que

encontra nos centros urbanos. Seguindo nessa linha, a segunda característica se trata das relações sociais estabelecidas nesse habitat, que resultam em compreensões e conhecimento diferenciados.

Nesse momento, levando em consideração o debate no tópico anterior, percebe-se a clara aproximação e ligação das categorias extrativista, ribeirinho, população tradicional e rural. Todos estão conectados por partilharem o mesmo contexto mais amplo que se posiciona frente ao dominante *urbano*, remarcando sua particularidade. Então, deve-se entender aqui tal contexto amplo, o rural, como:

Em primeiro lugar, enquanto um espaço físico diferenciado. Faz-se, aqui, referência à construção social do espaço rural, resultante especialmente da ocupação do território, das formas de dominação social que tem como base material a estrutura de posse e uso da terra e outros recursos naturais, como a água, da conservação e uso social das paisagens naturais e construídas e das relações campo-cidade. Em segundo lugar, enquanto um lugar de vida, isto é, lugar onde se vive (particularidades do modo de vida e referência “identitária”) e lugar de onde se vê e se vive o mundo (a cidadania do homem rural e sua inserção na sociedade nacional). (WANDERLEY, 2001, p 32)

Logo, os autores que nos ajudam a pensar sobre o tema corroboram na compreensão desses espaços como detentores de dois estilos de vida diferenciados. Não é somente a presença ou ausência de prédios, carros, asfalto, árvores, barcos ou casas de madeira, mas sim as relações estabelecidas com e nesses espaços. No espaço urbano as relações sociais são mais distanciadas, sobressaindo as relações materiais, relações com a mercadoria, enquanto no rural a predominância são relações de parentesco, vizinhança e família mais próximas.

Por isso Diegues (2001) identifica as comunidades tradicionais como modos de vida pré-capitalistas, não devendo ser compreendidas necessariamente como o que veio antes, no sentido de que no futuro será de maneira capitalista de fato, mas no sentido de que são modos de vidas que já existiam antes e que ainda resistem²⁴. Numa comunidade, como as que são encontradas na Ilha do Combu, há uma aproximação maior entre seus moradores, todos se conhecem, sendo que na comunidade Igarapé do Combu, por exemplo, os vizinhos mais próximos são, geralmente, da mesma família.

²⁴ O autor considera que a diferença nas transformações que ocorrem nas comunidades tradicionais é que se dão de maneira mais lenta que nas *não-tradicionais*. Porém eu não diria que “lenta” seja a palavra correta. Uma realidade rural vivenciada ao mesmo tempo e quase no mesmo espaço (de frente uma pra outra) mostra que mesmo não havendo um grau relativo de isolamento, essas comunidades continuam a se desenvolver de maneira particular, não exatamente por atraso como se pensava, mas porque escolhem viver dessa maneira, mesmo tendo tanta influência/contato da modernização/urbanização.

Até aqui não há dificuldade em afirmar que a Comunidade Igarapé do Combu, assim como as demais comunidades da ilha, seja uma comunidade rural, todavia, gostaria de destacar um elemento que percebo ser recorrente na associação ao contexto rural que é fundamental deixar mais claro.

Uma questão que é ressaltada como particular desse contexto, assim como com relação a noção de *populações tradicionais*, é seu modo de produção, que é caracteristicamente voltado em sua essência à natureza, aos recursos naturais. Mas o que percebo é quando se fala de rural, todos os autores aqui consultados constantemente em seus textos o relacionam à atividade agrícola, o que poderia, a priori, comprometer a afirmação feita acima com relação a Ilha do Combu. Para Wanderley isso ocorre devido ao fato de que:

Tradicionalmente, a agricultura constituía o elemento configurador central do espaço rural e os agricultores, mesmo habituados a conviver com outros indivíduos e categorias sociais, sempre foram percebidos como o esteio econômico, social e cultural do meio rural (WANDERLEY, 2000 p 91).

Endlich (2010) concorda ao justificar que é porque o Brasil foi um país agrário durante séculos, Mas como Carneiro (1998) ressaltava, assim como estes e outros autores concordam, a agricultura já não é o critério definidor do rural. Isso porque nem as famílias que ainda estão envolvidas com a atividade agrícola se dedicam com exclusividade a ela. O contexto rural está em constante transformação baseadas nas demandas de sua realidade, o que fez com que se manifestasse a “necessidade frequente de que os agricultores se tornem polivalentes e pluriativos, capazes, portanto, de estender sua atuação profissional para além da produção agrícola” (WANDERLEY, 2000, p 122-123), ‘assim, o desenvolvimento rural é considerado como conceito espacial e multissetorial’ (ENDLICH, 2010, p 17).

Carneiro (1998, p 56) dá como exemplo a questão do turismo como uma das principais razões das mudanças que vem ocorrendo nos espaços rurais, haja vista que muitos turistas urbanos buscam essa realidade diferenciada como destino alternativo, e atrativo, ao que vivencia cotidianamente. Assim, a agricultura “passa a ser um complemento, muitas vezes voltada para a manutenção da família e dos hóspedes, e um bem de consumo ao garantir o clima ‘rural’ almejado pelos turistas”.

Esta situação não é exclusiva dos agricultores, e sim dos vários grupos das populações rurais, como se pode ver, no capítulo dois dessa dissertação, ser também o caso da comunidade Igarapé do Combu. Como já foi comentado aqui, na referida comunidade não há

exclusividade da atividade extrativista, e sim a ligação desta com as atividades voltadas para o turismo, assim como a presença de variadas atividades de complementação da renda.

Hoje em dia é comum que as comunidades não tenham mais apenas um tipo de atividade econômica, como os pescadores polivalentes de Furtado (1993), que além da pesca exercem as atividades da roça, pecuária e coleta de produtos da floresta, ou os ribeirinhos policultores de Neves (2009) que são agricultores, mas como atividades complementares se têm a pesca e o extrativismo. Como ambos os termos remetem a multiplicidade de atividades essencialmente rurais, que envolvem manejo, acredito que o termo expressado por Wanderley melhor definiria a comunidade aqui pesquisada. Eu poderia, então, definir esta comunidade como *ribeirinhos extrativistas pluriativos*,

Nesse sentido, apesar das mudanças que ocorreram e ainda ocorrem, a noção de rural se atualiza, agregando os diversos grupos que aqui já foram citados. Resumindo:

Os pescadores, pescadores-lavradores, ribeirinhos, lavradores e extrativistas no Pará e, por extensão, na Amazônia, partilham uma origem histórica comum que remonta à colonização e ao processo de desestruturação das populações indígenas, sua conversão no “índio genérico”, destribalizado, formador das populações rurais amazônicas (Via campesina Brasil 2004, p 83).

Diante desse debate acerca do rural, outra questão me foi levantada durante o período do mestrado: pode-se considerar essa população da comunidade Igarapé do Combu como camponesa? Primeiro vejamos o que alguns o que envolve a noção de camponês.

Eric Wolf (1976) foi um dos autores muito importante no debate sobre o campesinato. O autor demarca que a propriedade camponesa é mais que uma unidade econômica, é também uma moradia onde se estabelecem relações sociais específicas. Não é voltada apenas para a produção, mas é também voltada para o seio familiar, é onde estabelece um modo de vida que carrega princípios e significados particulares, focado nas relações familiares e de vizinhança. Para ele, as sociedades camponesas são “aqueles segmentos da espécie humana que permaneceram a meio caminho entre a tribo primitiva e a sociedade industrial” (WOLF. 1976, p 9). Assim,

Os camponeses são produtores livres de dependência pessoal direta – são “autônomos”; sua sobrevivência de homens livres lhes impõe laços de solidariedade cuja quebra ou enfraquecimento ameaçam seu modo de vida; esses laços mais primários são os de parentesco e de vizinhança que os levam a procurar se agrupar em “comunidade”; a busca de sua permanência e reprodução numa mesma “terra” (...), traduzidas como apego à terra, é a marca do sucesso de seu modo de vida e a fonte de seu cuidado com seu ambiente (Via campesina Brasil, 2004, p 78-79).

Shanin (2005) comenta que hoje mais do que no passado o camponês é uma mistificação, e ressalta que não há o caráter individual de camponês, pois este não é isolado e deve ser entendido no sua coletividade e relações com os outros grupos da sociedade. A Via Campesina Brasil (2004) considera que o tamanho da terra da família camponesa é uma variável importante na configuração de uma família camponesa, devido ao fato da necessidade de considerável espaço para o desenvolvimento das atividades rurais.

Nesse ponto se ressalta, novamente, a questão da agricultura. Os autores também relacionam a atividade agrícola como atividade principal do habitante do campo, porém de maneira mais determinante para definir esta categoria. Eles demonstram considerar outras categorias como parte do campesinato, como pescadores artesanais por exemplo, por compreenderem que muitas características se assemelham a encontrada numa comunidade de base agrícola.

Porém essa relação é estabelecida a partir do fato de que muitos pescadores também exercem atividade agrícola, pois como argumenta a Via Campesina Brasil (2004, p 86): “as categorias ‘pescadores’ e ‘agricultores’ não raramente se confundem (...). Os mesmos produtores que exercem a pesca, podem exercer a agricultura ou, ainda, diversos tipos de extrativismo”. Nessa semelhança eles destacam principalmente a importância da família na produção e a autonomia. Em síntese:

Entende-se, então, por camponesas aquelas famílias que tendo acesso à terra e aos recursos naturais que esta suporta resolvem seus problemas reprodutivos a partir da produção rural --- extrativista, agrícola e não-agrícola. Essas famílias, no decorrer de suas vidas e nas interações sociais que estabelecem, desenvolvem hábitos de consumo e de trabalho e formas diferenciadas de apropriação da natureza que lhes caracteriza especificidades no modo de ser e de viver no âmbito complexo das sociedades capitalistas contemporâneas (Via Campesina Brasil, 2004, p 120).

Os camponeses, assim como já foi ressaltado com relação a todos os grupos do contexto rural, não estão estáticos no tempo. Nesse sentido, há a inclusão dos ribeirinhos como parte da sociedade camponesa, mas apenas dos que estão minimamente envolvidos com atividades agrícolas, como os citados pescadores pesquisados por Furtado (1993) e os ribeirinhos analisados por Neves (2009).

Diante disso, percebe-se que muitas categorias pertencentes ao universo rural em muitos momentos se cruzam, mas a partir de alguns critérios é delimitada suas diferenças e definições. Assim, devido ao fato de que não há atividades agrícolas, mesmo que no passado alguns chegaram a trabalhar na produção de farinha que era no município de Acará,

compreendo que os ribeirinhos da comunidade aqui analisada não são camponeses. O que me faz voltar ao debate considerando o contexto rural no seu caráter mais amplo.

Muitos autores, como os citados no início da discussão aqui, proporcionam uma grande contribuição para a reflexão, principalmente sobre o urbano. Porém é importante ficar atento quanto a questão de uma visão dominante e evolucionista com relação ao rural, visão essa que se compara com o que antes se entendiam por “selvagens” ou “primitivos”, povos que eram concebidos como menos desenvolvidos ou atrasados.

Percebo que no livro *O Fenômeno urbano* organizado por Otávio Velho (1967) os textos publicados seguem uma direção na concepção de que o urbano sempre se sobrepõe ao rural, e que este último quanto mais contato e influência do primeiro mais se transforma neste. Isso pode ser visto na fala de Wirth (1979) ao dizer que “podemos inferir que a vida rural levará a marca do urbanismo, à medida que sofre influência das cidades através do contato e comunicação”²⁵. Cabe ressaltar que foram textos escritos há certo tempo atrás, como do Wirth, por exemplo, cuja a primeira versão foi publicada em 1938.

Porém, o que se percebe hoje, como é demonstrado e discutido por Wanderley (2000), Carneiro (1998) e Branderburg (2005), isso não é uma verdade. Para estes, o que ocorre é o renascimento do rural, a vontade de manter uma ruralidade em contraposição ao urbano, a vida moderna, ou seja, gostam e querem esse modo de vida baseada no contexto rural. Destes autores destaco Wanderley por ter sido uma autora importante no avanço desse debate sobre a resistência do rural e no empenho em mostrar a importância desse tema:

Para alguns estudiosos, a dicotomia campo-cidade, em suas formas tradicionais, será resolvida, pela sociedade, com a “vitória” da cidade, cujo desfecho seria o próprio fim do rural e a urbanização completa do campo. O presente trabalho, ao contrário, baseando-se em fontes distintas, formula a hipótese de que o recorte rural-urbano, em suas novas e modernas formas, permanece como um recorte pertinente para analisar as diferenças espaciais e sociais das sociedades modernas, apontando não para o fim do mundo rural, mas para a emergência de uma nova ruralidade (WANDERLEY, 2000 p 89-90).

Nesse sentido, entende-se a “ruralidade como um processo dinâmico de constante reestruturação dos elementos da cultura local com base na incorporação de novos valores, hábitos e técnicas” (CARNEIRO, 1998, p 61). A partir do momento em que realmente se entende a questão do não isolamento dessas comunidades e se supera a concepção do urbano

²⁵ Alguns artigos encontrados sobre a questão que tomam como base o “urbanismo como modo de vida” de Luis Wirth (1979) demonstram uma reprodução do pensamento de que há uma linha crescente começando no rural até chegar o urbano, a metrópole desenvolvida.

enquanto “superior” é possível compreender que não era o pouco contato entre o *interior* e a *cidade grande* que mantinha aquele seu viver diferenciado. Então, “parece evidente que a residência no meio rural expressa cada vez mais uma escolha que não é outra senão, uma escolha por um certo modo de vida” (WANDERLEY, 2000, p 134).

É claro que, assim como o espaço urbano, o rural também passa por mudanças e transformações, ou seja, se desenvolve, porém de modo diferenciado. Não se pode negar também a influência do contato com o ambiente urbano, e a inserção de alguns de seus elementos na realidade rural, porém o que acontece é uma resignificação desses elementos para sua lógica de vivência. Esse intercâmbio de modos de vida produz uma “situação que não se traduz necessariamente pela destruição da cultura local mas que, ao contrário, pode vir a contribuir para alimentar a sociabilidade e reforçar os vínculos com a localidade” (CARNEIRO, 1998, p 61), ou “para a reconstrução de uma ruralidade que resgata um mundo da vida rural articulado com valores urbanos” (BRANDENBURG, 2005, p 7).

Neste trabalho o que é essencial é essa percepção de um *continuum* acerca de uma ruralidade que se mantém mesmo com proximidade do modo de vida do meio urbano. Então, concordando com Wanderley sobre a:

Afirmção da permanência do rural, enquanto espaço integrado, porém específico e diferenciado, é reforçada quando se leva em conta as representações sociais a respeito do meio rural. Considero particularmente fértil, nesta reflexão, a ideia de que, mesmo quando se atinge uma certa homogeneidade, no que se refere aos modos de vida e à chamada “paridade social”, as representações sociais dos espaços rurais e urbanos reiteram diferenças significativas, que têm repercussão direta sobre as identidades sociais, os direitos e as posições sociais de indivíduos e grupos, tanto no campo quanto na cidade. O que parece mais importante a registrar é que estas diferenças se dão não mais ao nível do acesso aos bens materiais e sociais, que seriam, então, de uma certa forma, similarmente distribuídos entre os habitantes do campo ou da cidade, nem mesmo no que se refere ao modo de vida de uns e de outros. As diferenças vão se manifestar no plano das “identificações e das reivindicações na vida cotidiana”, de forma que o “rural” se torna um “ator coletivo”, constituído a partir de uma referência espacial e “inserido num campo ampliado de trocas sociais”. (WANDERLEY, 2001, p 33).

No ambiente rural são estabelecidas novas dinâmicas, novas atividades econômicas, diferentes relações políticas e de mercado, assim como a presença de novos bens de consumo. Tudo isto altera de diferentes maneiras esse ambiente que Endlich (2010) chama de *novo rural*, onde é marcado também pelo retorno de pessoas que antes tinham saído para a *cidade* em busca de melhores condições de vida.

Cabe aqui problematizar o que o autor problematiza em seu texto, pois o mesmo indica que esse “retorno ocorre de uma perspectiva urbana”, ou seja, que essas pessoas que desejam voltar para sua terra e o fazem, é somente pelo fato de que agora a vida rural melhorou e possui confortos considerados “urbanos”. Ele questiona “Ou será que as pessoas voltariam para o campo sem eletricidade e outros confortos, já incorporados como necessidades, com base em referenciais urbanos?” (ENDLICH, 2010, p 29), ele considera essas mudanças como ocorridas devido a demandas urbanas, o que transmite ainda a ideia da supervalorização do urbano.

Não deixa de ser um questionamento válido em que cabe a reflexão e um maior debate. Mas deixo aqui meu questionamento: Por que eles precisam ficar sem energia? Isso realmente é uma variável marcante para possivelmente desqualificar essa realidade enquanto rural?

A Comunidade Igarapé do Combu serve como exemplo de uma resposta para seu questionamento. Sim, há vários casos de ribeirinhos da comunidade que chegaram a morar na parte continental e urbana, de Belém e decidiram voltar para a ilha ainda quando não existia energia na mesma, como a filha da dona Doris, a Patrícia e dona Ilda. Realmente isso representa um maior conforto, e hoje assistem muito mais a televisão, o que pode se assemelhar ao que é encontrado na Belém urbana, diferentemente de nós muitos assistem no trapiche na beira do rio.

Agora podem melhorar a condição de seus bares e restaurantes para receber melhor o turista, mas continuam subindo no açazeiro para coletar o açaí que chega às nossas mesas. Entretanto, eles não possuem saneamento básico, fácil acesso à água potável ou coleta de lixo como temos aqui (pelo menos na maior parte da cidade), mas isso faz deles mais rural? Ou faz deles cidadãos que possuem um precário acesso a direitos básicos?

Assim, reforço que esse continuum não necessariamente representa a sobreposição de um pelo outro. Que há mudanças e continuará mudando, porém não necessariamente deixa de ser rural, isto é, mesmo que essas comunidades “possam ser dotadas de infraestrutura de lazer, energia, saneamento e serviços, com características dos centros urbanos, eles expressam um modo de vida que tem suas raízes no meio rural (WANDERLEY, 1999, p 8).

Cabe ressaltar que há também uma crescente procura dos cidadãos pelo ambiente rural, contribuindo não só para a economia local, mas para a transmissão de valores que se sustentam no convívio com a natureza. Assim, surge e cresce a possibilidade da “sociedade

fundada na aceleração do ritmo da industrialização passa a ser questionada pela degradação das condições de vida dos grandes centros” (CARNEIRO, 1998, p 56). Os espaços rurais então “como um bem coletivo, visto agora não apenas como um lugar de moradia de boa qualidade, mas como parte integrante do patrimônio ambiental a ser preservado contra todos os usos considerados predatórios, produtivos ou não” (Wanderley, 2000, p 100).

Por fim, acho importante ressaltar duas questões ligadas à proximidade da Ilha do Combu. Primeiro, a noção de *interior* que faz pensar na existência de uma considerável distância da capital, e o fato de que oficialmente a ilha é também Belém, mesmo que a parte rural da mesma, eles se consideram interioranos. Como pode ser percebido na fala do Seu Careca quando diz que “o governo devia olhá pras pessoas aqui, do interlam né”. Seu significado é *interior* como o mesmo me informou²⁶, o que demarca mais ainda essa diferenciação entre nossos modos de vida. E, em segundo lugar, que essa curta distância de Belém pode ser considerada como um espaço *periurbano*, de acordo com Wanderley (2000, p 110), que reforça como um espaço considerado rural “e, como tal, se distingue dos subúrbios e das periferias (urbanas) das cidades”.

3.3 Os Ribeirinhos e a Ribeirinidade

Dentre as várias categorias que se encontram no contexto de *populações tradicionais rurais*, como vimos nos dois tópicos anteriores, a que será destacada para maior aprofundamento de reflexão será a categoria *ribeirinho*, que é o foco desta dissertação. A priori, quando decidi por dissertar sobre a identidade e pertencimento dessa vida ribeirinha na comunidade Igarapé do Combu, a todo momento, tanto em minha fala, quanto em minha escrita, surgia esse termo quando me referia a eles e a seu modo de vida.

Tal termo não nos é estranho, principalmente em se falando de Amazônia e sua população cabocla. Se você buscar textos e pesquisas sobre os povos da região, e sobre populações *tradicionais e/ou rurais* em geral, é uma palavra que será encontrada com muita facilidade e frequência. E não é nada difícil, creio eu que até para quem é de outra região, vir à mente a imagem de uma casa de madeira no estilo palafita na beira de um rio e cercada de floresta. E tal pensamento não está errado.

²⁶ Inclusive, o fato de quando perguntei o que essa palavra significava gerou risadas por parte do Seu Careca, estranhando eu não saber, o que foi deduzido por este como motivo o fato de eu ser “do outro lado”, da Belém urbana.

Me parecia óbvio o que seria um *ribeirinho*, até por estar acostumada com o termo, e acreditei que descrever a realidade daquela comunidade seria o suficiente para que os demais o percebessem dessa forma. Porém, como discuto o *ser ribeirinho*, a partir desta comunidade, ressaltando sua diferenciação com relação a Belém continental com quem “divide” o Rio Guamá, surgiram algumas reflexões durante aulas do mestrado, principalmente por parte de professores.

Os questionamentos eram com relação ao fato de que se Belém também está localizada na beira de rio, ela poderia então ser considerada ribeirinha? E se não, o que nessa comunidade, e na ilha como um todo, os caracteriza como ribeirinhos, diferentemente de nós? Percebi que seria uma problematização interessante para a pesquisa, o que viria enriquecer mais a discussão que eu estava propondo.

Então, apesar de aprofundar mais o debate no último capítulo, decidi iniciar aqui essa discussão, de maneira mais geral, sobre o que significa *ser ribeirinho* a partir da concepção de alguns autores que discutem sobre o tema. Assim, acredito que o leitor poderá acompanhar de maneira mais interessante o conteúdo do próximo capítulo, bem como, o munirá de maiores elementos para que possa fazer suas próprias análises e reflexões, para além das minhas.

Neste sentido, qual é então a definição de ribeirinho? Já vimos que não se pode reduzir simplesmente às populações que se localizam nas margens de rios, como é o mais comumente encontrado em artigos, principalmente de outras áreas de conhecimento, porém, não se pode negar que “estar nas margens do rio é o primeiro fator” (TRINDADE JUNIOR ET AL, 2011, p 119).

Mas, os outros elementos que complementam a vida ribeirinha é que darão forma a essa categoria. Então, não é somente estar “na beira”, e sim “a relação com o rio e a importância dele para a vida cotidiana dessas cidades devem ser levados em consideração” (TRINDADE JUNIOR ET AL, 2011, p 119). Tem que ser levado em consideração o que foi dito mais acima, que é o fato de que esta categoria está relacionada com a noção de populações tradicionais, assim é particularidade da relação entre os moradores dessa “beira” com a mesma, considerando “estreita ligação com o meio natural em que vivem, com relação intrínseca com a água e a terra firme” (IPEA, 2016, p 9).

Lima (2004) identifica o ribeirinho através do seu contexto estar orientado por valores e comportamentos comunitários ligados aos recursos naturais, o que é complementado por

Castro (2000) que relaciona a essa categoria os usos e conhecimentos sobre seu território. De acordo com Castro (1997) essa relação entre o ribeirinho e seu território também se manifesta no seu vocabulário e expressões que refletem o seu viver.

Para Wagley (1977) o ribeirinho é um caboclo amazônico, povo que vive no ambiente rural da Amazônia, um “caboclo da beira” (WAGLEY, 1977, p. 117). Essa noção remete ao fato de que esse segmento “é resultado desse processo histórico de ocupação e dos diversos fluxos migratórios de contingentes humanos que se instalaram nas beiras dos rios e ali desenvolveram modos singulares de interação com o meio” (IPEA, 2016, p 13), como se pode ver no capítulo anterior que a história de ocupação da Ilha do Combu também foi fruto desse processo.

Esse modo singular, ou seja, o modo de vida ribeirinha é especificamente a relação intrínseca que os ribeirinhos tem com a natureza, que, como aponta Furtado (1994), envolve todos os conhecimentos e saberes com relação a mesma, assim como a diversidade que apresenta, pois é de onde retiram seu sustento. Assim, é uma população que se adaptou ao meio ambiente sem muito dele se modificar, fazendo com que o mesmo também se adaptasse a ela, se tornando um só. Não são somente indivíduos que moram num pedaço de terra em meio à floresta próximo ao rio, e sim todos esses elementos compartilhando o mesmo espaço. E “neste vai-e-vem de ocupação do espaço mútuo, os ribeirinhos e o rio vão traçando um destino social: entre a comunidade e a força das águas” (MAYBURY-LEWIS, 1997, p 49).

Algo que percebi e vale aqui ressaltar é que muitos autores que pesquisam sobre e em populações ribeirinhas tem como temática a ser abordada a pesca, principalmente no que diz respeito aos estudos de pesca da área de Antropologia do MPEG, que já completaram 50 anos de duração e que também resultou no grupo de pesquisa RENAS, e os vários pesquisadores e bolsistas que por ali passaram. Tal fato pode acabar resultando numa associação da pesca como a principal atividade da caracterização do ribeirinho. Como exemplo, citados mais acima, os ribeirinhos polivalentes de Furtado (1993) e os policultores de Neves (2009) ilustram esse ponto, assim como as seguintes palavras:

Indissociável do modo de vida ribeirinho, a pesca toma contorno de atividade comercial preponderante em algumas das comunidades estudadas, mostrando assim que a sobrevivência dessas populações depende dos ambientes aquáticos não somente como suporte de suas necessidades imediatas como também como espaços produtivos de onde se extraem os “excedentes” que movimentam as economias urbanas. (Fraxe et al, 2007, p 8).

Diegues (1999, p 48) também representa um exemplo disso ao dizer que “os ribeirinhos vivem nas várzeas e beiras de rio, dependendo fundamentalmente da pesca”, quando argumenta sobre as diferenças no que Darcy Ribeiro (1995) considera como caboclo. Este considera como parte desta mesma categoria os seringueiros, castanheiros e ribeirinhos, quanto aquele destaca que alguns grupos de castanheiros e seringueiros habitam a terra firme e não dependem da pesca.

Em minha compreensão o autor indica que os que moram das beiras dos rios conseqüentemente estão mais envolvidos na atividade da pesca, estabelecendo esta como um critério definidor do ribeirinho. Nessa lógica, então, os moradores da Ilha do Combu não poderiam ser considerados como tal.

Provavelmente no passado todas as comunidades ribeirinhas tinham de fato a pesca como principal atividade, justamente por se localizarem próximos às águas, seja em região insular ou no litoral. E hoje é possível que a maioria das populações ribeirinhas continue sendo formadas por pescadores, mas o que gostaria de salientar é que assim como a noção de rural não está mais exclusivamente ligada à agricultura, a categoria ribeirinho também não deve ser definida exclusivamente pela atividade de pesca.

O que cabe no momento é mostrar que a pesca não necessariamente caracteriza a atividade principal da categoria. Essa pesquisa mostra que a Ilha do Combu, e talvez provavelmente outras ilhas da região insular de Belém, serve de exemplo para esse argumento. Por mais que se possa pensar que o fato de ainda haver alguma atividade de pesca, mesmo que tímida, na comunidade Igarapé do Combu, ela é considerada como a de menor “relevância”, ao ponto que não se veem como pescadores. O que ainda resta como importante diz respeito ao camarão.

No que diz respeito à diferenciação no fato de que tanto a ilha do Combu quanto a Belém continental se encontrem às margens do rio, inclusive de cada lado do Rio Guamá, acredito que Trindade Junior nos ajude a analisar e refletir sobre a questão. O autor tem importantes contribuições no estudo de *idades ribeirinhas*, onde ele busca pesquisar sobre o processo de urbanização presente em localidades que nasceram ribeirinhas “tradicionais”.

Assim, ele discute sobre a *tradicionalidade* ainda presente em dialogo com os novos elementos advindo da urbanização, ou seja, compreender essas cidades que “estejam articuladas aos novos processos de expansão capitalista, [mas] guardam com certa expressão

processos outros que revelam permanências de dinâmicas anteriores ao período mais recente”. Para isso ele utiliza o conceito de *urbanização tradicional* que se refere “aos processos no presente com as heranças do passado ribeirinho em núcleos urbanos” (TRINDADE JUNIOR ET AL, 2011, p 118).

Como exemplo se tem Baião, Cameté e Mocajuba, entre outras, que serviram de lócus de pesquisa para tais estudos. O que a Via Campesina Brasil (2004) define centros rurais de serviço, este define como núcleo urbano de cidades ribeirinhas, que apresentam um local onde se encontra a feira, porto (s), mercado, restaurantes, praça, bares, enfim, onde de concentram os serviços e espaços de sociabilidade da cidade, o que Trindade Jr., o que Silva e Amaral (2008) definem de Setor Principal de Comércio e Serviços (SPCS).

Se deixar de considerar a palavra *cidade* dessa noção, e acredito que não se altera o conteúdo de sua análise, e trazendo para a realidade das ilhas insulares de Belém, me vem na cabeça que a Ilha de Cotijuba seja um exemplo que poderia se encaixar em suas análises. Possivelmente poderiam ser os casos da Ilha de Mosqueiro e de Outeiro também, ambas as que apresentam maior nível de urbanização da região insular.

Diante disso, se coloca a questão de duas definições trabalhadas por Trindade Jr. (2010, 2013) que são as *Cidades da floresta* e de *cidades na floresta*, que à primeira vista podem soar semelhantes, porém o “da” e o “na” fazem toda a diferença. Em uma cidade *na* floresta se “articulam principalmente as demandas externas da região, fazendo da floresta um elemento de pouca integração aos novos valores da vida urbana, sendo mesmo sua negação, e tida principalmente como espaço de exploração econômica” (TRINDADE JR., 2010, p 120).

Uma cidade *da* floresta está ligada ao que já se debateu sobre o que relaciona as noções de rural e tradicional, assim “apresenta características de pequenas cidades e associadas frequentemente à circulação fluvial conferiam a elas forte ligação com a dinâmica da natureza, da vida rural não moderna e do ritmo da floresta ainda pouco explorada” (TRINDADE JR., 2010, p 120).

Trindade Junior (2013, p 11) indica que, em se falar de pequenas cidades, ele elabora três tipos diferentes: “as cidades-empresa, as cidades rodoviárias e as cidades tradicionais”, sendo que para o debate em questão se destaca a primeira e a última. É no primeiro tipo que se encaixaria a cidade *na* floresta que para o autor são como “bases logísticas de grandes complexos econômicos” que “foram implantadas como cidades modernas e bem equipadas,

reforçando a difusão do meio técnico-científico informacional”. Ou seja, aquelas que romperam com sua ligação com o meio ambiente para se modernizar.

Quando se presencia o oposto disso, onde os elementos culturais, os valores e conhecimentos que continuam arraigados a floresta e o rio, então se está diante de uma cidade *da floresta*, também denominadas de cidades tradicionais por Trindade Junior, (2013). Assim,

As cidades ribeirinhas são as mais representativas das cidades tradicionais, dadas as intensas relações para com o rio; este que é visto em sua multidimensionalidade, como fonte de recursos e de representações simbólicas, como via de circulação, como espaço de uso doméstico e de prática de atividades lúdicas, e, ainda, como elemento de lazer e de contemplação. (TRINDADE JUNIOR, 2013, p 16).

Esta é a mais relevante, pois se liga com o que vem discutindo sobre o *ser ribeirinho*. Aqui a questão da pesca não foi tocada, e sim os dois pontos principais: onde está localizada e qual relação é estabelecida com aquele território, e seus recursos naturais. Abaixo no quadro 6, se encontra a diferenciação que o autor faz com relação às cidades tradicionais.

Quadro 6. Cidades Tradicionais: tipos e particularidades

CIDADES	PADRÃO OCUPACIONAL	POPULAÇÃO	VÍNCULOS CULTURAIS
Cidades Ribeirinhas	Várzea/Rio/Floresta	Nativa	Fortes enraizamentos
Cidades de Colonização Agrária Antiga	Terra firme/Estrada/Colônia Agrícola	Migrantes do Passado	Mesclagem cultural mais antiga
Cidades Híbridas	Padrão Multiforme	Predomínio da população nativa	Mesclagem cultural mais recente

Fonte: Trindade Junior, 2013, p 16.

Vale ressaltar que Trindade Junior (2013) destaca que as noções de *cidade na floresta* e *cidade da floresta* foram construídas como tipos ideais para se tentar entender a complexidade da questão. Assim as mesmas não devem ser tratadas como dois extremos, e sim noções que proporcionam elementos que ajudem na análise de cada contexto. Assim, vejo com completamente plausível considera-la para compreender a realidade de uma comunidade ribeirinha, se considerando a análise como se fosse em uma escala reduzida devido a o local ser uma comunidade em uma ilha da área insular de uma cidade urbana. Em resumo,

As cidades ribeirinhas, aqui consideradas, são cidades, a rigor **a) localizadas às margens dos rios**, às vezes de grandes rios, seja considerando a sua largura, seja levando em conta o volume de água, ou ainda, o tamanho de seu curso fluvial [...]; **b) pequenas**, quanto ao seu tamanho populacional, à extensão de seu formato territorial e às funções urbanas que nelas se fazem presentes; **c) locais**, dados ao alcance de suas polarizações, a sua forma de relação com os espaços do seu entorno e sua forma de inserção no conjunto regional; **d) tradicionais**, no sentido de ordenamento espacial do conjunto sub-regional em que se inserem, do padrão de ordenamento intra-urbano, da produção econômica e das relações socioculturais locais e regionais. (TRINDADE JR., SILVA E AMARAL, 2008, p. 38).

Com relação a Belém continental, ela não se enquadra no contexto de cidade *na floresta* usada por Trindade Junior, pois o mesmo se refere a cidades pequenas, do “interior”. A cidade com certeza já passou pelo processo de “na floresta” para de fato uma cidade urbana, sendo a capital do estado. Talvez possa se pensar em Belém como o ponto central de uma “metrópole na Amazônia”. Em todo o caso, o que é fundamental ressaltar é que Belém não é uma cidade ribeirinha, pois concordando com Trindade Junior, (2013, p 16), devido a significativas diferenças, a área continental se enquadra na noção de *cidades beira-rio*, que, de maneira geral, “reduziram a sua relação com o rio para uma ou outra de suas dimensões”.

Mas então, como essas cidades, comunidades, populações e povos, se mantêm com suas características ligadas ao tradicional e/ou rural frente a crescente, e inegável, urbanização? Essa é justamente a questão que originou essa pesquisa. Como também Furtado (1997, p 154) comenta sobre pescadores da Zona do Salgado, Baixo Amazonas e Baixo Tocantins que mesmo depois de séculos da atividade haliêutica conseguiram “chegar à contemporaneidade com um reconhecível nível de produtividade e com um mínimo de intervenção no meio ambiente e seus recursos, se comparados com os processos de pesca industrial no estuário amazônico”.

Assim, pode-se dizer que para além de resistirem no tempo, mesmo com mudanças em diferentes níveis para cada localidade, elas ainda são importantes para todos, pois vivem sem impactar (tanto) a natureza, diferentemente de nós. Mas como algo tão tentador e imponente quanto o urbano, como é encarado por muitos, como os autores citados anteriormente, é apreendido de maneira diferenciada por eles?

A resposta se encontra no que aqui já foi mencionado diversas vezes. Na relação, interação, concepção e ligação que tais grupos estabelecem com o meio ambiente ao seu redor, relações materiais e imateriais, objetivas e subjetivas. Ou seja, a questão fundamental está relacionada à *ruralidade* que foi mencionada anteriormente.

Essa relação muda de nome dependendo de certas particularidades que ela evoque. Ruralidade se relaciona ao termo abrangente do contexto das populações rurais como um todo. Diegues (1997) aponta duas variações desse tipo de relação: a) a *insularidade* que ele relaciona com “os fenômenos sociais resultantes do relativo isolamento dos espaços insulares e que podem ser quantificados (distância do continente, etc.)”, e b) a *ilheidade*, que considera resultante da

primeira, são “as formas de representação simbólicas e imagens decorrentes da insularidade e que se expressam por mitos fundadores da ilha e de sua sociedade” (DIEGUES, 1997, p 12).

Assim, é esse modo de pensar e viver, “essa tomada de consciência de um modo de vida particular” (DIEGUES, 1997, p 5). que nos diferencia das populações que vivem no continente, que gera representações, significados e imaginário que eles desenvolvem de uma maneira específica com relação ao seu território. Para este autor a ilheidade representa tudo o que é vivido pelas populações das ilhas, os ilhéus, mas com relação a insularidade este relaciona com distância física e social do continente. Provavelmente isso reflete a realidade das ilhas pesquisadas por ele, principalmente as localizadas no estado de São Paulo, o que, obviamente, apresenta grandes diferenças das ilhas da região amazônica.

Dito isso, já que Diegues (1997) nesse caso trabalha com o elemento “oceano”, faço a associação com a realidade amazônica em questão e utilizo o elemento “rio”, para assim, então, ressaltar que para esse contexto se apresenta a *ribeiridade*. O referido termo é resultante do desdobramento da noção de ruralidade, e o debate acerca da categoria ribeirinho, que indica esse modo de vida particular dos que vivem nas margens dos rios e com este possuem um vínculo.

Por fim, mas nada menos importante, é importante afirmar que me questionei, e me foi questionado, sobre a utilização da categoria ribeirinho como algo advindo de pessoas de fora dessa realidade para se referir aos “ribeirinhos moradores da Ilha do Combu” (ADRIÃO, 2013, p 73). Não dá para afirmar com completa certeza, mas o que é fato é que eles próprios se consideram ribeirinhos. Cabe ressaltar que, como foi visto no capítulo 2, há o indício que a maioria da população inicial da ilha são originárias de populações indígenas e ribeirinhas, de alguma outra localidade rural no geral, assim essa relação intrínseca com o meio ambiente era algo que já possuíam.

A ribeiridade é um constructo ligado a um modo de vida particular, e não a uma localidade específica. O interessante a se considerar aqui é que com o tempo construíram esse pertencimento à Ilha do Combu, mantendo essa ribeiridade mesmo com a influência da proximidade da Belém urbana. Sobre esse fato, assim como aprofundar sobre os elementos que envolvem essa *ribeiridade*, que nós belenenses citadinos não possuímos, será tratado no próximo capítulo.

CAPÍTULO 4 – IDENTIDADE E PERTENÇA NA ILHA DO COMBU

4.1 Ensaio Sobre o Modo de Vida Ribeirinho e Sua Proximidade Com Belém

Quando se fala em um contexto ribeirinho, apontando como uma diferenciação com relação à *Belém*, isso se dá em vários níveis, que serão tratados no decorrer deste capítulo. O primeiro que aqui tratarei será sobre o cotidiano. Tanto os que moram de um lado do rio Guamá, no continente, quanto os que moram no outro, na Ilha do Combu, fazem parte da mesma cidade, convivem no mesmo contexto mais amplo, ou seja, de maneira geral, somos todos moradores de Belém. Entretanto, nossas ações e ocupações cotidianas envolvem diferenças que moldam nossos modos de vida diferentes.

Me refiro ao *outro lado* como sendo eles intencionalmente, pois relembro que o texto aqui encontrado é o resultado da observação e análise de alguém cuja a realidade se refere ao continente, a área urbana de Belém. Assim, aqui se reflete ao meu ponto de vista, de quem foi até *lá* para realizar o trabalho de campo e produziu a escrita *aqui*, onde moro. Porém, cabe ressaltar que durante todo o texto busquei representar suas falas, seu ponto de vista, que nesse caso o *lá* e o *outro lado* somos nós. Apesar da curta distância,

A proximidade com Belém não é o suficiente para aproximar os estilos de vida. A distancia geográfica que separa o modo de vida de Belém e a dos ilhéus do Combu, medida em quilômetros, é muito menor do que a distância que se pode observar na vida cotidiana da ilha. o rio Guamá, que separa Belém de sua porção insular – o Combu – é suficientemente grande para evidenciar a diferença de ritmo, preferências, de opção e estilos de vida, que se tornam atrativos para os turistas (ADRIÃO, 2004, p 82)

O cotidiano dos ribeirinhos da comunidade Igarapé do Combu é marcado por dois elementos que não fazem parte do nosso dia a dia, o rio e a floresta. Não houve uma única vez que estive na comunidade e não presenciei pessoas tomando banho de rio, com ênfase especial para as crianças. Apesar destas ajudarem os pais em algumas tarefas diárias, dispõem, obviamente, de muito mais tempo livre que os adultos, assim muitas vezes no dia acabam escolhendo o rio para seu lazer.

Outra diferença em seu cotidiano está na locomoção, como já foi destacado aqui, pois enquanto que no continente a predominância é a estrada, carros, ônibus e motos, na ilha a exclusividade é o rio. Ou como afirma seu Careca “aqui é só barco mesmo”. Por mais que se tenha muitas embarcações chegando e saindo dos portos de Belém, os mesmos se tratam apenas do transporte de cargas ou pessoas que vão para outras cidades, ou ilhas. Porém, não é algo que faça parte do cotidiano da maioria dos belenenses. E acredito poder afirmar que

aqueles que por algum motivo utilizem barcos diariamente o façam como passageiros e não condutores, como é o caso de profissionais belenenses que trabalham nas ilhas de Belém.

O trabalho também é algo que marca o cotidiano de qualquer grupo, e para a comunidade em questão se sobressai o trabalho com o extrativismo. Praticamente todos os dias os ribeirinhos, majoritariamente os homens, vão para a mata coletar os frutos que servirão para sua alimentação assim como para a obtenção de renda para a família. Como relata seu Sarney *“todo dia nove horas da manhã eu vou pra mata. Cada um tem seu horário pra ir, os que moram mais longe, os que moram mais perto”*. Assim, a característica principal desse contexto está ligada aos recursos naturais.

Mesmo que se fale em turismo como algo que vem ganhando espaço como atividade econômica, o mesmo está ligado com o fato de que o que atrai os turistas é justamente a presença da natureza como ponto forte do local, justamente por ser algo concebido como diferente do que os turistas e visitantes estão acostumados no seu dia a dia.

Por mais que muitos turistas queiram conhecer Belém, é claro, e seus pontos turísticos, é inegável a crescente procura pelo turismo nas ilhas de Belém, como vários moradores da comunidade também afirmam. Seu Careca acredita que o turismo na ilha só não é melhor devido ao fato de que muitos não sabem da existência da mesma, e/ou não sabe o que esta tem a oferecer.

Nesse sentido, é justamente esse cotidiano, esse modo de vida, que instiga as pessoas da área urbana a conhecer. Não só para tomar banho no rio, algo que não é muito comum fazer deste lado, e de fato não é recomendado que o faça, haja vista que a água não é própria para banho, mas também para presenciar suas atividades econômicas que soam como exóticas aos olhos urbanos. Como por exemplo, a fabricação da farinha, que só acontece em Acará, ou mesmo a “fábrica” de chocolate e doce caseiro feito com as frutas da ilha, que se encontra na casa da dona Nena, que hoje virou algo como ponto turístico na ilha para conhecer e comprar seus produtos “peculiares”. Outro exemplo é a subida no açazeiro, quanto mais de longe o turista for mais se impressionam com essa prática, como relata seu Careca:

Seu Ladir é um negro que tem 75 anos, ele é pior de que um macaco, ele passa de um lado pro outro nas árvores. Ele faz coisas que menino de 10 anos não faz. Só tu vendo, é um velho muito *sajivo*, a gente chama *sajivo* assim um velho muito resistente, subindo essas árvores de açaí menina! Que nem um macaco se solta e chega perto do chão, aí tem a peconha, ele chega perto do chão e prende. Ele dá uns 2 metros de altura, se não der é pouco que falta. Ele ganha uma gorjeta que os

turistas dão pra ele né. Ele tem uma trilha também lá. Só isso que ele faz. Tem uma samaumeira imensa lá os turistas ficam fazendo foto lá e tal, fazem maior festa!

Outro elemento que acaba por diferenciar é o fato do local ser uma área de várzea, ou seja, suas vidas estão sujeitas a influência da maré, das enchentes diárias. Isso é algo que quem mora no continente não tem familiaridade, dificilmente conhece o movimento da maré, pois não é algo que influencie nossos dias. O que faz parte do nosso cotidiano são as alagações referentes às fortes chuvas, o que nossa infraestrutura urbana, e suas precariedades, até hoje não se adaptou. Na ilha, por outro lado, sua organização espacial é completamente adaptada para o fluxo das águas, casas palafitas próprias para suportar os períodos de “águas cheias”. Cabe ressaltar que tais períodos, onde o nível de água se encontra no seu ápice, apesar de dificultar mais a locomoção na beira não chega a isolá-los uns dos outros. Não é como em outros lugares de várzea onde passam meses com o terreno inundado, deixando as casas cercadas por água por todos os lados abarcando uma grande área.

No quadro 7 abaixo encontra-se sistematizada as respostas que obtive ao perguntar sobre o que faziam no dia a dia, fazendo a diferença entre dia de semana e finais de semana (e feriados) para entender melhor a dinâmica local nesses dois momentos da semana. Compreendo que se referem a dois momentos diferentes que se repetem na percepção da passagem do tempo.

Se faz necessário informar que tais respostas correspondem com a realidade adulta, que foi o principal alvo das conversas e entrevistas por representarem a fase da vida onde há o maior envolvimento com todos os aspectos da vida comunitária. Porém, no que concerne às crianças, as respostas se concentraram em brincar e estudar, e com os poucos adolescentes que tive contato a resposta que predominava era ajudar os pais.

Quadro 7. Tipos de atividades do cotidiano ribeirinho do Igarapé do Combu por frequência de citação.

DIA DE SEMANA		FINAIS DE SEMANA E FERIADOS	
Tipo de atividade	%	Tipo de atividade	%
Lazer	15	Lazer	48
Trabalho	31	Igreja	5
Cuidar do terreno	24	Ficar em casa	9
Cuidar da casa	10	Trabalho	38

Fonte: Trabalho de campo.

Percebe-se que a predominância na dedicação ao trabalho durante a semana, o que corresponde a 31%, e no final de semana o momento reservado para o lazer e a sociabilidade. No primeiro momento pode não parecer tão diferente do cotidiano presente na parte urbana, e por isso é importante a compreensão dessa realidade nos seus detalhes.

Já foi apontada aqui a diferenciação no que diz respeito ao trabalho e ao lazer, então gostaria de destacar duas outras questões. A primeira é sobre a resposta “cuidar do terreno”, que envolve o manejo dos açaizeiros, bem como da área onde se encontram, de cuidar das galinhas e do galinheiro, consertar objetos usados no dia a dia e melhorar o espaço da casa e do trapiche. A segunda é grande presença do trabalho que aparece em 38% das respostas. Isto se refere ao trabalho voltado para o turismo, o trabalho nos bares/restaurantes e como barqueiro, o que está ligado com a presença do lazer durante a semana em 15% das respostas. Esse dado corrobora com a fala da dona Doris quando diz que muitos têm mais tempo livre no início da semana, já que aos finais de semana estão trabalhando.

Com relação a isso é importante salientar que o quadro reflete apenas uma parte parcial da realidade local, pois se tratou de uma pesquisa qualitativa. O quadro serve para, de maneira mais objetiva, ter uma noção do que esses moradores fazem no seu dia a dia. É importante ter em mente que a distribuição dessas atividades no decorrer da semana varia de família para família, que muitos combinam atividades remuneradas, e que essas podem representar apenas respostas que eles compreenderam como mais relevantes. Digo isso por ter percebido que alguns pareciam considerar o trabalho como parte fundamental do seu cotidiano, pois alguns nem ao menos citaram lazer como parte de sua rotina, seja durante a semana ou aos finais de semana, o que não quer dizer que eles não tenham momentos para isso. Por isso considereei respostas como “encontrar a família” como uma atividade de lazer. Enfim, seu cotidiano vai além das respostas obtidas através de perguntas diretas durante as entrevistas. Para demonstrar isso retratarei duas respostas para servir como exemplo: a) “Eu, eu vou pra Belém de madrugada às vezes. De manhã eu vou pra mata. Final de semana é aqui no restaurante e feriado também” (Seu careca); b) de noite eu durmo, de dia trabalho. Ah, final de semana é cachaça, ir pra outro lugar, festa por aí [pela ilha]” (Seu Sarney).

De maneira geral, no dia a dia da comunidade se encontram as tarefas domésticas - lavar roupa, lavar louça, fazer comida, limpar a casa – o extrativismo, principalmente do açaí, bater açaí, cuidar do terreno e dos animais, andar de barco, pegar camarão, assistir televisão, tomar conta das crianças, estudar (para quem estiver na escola), tomar banho no rio, jogar bola,

brincar, conversar com parentes e amigos, descansar, beber (principalmente aos finais de semana).

Cabe reafirmar aqui que todas essas atividades e afazeres presentes no cotidiano dessa comunidade, como na ilha como um todo também, se passa nas margens do rio, exceto no caso do extrativismo onde a maior parte acontece adentrando a mata. De modo que, então,

Sua rotina diária transcorre literalmente na beira do rio – é o lugar onde tudo acontece: é o espaço de construção da casa e da vida familiar (...). na beira do rio os parentes e vizinhos se encontram para conversar e partilhar tarefas (...). as crianças estão para brincar, e os homens para organizar a empreita extrativa. É o local escolhido para tecer as redes de parentesco e afinidade – onde histórias do cotidiano e da vizinhança são partilhadas (ADRIÃO, 2013, p 74).

Outro elemento que compõe esse cotidiano diz respeito à proximidade com a área urbana de Belém, ou seja, a travessia entre esses dois contextos e o contato frequente como resultado desta. Há uma transição diária entre eles, os ribeirinhos da ilha frequentam a área urbana para a venda dos recursos extraídos na ilha, frequentar aulas, transportar turistas, fazer compras. E os do continente frequentam a ilha principalmente para o lazer e pesquisas.

É claro que o contato com o urbano pressupõe mudanças, tendo em vista que, como observou Trindade Junior (2011, p 121) sobre a construção de rodovias em comunidades tradicionais, “trata-se de um tempo diferente do tempo do rio, um tempo mais rápido, que traz consigo grandes transformações que repercutem no cotidiano e no modo de vida dos moradores da cidade”. Cada grupo apresenta transformações baseadas na sua experiência e vivência com o “novo” ou “diferente”, assim é importante considerar a relação dessas comunidades com seu entorno.

Diferentemente do caso estudado por Trindade Junior, a ilha não passou a ter contato com algo “novo”, no caso dele a rodovia não existia antes no local, no caso da Ilha do Combu, Belém sempre esteve ali ao lado. Na verdade, a realidade que hoje encontramos na ilha foi construída em contraposição às transformações pelas quais o continente estava passando em decorrência do desenvolvimento urbano da época, como pôde ser visto no tópico desta dissertação referente à história de ocupação da ilha.

Ambas, Belém continental e a Ilha do Combu, lado a lado foram se desenvolvendo e se transformando cada uma ao seu jeito, à sua lógica (fotografia 40). Mas é evidente que não se pode negar que o crescimento urbano de Belém não passou a acarretar modificações na ilha, a principal prova disso é o turismo.

Fotografia 40. Embarcações saindo da Ilha do Combu com área urbana de Belém ao fundo



Foto: Thainá Guedelha Nunes, 2015.

No passado, o contato era mais estreito com o município do Acará, devido a proximidade geográfica ser maior, o fato de que a ilha anteriormente pertencia a esse município e o fato de que uma grande parte dos primeiros moradores que fixaram residência no local provinham do mesmo local. Com a mudança de jurisdição, com o crescimento da demanda por açaí em Belém e a maior facilidade na obtenção de certos “confortos” lá encontrados, as relações e o contato foram cada vez mais se estreitando.

Assim, busquei verificar com qual regularidade os ribeirinhos da comunidade Igarapé do Combu realizavam essa travessia, apesar de que ao se passar um dia na ilha já é perceptível o ir e vir dos barcos a todo o momento. Mas eu buscava compreender se isso refletia o cotidiano, se não de todos, pelo menos da maioria, ou se haviam pessoas que tinham um contato direto menor. O resultado encontra-se no quadro 8 abaixo.

Quadro 8. Frequência da travessia da comunidade Igarapé do Combu para Belém.

FREQUÊNCIA DA TRAVESSIA	%
1 a 3 vezes na semana	20
Mais ou menos 1 vez ao mês	15
Raramente/difícilmente	25
Todo o dia ou quase todos os dias*	40

Fonte: trabalho de campo.

Percebe-se que de fato a maioria frequenta com bastante regularidade o continente, representando 40% dos entrevistados. Porém, devo confessar que pela quantidade de barcos que entram e saem da ilha eu imaginava que esse número seria maior. Esse número é seguido pelo fato de que 25% de pessoas que praticamente não vão a Belém, se levar em consideração a quantidade de pessoas que só atravessam em média uma vez por mês, o que também considero uma frequência baixa, esse número aumenta para 40%, se equiparando com os que atravessam com grande frequência.

Primeiramente, quanto a isso, gostaria de explicar o porquê do asterisco no ultimo ponto do quadro. Nessa questão há de ressaltar que há pessoas que só atravessam de fato todos os dias no período que corresponde a safra do açaí, isso quando não vão somente nos dias de semana e não aos finais de semana.

Em segundo lugar, procurei saber quais os principais motivos que os levam a realizar a travessia, ou seja, o que fazem quando vão a Belém. Segue então as informações no quadro a seguir.

Quadro 9. Frequência de citação dos motivos da ida a Belém.

MOTIVO DA TRAVESSIA	%
Trabalho	42
Fazer compras (alimentação, utensílios, roupa, água)	45
Lazer	7
Saúde*	6

Fonte: Trabalho de campo.

Duas suposições ficaram confirmadas, que as duas principais razões da vinda dos ribeirinhos da comunidade em questão são com relação a atividades que gerem renda para a família e comprar tudo aquilo que precisam no dia a dia que a ilha não oferece. Como afirma seu Careca “aqui, a maioria das coisas são compradas em Belém”, inclusive os barcos como me informou a dona E., que hoje é encontrado com abundância na comunidade, mas nem sempre foi assim, pois como afirma Patrícia “antigamente, nem todo mundo tinha barco”, o que já foi comentado por vários outros moradores, como seu Osmar e seu Silvio.

Cabe ressaltar, também, algumas questões com relação ao conteúdo do quadro. Em primeiro lugar, fazer compras aparece como sendo um pouco mais frequente que o motivo trabalho devido ao fato de que um dos entrevistados, seu Manuel de Oliveira, não trabalha mais com o cacau e açaí devido principalmente a sua condição de saúde, como relata Dona Ilda, sua

mulher, “ele não faz nada porque ele não pode fazer, de um lado ele não enxerga e do outro só um pouco, antes era açai com cacau”, porém seu Manoel continua indo à Belém por precisar fazer as compras da alimentação e dos remédios que ambos precisavam, assim quando perguntei ao casal sobre a travessia, o mesmo me respondeu “eu que vou, tenho problema de vista mas vou, né”.

Dito isso, entro na segunda questão que está ligada a realidade desse casal e o asterisco presente no motivo “saúde” do quadro. Claro que muitos mais do que é representado no quadro se deslocam para Belém devido a motivos relacionado à saúde, seja consulta médica ou compra de remédios, como informa seu Careca “o médico [daqui] te da uma receita aqui e diz ‘tu vai lá no posto do Jurunas, lá no posto do sei lá aonde’. Então mais antes a gente sair daqui e ir direto lá, lá pelo menos as vezes tem remédio”. Dona Ilda também aponta que em algumas situações não adianta ir ao posto de saúde, pois só há um medico generalista, então quando há necessidade de uma consulta com um especialista é preciso ir até Belém.

Seu Careca apesar de falar sobre a questão da saúde na ilha no momento em que perguntei sobre o que o mesmo fazia quando estava em Belém, não apontou essa questão como um dos principais motivos. Acredito que esta questão sirva de exemplo do envelhecer na ilha. quando algum ribeirinho envelhece e para de trabalhar, e junto com a idade algumas enfermidades vem juntas ou se intensificam, os motivos com relação a ida à Belém se alteram, a partir de determinadas situações como estas outras prioridades surgem. Apesar de que tais enfermidades acometem de maneira diferenciada e em momentos diferenciados em cada pessoa, pois seu Manoel e Seu Careca tem aproximadamente a mesma idade, mas este apresenta melhores condições de saúde do que aquele.

Em terceiro lugar, novamente reforço que tais dados refletem de maneira mais completa a realidade adulta na comunidade, pois há um trafego diário também com relação à educação. Realmente foi algo que percebi todas as vezes que durante a semana esperava na Praça Princesa Isabel o barco para atravessar para a ilha, aonde em vários momentos pequenos grupos de alunos, as vezes dois ou três alunos, chegavam para pegar os barcos escola que ali se encontravam.

E por último, outra questão que também foi percebida é que poucas pessoas atravessam para o lazer em Belém. O motivo principal, com relação ao lazer, é a visita a parentes que moram no continente, apesar de que ao que parece o mais comum é que estes se desloquem de Belém em

direção à ilha. Alguns ainda comentaram sobre de vez em quando ir para festas ou cinema, mas ainda sim a frequência é bem pouca, preferem permanecer na ilha para o lazer. Sobre o porquê dessa falta de interesse em estar em Belém, tratarei no tópico a seguir.

4.2 “Aqui é o Meu Lugar”: Pertencimento e o Viver na Comunidade

Em se tratando da dinâmica de um grupo, a outra questão que se faz importante comentar, que é o fato de que tudo acontece em algum local específico. Nesse sentido três noções são fundamentais, a de território, espaço e lugar, mesmo que estejam interligados há especificidades conceituais relevantes para a pesquisa, pois:

No modo de vida desses grupos sociais sobressai o uso e a dependência de territórios costeiros e marinhos marcados pela ancestralidade indígena, pelas intervenções socioculturais ao longo de sua história e pelo trabalho familiar. As comunidades desenvolveram aí um modo de viver capaz de adaptar-se às condições do ambiente (FURTADO, 2004, p 91).

O Território é a parte mais tangível, e visível, do local onde um grupo social está estabelecido, demarcado por limites que definem seu tamanho, e inclusive coordenadas geográficas que o localiza no mundo. O território dos ribeirinhos da Ilha do Combu já foi aqui apresentado no início desta dissertação, contando ainda com um mapa para situar o leitor sobre a localização do sítio de estudo, algo geralmente exigido nas monografias que pesquisam sobre um lugar específico. Isto de fato é importante para nos ajudar o leitor a se situar sobre o contexto sobre o qual está lendo, mas o que está para além disso é de muita importância. Assim, se concebe que a:

Configuração territorial é dada pelo conjunto formado pelos sistemas naturais existentes em um dado país ou numa dada área e pelos acréscimos que os homens superimpuseram a esses sistemas naturais. A configuração territorial não é o espaço, já que sua realidade vem de sua materialidade, enquanto o espaço reúne a materialidade e a vida que a anima. A configuração territorial, ou configuração geográfica, tem, pois, uma existência material própria, mas sua existência social, isto é, sua existência real, somente lhe é dada pelo fato das relações sociais. Esta é uma outra forma de apreender o objeto da geografia (SANTOS, 2006, p 38-39)

Dentro de um território há vários elementos que fazem parte do cotidiano ali estabelecido. Esses elementos tem um papel fundamental na composição do modo de vida ali encontrado. Com relação a realidade ribeirinha, Castro (1997) evidencia o rio e a floresta como os principais elementos que definem sua territorialidade, pois o envolvimento objetivo e

subjetivo com os usos que os envolvem fortalece uma percepção territorial diferenciada. Nesse sentido, Furtado (2004, p 100) reforça que “territórios e recursos naturais são passíveis de concepção simbólica. Os territórios terra e água são indivisos”.

Esses dois elementos estão interligados, conectados quase como uma coisa só no contexto ribeirinho. Se complementam a ponto de um não fazer tanto sentido sem o outro. Não é “apenas” parte do meio ambiente, mas também tem uma grande importância social, uma vez que a mata e “a água [estão], assim, na natureza e, a um só tempo, na cultura” (CUNHA, 2000, p 16).

Nesse sentido, entendendo que pessoas habitam um território que serve de palco para a produção, e reprodução, do seu viver, parte-se para a noção de espaço. Para Certeau (1994, p 202) “o espaço é o lugar praticado”, onde o indivíduo está “situado em relação com um meio” juntamente com outros indivíduos que com ele coexistem e interagem. Então, cada território apresenta vários espaços, onde cada um apresenta uma dinâmica, sociabilidade e experiências “espaciais” diversificadas.

Assim, “nesse contexto, o espaço deve ser entendido como um produto de inter-relações que se estendem de uma dimensão local até uma escala global” (TRINDADE JUNIOR, 2011, p 118). Há por exemplo os espaços de convivência que são espaços onde concentra uma grande parte dos momentos de interação social, que, geralmente é considerada como o centro, seja da pequena ou da grande cidade. Trindade Junior et al (2008) comentam sobre esses tipos de espaços quando falam sobre as cidades ribeirinhas que pesquisaram, que seria o local onde vários tipos de serviços e atividades são realizados.

A Ilha do Combu não apresenta um espaço central de convergência, convivência e sociabilidade como retrata o autor acima citado. Cada localidade, ou grupo social, acaba por produzir seus espaços a partir da sua própria dinâmica. Percebo, por exemplo, que as relações estabelecidas dentro do espaço do barco se dão de maneira diferenciada para os pescadores pernambucanos pesquisados por Ramalho (2006) com relação aos ribeirinhos do Combu. Muito provavelmente isso ocorre devido a profissão ligada a pesca, o que demanda mais tempo embarcado do que no caso aqui focado, sem contar com os vínculos ligados a essa questão.

Nesse sentido, vale ressaltar o principal espaço que representa grande importância nesse cotidiano ribeirinho da Ilha do Combu, onde boa parte do tempo é o foco da convivência e

sociabilidade, que se trata da beira do rio, com especial ênfase para o trapiche. Como em vários momentos no texto indiquei, a grande parte da vida comunitária do Igarapé do Combu se passa nas margens do rio.

O “centrão” da ilha, a “mata” é fundamental para suas vidas, é de onde tiram seu sustento e parte da sua alimentação, assim é um espaço que faz parte do seu modo de vida. Porém quando se fala em interação social é a beira que se sobressai. Inclusive quando se trata da venda das frutas, pois os portos em Belém não são somente locais onde se vende e se compra o açaí, mas sim um espaço de relações comerciais, econômicas e sociabilidade, seja no Porto do Açaí como é comentado por Bassalo (2011), por ser para onde os ribeirinhos da Ilha do Maracujá mais se deslocam, ou no Porto da Palha, principal destino das vendas do açaí do Igarapé do Combu.

Santos (2006) aponta como o espaço sendo um importante dado social, onde se encontram um sistema de objetos, sejam naturais ou antrópicos que se correlacionam e marcam o cotidiano social. O autor salienta que não se deve confundir paisagem com espaço, pois “a paisagem é o conjunto de formas que, num dado momento, exprimem as heranças que representam as sucessivas relações localizadas entre homem e natureza. O espaço são essas formas mais a vida que as anima” (SANTOS, 2006, p 66). Assim, a paisagem é aquilo que objetivamente se vê, “um conjunto de objetos reais concretos”, onde se encontra a representação do passado e presente ao mesmo tempo, enquanto o espaço se refere ao que está a todo momento acontecendo e sendo vivenciado pelas pessoas, estando então ligado ao presente. Assim sendo,

O espaço deve ser ordenado para ser habitado. Casas, aldeias e campos são espaços ordenados — “cósmicos” no sentido etimológico da palavra. Além do espaço da vida cotidiana, o que pode ser visto de forma imediata é o vasto espaço. Sobre essa área vaga as pessoas têm experimentado, em graus variados, a necessidade de impor algum tipo de estrutura significativa. A estrutura imposta desta forma não é um simples sistema de referência adaptado às necessidades de orientação; é, primeiramente, um esforço para atribuir valor e significado ao mundo e para situá-lo em lugares definidos. O processo de criação de um cosmo ocorre quando o tempo ilusório é ancorado no espaço, e o espaço é ancorado na realidade mais tangível do lugar. O espaço cósmico não é só um sistema de lugares, mas é ele mesmo um mundo expressivo, um lugar (TUAN, 2011, p 7).

Nesse ponto, chegamos a uma questão de grande relevância na pesquisa, que é a concepção de *lugar*, que é atrelado um valor, um sentido, vinculado à um local determinado. Assim, tal noção envolve os aspectos subjetivos dos indivíduos, não envolve apenas ações praticadas em um espaço, mas a importância cujo alguém atribui a ele, podendo até mesmo não ser o local

onde a pessoa se encontra, pois ultrapassa o campo das relações objetivas. Em suma “Lugar é qualquer localidade que tem significado para uma pessoa ou grupo de pessoas” (TUAN, 2011, p 5).

Para este autor a categoria tempo estaria diretamente relacionada com o *lugar*, pois para Tuan (2011, p 14) “quanto mais tempo permaneceremos em uma localidade melhor a conheceremos e mais profundamente significativa se tornará para nós”. Entretanto não há uma especificidade de quanto tempo exato aquela localidade se “tornará um lugar” para uma pessoa ou um grupo, o mesmo autor comenta que apesar de ser algo que não se pode negar, é “apenas uma verdade grosseira”.

Quando se trata do sentir, não é algo que se possa tratar como um dado exato, como uma variável estável e simples de se analisar. Muitas vezes nos identificamos com coisas, locais, ou pessoas, de uma forma muito rápida, sem razões aparentemente muito fácil de explicar, como o famigerado “amor à primeira vista”. Assim, as percepções e subjetividades acontecem em intensidades diferentes para cada indivíduo.

É evidente que quanto mais tempo um grupo passe e conviva em uma localidade específica as vivências, as recordações, a identificação com aquele lugar se fortalece. Por isso que se trata de populações tradicionais, assim como populações indígenas, se fala em ancestralidade, em gerações que ao longo do tempo foram atribuindo significado com seus locais de moradia, onde estabeleceram suas raízes. Todavia, se deve levar em consideração os povos que por qualquer motivo que seja migraram do seu lugar de origem e precisaram estabelecer suas vidas em outro local, assim “a memória espacial nem sempre se refere a um lugar primordial de origem do grupo, mas pode se modificar para atender a novas circunstâncias e movimentos” (LITTLE, 2002, p 11).

Apesar da história do Combu não seja exatamente longa, também não é tão recente. Várias gerações já passaram pela ilha, e apesar de ainda haver pessoas que venham de fora morar para lá devido ao casamento com alguém do local, há muitas famílias que tiveram gerações nascidas na ilha. Dos ribeirinhos que entrevistei apenas um não era nascido na ilha, era de Belém e com um ano de idade se mudou com os pais para a comunidade Igarapé do Combu.

Na verdade, quando primeiro perguntei para o seu Osmar se o mesmo havia nascido na ilha a resposta que obtive foi “sim”, porém no decorrer da pesquisa ao ser perguntado se já havia pensado sobre morar em Belém o relato revelou algo diferente, pois disse “Já vim de Belém,

nasci em Belém. Vim com meu pai pequeno, mais ou menos um ano, lembro bem pouco, mas lembro”, então reformulei a pergunta e questionei se voltaria a morar em Belém, o mesmo me respondeu que não, pois seus pais haviam vendido tudo que tinham em Belém para morar na ilha, onde sua mãe nasceu.

Apesar de ter muitos parentes por parte de pai que residem em Belém, o que compreendi na nossa conversa, com relação a essa aparente “contradição” de resposta, é que na verdade tanto pela questão do tempo em que ali reside quanto por gostar de morar na ilha, faz com que ele não se identifique como belenense. Apesar de na verdade não ter nascido na ilha, não é assim que o mesmo se sente, pois sente que aquele ali sempre foi o seu lugar.

A mulher do seu Sarney tem sua história particular na ilha com início bem mais recente, por volta de 15 anos atrás. O mesmo me relatou que ela *era* do Marajó e sempre estava na ilha passeando, quando se conheceram, decidiram ficar juntos e depois casar, quando então ela se mudou para ilha. Enfatizo a conjugação do verbo ser no passado utilizada por seu Sarney, pois demonstra que ela não *está* morando no Igarapé do Combu, ela *é* do Igarapé do Combu.

Se você reparar, quando conhecemos alguém que se mudou de cidade ou estado, normalmente o que é falado é “sou de tal lugar, mas moro aqui”. Por diversas vezes escutei essa resposta. Como por exemplo, um rapaz que conheci em um evento no Rio de Janeiro quando soube que eu era belenense me respondeu de maneira animada “nossa, que legal! Eu sou de Belém, nasci lá, mas me mudei quando criança para o Rio”. Ou então com relação ao fato de duas amigas que, ao contrário, tinham nascido no Rio, mas desde criança moravam aqui em Belém. Se surgisse o assunto sobre ser belenense rapidamente ressaltavam que eram cariocas, mesmo que alguém comentasse que se moram a tanto tempo aqui e tem nossa cultura internalizada, apresenta os costumes e fala daqui, tinham se tornado belenense, a premissa não é aceita por elas.

Se eu fosse me debruçar em outros exemplos me delongaria muito, pois só na minha família há vários casos de pessoas que nasceram numa cidade, mas moram em outra. Com esses poucos exemplos acredito que já tenha me feito entender. Fiz questão de comentar sobre a questão, pois não só demonstra o vínculo que os ribeirinhos da Ilha do Combu estabelecem com aquele espaço, como justifica minha escolha do título deste tópico, que se trata de uma frase que escutei de dona Dóris que ao se referir a Ilha do Combu disse “ah, esse aqui é o meu lugar!”.

Assim, de acordo com Tuan (1983) há três questões principais a serem consideradas com relação ao lugar: percepção, experiência e valores. Envolve as relações íntimas vividas com o lugar e as pessoas que nele se encontram, e na Ilha do Combu o que se observa é que não só gostam de viver próximo ao rio, mas como é quase uma necessidade para serem felizes. Então, como comenta Adrião (2013, p 74), “a vida dos ribeirinhos se confunde com a própria natureza”.

Outro ponto que é levantado tanto por Adrião (2013), quanto por Little (2002) e Santos (2006), assim como outros que aqui já foram citados, ser de um lugar envolve saberes específicos daquele contexto do qual faz parte. Então, se compreende que no caso em questão “os ribeirinhos moradores da Ilha do Combu conhecem e utilizam praticas e costumes que incorporam recursos da natureza no seu dia a dia não só por razões econômicas, mas por fazerem parte do seu mundo cognitivo”, o que reflete que todos os ribeirinhos “apresentam familiaridade e conhecimento com as coisas da natureza” (ADRIÃO, 2013, p 73).

Little (2002, p 10) corrobora com ao destacar que “a noção de lugar também se expressa nos valores diferenciados que um grupo social atribui aos diferentes aspectos de seu ambiente”, apresentando, assim, que ocorre uma valorização do lugar e seu modo de vida que “é uma função direta do sistema de conhecimento ambiental do grupo e suas respectivas tecnologias”.

Esse elemento é também algo que pode ser ressaltado como um diferencial com relação aos moradores urbanos de Belém. Basta nos fazermos perguntas como: sabemos fazer rasas, peconha, matapi, subir no açazeiro? Quantas pessoas, da área continental, conhecemos que não só sabem, como fazem isso cotidianamente? Todos daqui, ou pelo menos a maioria, sabem conduzir algum tipo de embarcação? E as crianças daqui, sabem?

Certa vez em 2015, no evento anual *Museu de Portas Abertas*, no qual recebemos muitos estudantes, decidi verificar seus conhecimentos sobre esse universo ribeirinho. Diante de vários objetos de nossa coleção etnográfica perguntei se sabiam os nomes de tais objetos, e o silêncio normalmente imperava. A única turma, se não me engano da 5ª série, onde vários alunos responderam empolgados que sabiam. Não só sabiam o que significavam mas também sabiam subir no açazeiro. Quando perguntei de onde eram responderam que eram de uma escola de Mosqueiro, local onde moravam. Claro que se refere ao fato de que também eram de uma Ilha da área insular de Belém, e acho interessante destacar que nem todos sabiam, o que no momento não vem ao caso aprofundar.

O que quero apontar é que as experiências contidas e relacionadas a cada contexto em particular, a partir dos elementos presentes no nosso cotidiano, é que influenciam nossos conhecimentos. Pode-se dizer então que:

O que há num determinado lugar é a operação simultânea de várias técnicas, por exemplo, técnicas agrícolas, industriais, de transporte, comércio ou *marketing*, técnicas que são diferentes segundo os produtos e qualitativamente diferentes para um mesmo produto, segundo as respectivas formas de produção. [As técnicas] são manejadas por grupos sociais portadores de técnicas socioculturais diversas e se dão sobre um território que, ele próprio, em sua constituição material, é diverso, do ponto de vista técnico. São todas essas técnicas, incluindo as técnicas da vida, que nos dão a estrutura de um lugar (Santos, 2006, p 36).

Nesse sentido, se Santos (2006) como o passado e o presente estejam refletidos na paisagem, enquanto que no espaço se presencie somente o presente, concordo com Trajano Filho (2012, p 7) quando diz que “a constituição dos lugares é uma atividade central na construção das narrativas que enquadram o passado, o presente e o futuro”, estando tudo ao mesmo tempo interligado.

Ligado a essa noção de lugar aqui exposta, e a partir do contexto que vem sendo apresentado, da Comunidade do Igarapé do Combu, está a questão do pertencimento. A frase “aqui é o meu lugar” expressa que aquela pessoa demonstra ter um sentimento de pertença com aquele lugar específico, o que não necessariamente é obrigatório ser manifestado exatamente através dessas palavras. Isso pode ser demonstrado de outras maneiras, tanto de maneira verbalizada quanto em ações.

Pertencer a um lugar é possuir um elo que une indivíduo, grupo e o espaço onde estes produzem sua vida, o que um grande conhecimento de seu território, seja ele terrestre ou aquático. No caso da Ilha do Combu, é uma união dos dois, já que tanto a mata quanto o rio são fundamentais no seu modo de vida. Assim “a relação entre os lugares e os sentimentos de pertencimento revela sempre a interdependência entre os termos” (TRAJANO FILHO, 2012, p 7).

O pertencimento se trata de um lugar socialmente construído, a partir da identificação com um contexto, e espaço, que envolve o sentimento de fazer parte de algo maior, estabelecendo um vínculo, emocional e social. Ramalho (2006, p 142) expõe que o “Pertencimento um sentimento em relação a algo, cuja construção não se opera *a priori*, porque é vivida e forjada a partir de processos cotidianos, que estão ali, no dia-a-dia desses homens, de seus amigos e familiares, demarcando espaços socioculturais de integração”. Little (2002) complementa ao

afirmar que o sentimento de pertença significa dotar um espaço com sentimento e significado, e evidencia que:

Ser de um lugar não requer uma relação necessária com etnicidade ou com raça, que tendem a ser avaliadas em termos de pureza, mas sim uma relação com um espaço físico determinado. Todavia, a categoria de identidade pode se ampliar, à medida que a identidade de um grupo passa, entre outras coisas, pela relação com os territórios construídos com base nas suas respectivas cosmografias (Little, 2002, p 10).

Através das práticas e relações estabelecidas num determinado espaço possibilita a construção do lugar ao qual pertence, ou passa a pertencer. Com relação aos ribeirinhos, ou especificamente ilhéus para se utilizar do exemplo dado por Diegues (1997, p 23) ao falar da realidade de Ilha Bela, “o *ser da ilha*” é “vivenciar um território diferente do continental”. Ai se volta à questão de que os moradores da Ilha do Combu se relacionam com o seu espaço de maneira diferenciada de nós “do outro lado” do rio Guamá. Deste modo,

Com efeito, quando se pensa em ecossistema pensa-se numa relação de interação ou de sinergia entre biodiversidade e sociodiversidade; uma relação simbiótica entre os sub-ecossistemas (se posso usar este termo), igarapés, furos, paranás, rios, lagos, mar, estuário, baía, praia florestas; e fatores abióticos (clima, salinidade, hidrologia) e o homem em suas diversas formas de agrupamento e estrutura social (FURTADO E SOUZA, 2006, p 161-162).

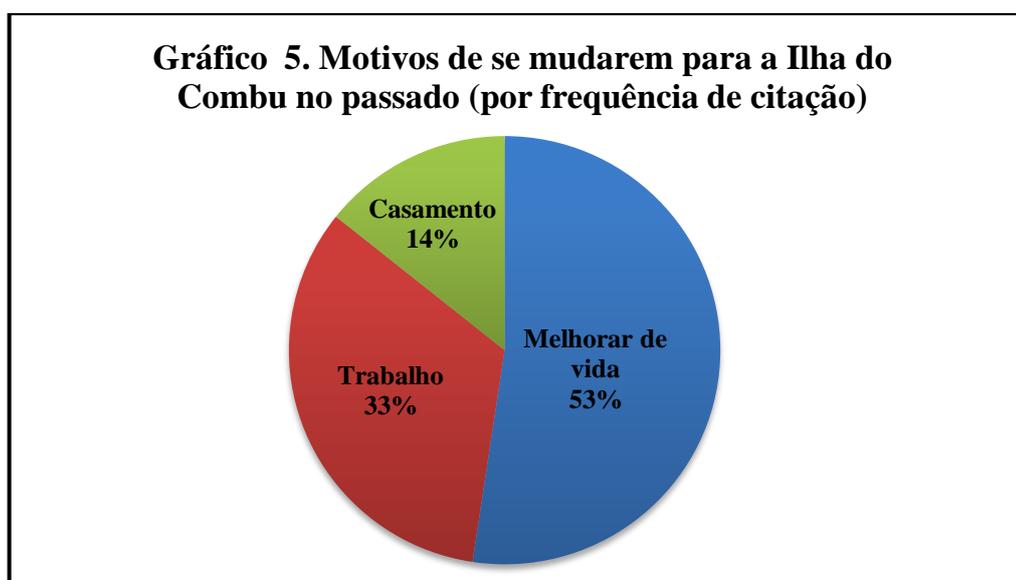
Ramalho (2006) explora sobre os laços de pertencimento com relação a atividade de pesca em Itapissuma e Suape, elemento de grande importância para os pescadores de ambos os lugares. Nesse contexto “os laços de pertencimento têm como base uma ética pesqueira que fundamenta e informa as lógicas de sua organização – a divisão dos papéis, relações de autoridade do mestre, sistema de igualdade e companheirismo” (RAMALHO, 2006, p 59).

Em sua pesquisa observou que uns dos principais elementos que fomentam esses laços de pertencimento são as ideias de segredo e segurança envolvidos na ocasião do trabalho. O que percebe é que com relação à Comunidade do Igarapé do Combu os principais elementos que estabelece os laços de pertencimento local são a felicidade de estar ali e a beira do rio. Se sentir bem e querer estar na margem do rio, em contato contaste e estreito com o rio e a mata é o que constrói o sentimento de pertença, diferentemente daqueles pescadores, o trabalho, no caso o extrativismo principalmente, é “apenas” um complemento desse modo de vida, relevante claro, porém sua importância está vinculada com o morar na beira do rio.

Nesse sentido, se percebe a formação de grupos sociais em seus determinados territórios, estabelecendo suas atividades de subsistência de acordo com a “necessidade” daquela

realidade e local, passando a atribuir sentimento e significado a um determinado espaço, que ao longo do tempo estabelecem suas raízes e sua cultura vinculadas a esse espaço. Assim, esses grupos “expressam um *sentimento*, um *ser*, um sentido de organização social mais que uma territorialidade” (FORLINE & FURTADO, 2002, p 214), construindo então um sentimento de pertença ao local, que é, em termos gerais, um forte vínculo emocional.

Na pesquisa de Dergan (2006), que ajudou a contar a história da ocupação da ilha pude encontrar informações que contribuem para a demonstração da construção desse vínculo com a ilha no passado, quando haviam um grande numero de famílias se mudando para a mesma. No gráfico 5 abaixo encontra-se os motivos que levaram essas pessoas, e/ou famílias, a se mudarem para esse local.



FONTE: Dergan, 2006. Sistematizado pela autora.

Como pode ser observado, naquela época, quando começou a se consolidar a ocupação da Ilha do Combu que ganhava cada vez mais moradores, o principal motivo era a busca por uma vida melhor, e em segundo lugar o trabalho. É claro que muitas respostas incluíam duas, ou até todas as três variáveis. Nem sempre quando nos mudamos com a intenção de melhorar de vida alcançamos esse objetivo, visto que só saberemos se é melhor viver naquele outro lugar quando passarmos a morar lá. Há pessoas que não se adaptam à mudança, que não conseguem desenvolver o sentimento de pertença ao local.

De maneira geral, este não parece ser o caso dos ribeirinhos da Ilha do Combu, pois até hoje continuam considerando lá o lugar ótimo para se viver, onde vivem bem e felizes. Quando perguntava se gostavam de morar naquela comunidade não houve uma resposta que fosse não,

a resposta unanime foi “sim”. Na verdade houve variações dessa resposta como “sim, lógico”, “claro que sim”, “amo”, “adoro” e “com certeza”.

Ao perguntar por que achavam boa a vida na comunidade as respostas envolviam como os principais motivos: a tranquilidade, a segurança, devido ser calmo, todos se conhecerem, por ser onde está grande parte da família, costume e, claro, a presença da natureza. Alguns desenvolveram mais a resposta como, por exemplo, o seu Careca que disse “*a gente ainda mora no paraíso, não tem ladrão, o povo se conhece, precisa de um ou de outro a pessoa ta pronta pra ajudar, isso é muito importante é por isso eu gosto de morar aqui*”, e a Patrícia que respondeu:

A tranquilidade, aqui a gente ta no meio de parentes, a ilha é formada por parentes por parte do meu pai, então é muito bom a base familiar. (...) Fora do caos da cidade, você acorda de manhã é rápido que passa o tempo aqui, muito rápido, quando vê já está anoitecendo, você convive com a natureza. É totalmente diferente, é claro que a cidade tem uma praticidade muito grande, você quer alguma coisa vai ali e compra ou então pede pelo telefone. Mas mesmo assim aqui é maravilhoso.

Por mais que eu não tenha realizado entrevista com as crianças, minha participação nos encontros da Sala de Leitura e a convivência com elas me mostrou que esse é o sentimento dessa geração. Numa oportunidade onde eu estava com a tarefa de acompanhar o momento da atividade de leitura, como retrata a fotografia 41, aproveitei para no final ter uma conversa com elas sobre o assunto.

Fotografia 41. Crianças do Igarapé do Combu na Sala de Leitura.



Foto: Thainá Guedelha Nunes, 2016.

Perguntei se gostavam de morar na Ilha do Combu, e todas responderam ao mesmo tempo com um sonoro “SIM!!!”, em seguida perguntei o porquê, e começaram a responder ao mesmo tempo, de maneira animada. Pareciam estar debatendo sobre o assunto entre si mais do que estar respondendo para mim, chegando a uma resposta conjunta de que o primeiro motivo era devido ao fato de tinham o rio para tomar banho sempre que quisessem, mas também porque era seguro, tranquilo e calmo, nessa parte muito semelhante às respostas que obtive dos adultos.

Tudo isso mostra o quanto o vínculo com aquele espaço é forte, isto é, há o sentimento de que fazem parte daquele lugar, assim como o lugar faz parte deles, há um acentuado pertencimento à ilha. Nesse sentido percebe-se que:

A vida ribeirinha na Amazônia é comandada pelo rio e pela floresta numa ligação quase que indivisível, especialmente aos que vivem nas ilhas, ou entre as ilhas, nas margens dos rios, furos e igarapés, com um modo de vida ainda fortemente marcado por traços culturais: hábitos e costumes da vida tradicional dos povos da floresta (ADRIÃO, 2013, p 67).

Ramalho (2006) também aponta que no contexto estudado por ele a igualdade presente no trabalho da pesca, que reflete a cooperação que existe nesse ofício por vontade própria, é outro elemento importante para os laços de pertencimento. Isto é reforçado pelas relações de vizinhança estabelecida entre esses pescadores, o que fortalece o sentimento comunitário, que é tão próximo que todos se conhecem no local. Isto ocorre também na Ilha do Combu, com destaque para a Comunidade Igarapé do Combu que é o lócus da pesquisa, pois todos sabem quem mora em sua comunidade, mesmo que tenham mais contato e intimidade com uns do que com outros. Na verdade, as famílias se entrelaçam, pois há uma grande quantidade de casamentos endogâmicos, assim na maioria dos casos são *aparentados*, em maior ou menor grau. Como é comentado por Patrícia ao dizer que “quase todo mundo é meio família de alguém, é natural”.

Com relação a igualdade, também é algo que percebo na comunidade. Não importa se a pessoa se mudou recentemente para o lugar, além do fato de que, normalmente, isso ocorreu através do casamento com algum(a) morador(a) local, se a pessoa demonstra que gosta daquela vida ribeirinha, que partilha dos mesmos sentimentos, valores, e agora costumes, a mesma é tão ribeirinha quanto os demais. Tanto que quando perguntei para dona Karina se tinha algum nome específico para designar a quem nasceu na ilha, esta me respondeu que “*quem nasceu, ou mora, na Ilha do Combu é combuense*”.

Ou seja, a identificação como combuense se “conquista” ao pertencer à ilha, o que ultrapassa o ato de nascer na ilha. Nesse sentido, combuense está relacionado a *ser um ribeirinho da Ilha do Combu*. Acredito que outro exemplo possa reforçar tal questão. Na entrevista com dona Dorís, que teve um caráter em grande parte de conversa, e algum momento comentei que gostava muito de estar na Ilha do Combu e que há alguns anos eu atravessava várias vezes, não só por motivo de pesquisa. Em outro momento ao falar sobre o Festival do Açaí que acontece anualmente na Maloca Sabor da Ilha, ou seja, no bar do seu Careca, ela tentava me explicar onde este se localizava, o que é uma tarefa relativamente difícil já que não há numeração nas casas, eu respondi que sabia onde era, pois muitas vezes vou para a Sala de Leitura que fica ao lado do seu Careca. Ela pareceu cada vez mais animada com a conversa, e ao final disse para mim “*já é quase ribeirinha*”, o que se seguiu com o comentário de que um dia me convidaria para um churrasco que de vez em quando faz no seu trapiche.

Ramalho (2006, p 147-148) expressa que, para aqueles pescadores, “ser pescador artesanal é pertencer ao mar”, do mesmo modo que “o mar é o lugar do pescador e que o pescador é fruto do mar”. Adequando tais frases para o contexto da comunidade Igarapé do Combu, pode-se dizer que ser ribeirinho é pertencer à beira do rio, assim como as margens dos cursos d’água da Ilha do Combu é o lugar do ribeirinho e o ribeirinho é resultado da beira.

Cada lugar tem os seus problemas e dificuldades, não importa o quanto você goste de onde mora, sempre vai haver algo que gostaria que melhorasse. Com os ribeirinhos do Igarapé do Combu não é diferente, mesmo que esteja presente no discurso ribeirinho local a concepção da ilha enquanto um “paraíso”. Segue abaixo no quadro 8 das principais dificuldades enfrentadas pelos ribeirinhos.

Quadro 10. Principais problemas enfrentados pela comunidade Igarapé do Combu.

TIPO DE MELHORIA	% POR FREQUÊNCIA DE CITAÇÃO	DETALHAMENTO
Serviços de saúde ²⁷	27	O posto só funciona de segunda a sexta pela parte da manhã; Tem apenas um médico, que é generalista; Não tem muitos remédios que precisam; muitas vezes não tem vacinas; Muitas vezes são encaminhados para Belém. Problemas de saúde mais recorrente: Diarreia, anemia, hepatite, chagas, hanseníase, tuberculose e pneumonia, de acordo com a coordenadora da USF.
Educação	14	A escola só tem até a 4ª série; não tem ações/cursos voltados para os adolescentes.
Coleta de lixo	14	Não há coleta de lixo, isso os preocupa porque a ilha cresce em numero de habitantes e conseqüentemente aumenta a produção de lixo, o que é problemático para o meio ambiente; <i>“uma vez eles vieram botaram adesivo tudinho e quando chegou na hora só queria garrafa pet e isopor, aí ninguém quis mais. A gente tava até alegre. O que dá pra queimar gente queima, agora vidro, enlatado a gente leva pra Belém. Mas muitos acabam jogando na água mesmo”</i> (Suzana), ou no chão.
Acesso fácil a água potável	14	Não há saneamento básico não á água encanada para a utilização de filtros, alguns improvisar um encanamento; <i>“A gente utiliza de Belém e também tem um senhor que traz da terra firme de poço artesiano”</i> (Patrícia); Muitos, que tem condições, tem caixa d'água, mas ainda assim não é uma água de qualidade, <i>“o poço não dá água boa, dá água ferrugenta. O pessoal da UFPA já vieram aqui furar poço, não deu certo”</i> (seu Osmar). Relataram que muitos acabam tomando água do rio. As ACS buscam ensinar a ferver a água ou colocar água sanitária, mas ainda não é o suficiente. É necessário pensar em alternativas que condizem com a realidade local.
Melhorar o serviço de energia	14	Agora tem energia, porém o serviço ainda é relativamente precário. Falta luz com frequência, às vezes demorando de 1 a 3 dias para voltar.
Melhoras relacionadas ao turismo	9	Principalmente com relação aos portos, que não são adequados e dificultam o embarque e desembarque (isso não só relacionado ao turismo, mas para eles mesmos, pois é complicado principalmente para os idosos e as gestantes ou mães com bebês de colo); Reclamam bastante também do desrespeitos dos turistas que andam de jet-ski e lanchas grandes que ficam passeando pelos furos e igarapés, pois além do barulho, navegam rápido demais, o que está provocando erosão e é perigoso pois há muitas pessoas que nadam no rio, principalmente as crianças; <i>“Podia mudar essas lancha muito grande aí sábado e domingo. Passa barco igual o de vocês aí não pode, muito rápido e a lancha muito grande, dá muita maresia e erosão na beira, afeta”</i> (Seu Osmar).
Saneamento básico	4	Não há saneamento básico; falta de planejamento com relação aos dejetos humanos, o que também é prejudicial para o meio ambiente.
Lugares públicos para o lazer das crianças	4	Houve comentários que seria interessante se houvesse um local de uso comum para as crianças, como uma praça.

Fonte: Trabalho de Campo.

²⁷ A coordenadora da USF relatou que há também problemas nas condições de trabalho, o que os impossibilita de realizar um atendimento de maior qualidade com relação à saúde dos ribeirinhos da ilha, como o serviço precário de energia, acessibilidade. Claro que também a falta de investimentos públicos seja um dos principais problemas.

Perguntei também para as crianças se havia coisas que poderiam melhorar a comunidade, e todas responderam que sim. Ao pedir que me dissessem o que achavam que podia ser melhor houve um longo silêncio enquanto eles se olhavam procurando o que responder. Incentivei que pensassem em algo que eles que acontecia na ilha que eles não gostassem muito, ainda assim não tinham conseguido pensar em nada, um respondeu “*ah, não sei. Na verdade é muito bom morar aqui*”. Depois um certo tempo de conversa é que uma menina de 14 anos respondeu:

Ah, acho que talvez pode tá ficando menos seguro. Porque uma vez vieram de barco e assaltaram um restaurante lá da beira [comunidade Beira do Rio Guamá], amarraram quem tava trabalhando lá e levaram um monte de coisas de todo mundo e fugiram, até agora não sabem quem foi.

Seu Careca também comentou sobre essa preocupação, disse que já ouviu histórias de roubos em outras ilhas de Belém, como o roubo de um barco, e como conhece muita gente de Belém, inclusive um delegado, falaram com ele para que ajudasse a encontrar o barco, que foi encontrado. Seu Careca reclama que a maioria é um pouco acomodada e só se “coça quando acontece algo”, assim ele acredita que deveriam ir atrás de garantir segurança antes que fique perigoso. Ele se preocupa também com a segurança nos portos de Belém, inclusive com relação aos turistas. Assim ele fez de seu bar uma “base da polícia fluvial” como pode ser visto nas fotografias abaixo.

Fotografias 42 e 43. Placa e cartaz sobre policiamento fluvial no bar do seu Careca



Foto: Thainá Guedelha Nunes, 2017.

4.3 Delineando a Identidade Ribeirinha Local

Nesse momento é possível compreender que quando se fala em moradores da Ilha do Combu não se trata de uma periferia de Belém, não são pobres belenenses sem condições de viver na Belém continental, onde se tem “tudo”. Não são pessoas que moram numa ilha “sem estrutura” por falta de opção ou algo do tipo. O que foi exposto e discutido até o momento serve como base e fundamento para mostrar que são ribeirinhos e que com aquele lugar e o que este proporciona concebem o seu modo de vida particular, pois os “territórios e recursos naturais são passíveis de concepção simbólica”. Esse modo de vida representa grande importância para essas pessoas, assim “a comunidade onde habitam é um lugar e não um ponto geográfico no mapa. É um lócus de construção de identidades, organização social e função” presente nessa comunidade que dá sentido e forma para a identidade ribeirinha. Como reforça Diegues:

Porém, um dos critérios mais importantes para a definição de culturas ou populações tradicionais, além do modo de vida, é, sem dúvida, o reconhecer-se como pertencente àquele grupo social particular. Esse critério remete à questão fundamental da identidade, um dos temas centrais da antropologia (DIEGUES, 1999, p 24).

Para Rodrigues (2006) um dos aspectos importantes em se discutir a identidade é a mesma enquanto uma construção, não é algo que já estaria presente no seu ser desde o nascimento. De fato o contexto no qual uma criança é socializada vai ocasionar na formação da sua identidade, mas gostaria de ressaltar que a afinidade com a qual a pessoa desenvolve a partir do que se depara no decorrer da sua vida influencia no caráter identitário no plano individual. O autor também destaca a reificação das identidades, onde há uma busca da valorização da demarcação das mesmas, reforçando a diversidade.

Outra questão se levanta é o caráter político que envolve a noção de identidade, pois o reconhecimento e afirmação da diferença envolvem luta por direitos, respeito e reconhecimento. Quando se fala em populações tradicionais, indígenas, ou rurais em geral, é importante pensar na sua busca para manter seu modo de vida diante do desenvolvimento urbano e da urbanização, o que acaba muitas vezes gerando conflitos entre grupos sociais ou até mesmo contra ações governamentais.

Tanto para noção perder direitos como para se conquistar outros, em prol de uma qualidade de vida. Como exemplos sempre bem emblemáticos o Movimento dos Sem Terra, o movimento

dos seringueiros tendo Chico Mendes como eterno símbolo, ou a Índia Tuíra e seu facão no rosto do diretor da Eletronorte na época, entre outros. É nesse sentido que Barreto Filho (2004) fala em identidade ecológico-política, e Cunha e Almeida (2001) discute sobre as categorias que compõem as populações tradicionais sejam sujeitos políticos.

O nível de envolvimento político varia para cada contexto. Na comunidade Igarapé do Combu, como já foi exposto anteriormente, não há mais especificamente um caráter político ativo como já chegou a ter no passado. A ilha ter se tornado uma APA é uma conquista de um reconhecimento desse modo de vida e se apresenta como uma garantia se sua manutenção. Além disso, não significa que a comunidade está completamente inerte, ainda se mantém resistentes com relação à reprodução, e produção, da sua vida ribeirinha. Rodrigues (2006, p 120) também pontua que as identidades são múltiplas e flexíveis, assim estão em constante processo construção e reconstrução, podendo ser “vestidas ou despidas”.

Para os moradores do Combu suas identidades envolvem ser combuense, ser ribeirinho, além de ser belenense. Essas três faces que compõem sua identidade reflete os níveis que representam seu contexto, pois no primeiro caso está relacionado especificamente com seu território, seu lugar, ou seja, a Ilha do Combu; no segundo caso se refere a uma amplitude maior, visto que ser ribeirinho remete ao modo de vida, independente de rio, ilha, ou cidade se esteja falando; e o último se refere à questão política-administrativa que os liga a Belém. Nesse sentido, se associa a questão levantada por Oliveira (1976) com relação identidades complementares ou combinadas.

Ser belenense em grande parte para eles é utilizado com relação a serviços públicos e direitos, e aparentemente também quando envolve o turismo, para aqueles que trabalham voltado para este. Quando se trata em lidar com os turistas e visitantes essa identidade é resgatada e utilizada, tanto seu grande público ser belenense, quanto por buscar atrair os turistas que chegam a Belém e não conhecem a ilha, pois a ilha é apresentada como “pedacinho da Amazônia” (Seu Careca) da capital paraense. Aparentemente ser de Belém também remete, em seu discurso, um *status* de igualdade com os moradores do continente, como se quisesse dizer que não são inferiores a nós, que apesar do modo de vida diferenciado são tão belenenses como nós.

Certa vez, ao perguntar para um rapaz, que eu sabia que era o proprietário de um bar/restaurante do Igarapé do Combu, se ele morava na ilha, afim de confirmar que era da

comunidade para pedir que participasse da pesquisa, ele respondeu “sim, mas hoje estou em Belém, quer dizer, na cidade, pois a Ilha do Combu faz parte de Belém”. Quando em contato com alguém de fora da comunidade, o fato da ilha ser parte de Belém é destacada.

No debate sobre a questão da identidade, Oliveira (1976) salienta que “contém duas dimensões: a pessoal (ou individual) e a social (ou coletiva)”, existe o ribeirinho, como indivíduo que estabelece sua vida na margem do rio, porém este também está ligado às relações sociais desenvolvidas ao longo do tempo com os outros ribeirinhos com os quais convive, assim “a identidade social surge como a atualização do processo de identificação e envolve a noção de grupo, particularmente a de grupo social” (OLIVEIRA, 1976, p 5).

Este autor traz grandes contribuições para a discussão ao tratar da noção de *identidade contrastiva* que surge por oposição na “afirmação do *nós* diante dos outros”. Em conversas com moradores da Ilha do Combu percebe-se muitas vezes uma dicotomia no seu discurso ao falar da parte continental de Belém, como se o rio Guamá simbolizasse a diferenciação entre esses dois modos de vida.

Ao mesmo tempo que em determinadas situações resgate as semelhanças que apresentam com relação aos belenenses continentais, eles também em vários momentos enfatizam o que nos diferencia, onde, então se percebe, de acordo com Oliveira (1976), um jogo dialético entre semelhantes e diferentes. Em vários momentos escutei falarem coisas do tipo “aqui é assim”, “lá é de outro jeito”, “o povo daqui”, “o povo de lá”, “nós do interlan”, “vocês de Belém”.

Na maior parte do seu discurso do cotidiano não se referem ao seu lugar como “essa parte de Belém”, o que é marcado é que “aqui é o Combu” e “lá é Belém”. Desta forma, “quando uma pessoa ou um grupo se afirmam como tais, o fazem como meio de diferenciação em relação a alguma pessoa ou grupo com que se defrontam. É uma identidade que surge por oposição” (Oliveira, 1976, p 5). Diegues (1997, p 19) corrobora ao dizer que “a construção da identidade insular passa pelo contato e pela oposição ao outro”, assim reflete o contexto ribeirinho da área insular em contraste com a Belém continental e urbana. Então,

É possível considerar a territorialidade como um *locus* de negociação entre dois sistemas de representações e de afirmação da identidade: um, organizado em torno da diferenciação e da pluralidade, seria responsável pela *identidade construída*; o outro, organizado em torno da unicidade e da integração, funcionando como produtor da *identidade imposta*, em benefício e através das diversas instâncias do poder (DIEGUES, 1997, p 18).

Nesse momento cabe ressaltar o fato de que “o termo ribeirinho, hoje usado amplamente pela mídia local para falar das populações amazônicas” (RODRIGUES, 2006, p 125), e não só pela mídia, mas como pelas instituições acadêmicas, de pesquisa e públicas, ou seja, por pessoas que estão fora dessa categoria. Esta reflexão me foi levantada durante a pesquisa para o mestrado. Entretanto, há uma autoidentificação enquanto ribeirinho na Ilha do Combu, isto é, eles se consideram como ribeirinhos. Diegues (1999) reflete que,

Esse auto-reconhecimento é frequentemente, uma identidade construída ou reconstruída, como resultado, em parte, de processos de contatos cada vez mais conflituosos com a sociedade urbano-industrial, e com as formulações político-ideológicas criadas por esta (DIEGUES, 1999, p 25-26).

É importante também evidenciar que as identificações que os envolvem, seja por parte deles ou dos de fora, como *ribeirinhos*, *combuenses*, *ilhéus*, *belenenses da área insular*, *caboclos*, *extrativistas*, apesar de refletir algum aspecto de sua realidade, o ponto principal aqui é valorizar a principal categoria com as quais eles se identificam, que é a categoria *ribeirinho*. Diferentemente da categoria *pescador* que envolve uma pertença ligada ao trabalho e profissão, na Ilha do Combu esse vínculo, esse sentimento, não está ligado à atividade de extrativismo, mesmo que seja uma das principais características dessa população, está estritamente ligada à beira do rio, fazendo com que as demais características, mesmo que sendo indissociáveis, sejam complementares.

Para eles ser ribeirinho é, principalmente, morar na beira do rio, morar na ilha, é sempre tomar banho na beira do rio, é morar em palafita. Essas foram as respostas que obtive de todos com quem tive contato. A fala do seu Careca representa: “*Ribeirinho porque nós moramos nas palafitas nós tomamos banho de rio então isso que significa ser ribeirinho, porque nós moramos na beira de rio*”. Ainda complementou dizendo que “*os que moram mais distante [da beira], lá pra trás não são ribeirinho*”, quando perguntei se havia pessoas que moravam mais para dentro da ilha, ele respondeu que não, somente alguns que moram um pouco no meio, mas ainda assim é na beira, ou próximo de algum furo ou igarapé, mesmo que bem estreito, porém ressaltou que “*no centrão de outras que tem*”.

Na pesquisa de Dergan (2006, p 113), cujo lócus de pesquisa também é a Ilha do Combu, é possível encontrar também fala de seus interlocutores que mostra referindo-se a eles como ribeirinhos. Como por exemplo, a fala de uma moradora, Dona Colo que comenta sobre o fato de que a ilha deixou de ser parte de Acará e diz: “*agora que já é Belém então, nós ribeirinhos*”.

Acredito ser um fato que retrate de uma maneira geral a região insular, pois na dissertação de Bassalo (2011, p 158), que realizou sua pesquisa na Ilha do Maracujá, bem próxima da Ilha do Combu, tem uma trata sobre a sociabilidade, os encontros que acontecem no Porto do Açaí, quando um ribeirinho comenta sobre ser um momento de encontro com amigos de outras localidades, do “*peessoal ribeirinho, nem só ribeirinho como também pessoal de terra firme, que a gente fala, das colônias*”. Tal fala também demarca a diferenciação que fazem entre o que moram na beira do rio e os que não moram.

Tudo que foi dito até aqui contribui no sentido de refletir esse modo de vida ribeirinho da região insular da cidade de Belém, demonstrando a diversidade de uma região onde os sujeitos estabelecem ações e decisões diferenciadas quanto ao seu viver. Como aponta Velho (2008), “Isso se associa não só a uma visão de mundo (ou um *eidós*) em que a noção de biografia é central, com uma concepção de tempo bastante definida, mas também a um *ethos*, um estilo de vida”. Este estilo que desenha como parte de uma sociedade cabocla, com:

(a) um modo singular de viver, de se apropriar, usar e aproveitar os recursos naturais, (b) saberes aplicáveis na pesca, coleta e extrativismo, na navegação, nas avaliações e previsões do tempo (da natureza), chuvas, enchentes, ventos, marés e impactos refletidos na fauna, flora e qualidade de vida. Tudo isso faz parte da caboclitude que caracteriza os povos das águas no estuário. (FURTADO E SOUZA, 2006, p 177).

Rodrigues (2006) ressalta que o termo *caboclo* atualmente envolve um debate complicado quando se trata de identidades rurais, indicando que não existe, de fato, uma identidade cabocla, que a mesma é uma representação. Há também a questão de que geralmente apresenta uma concepção pejorativa, sendo feita uma associação desse termo com atraso, inferioridade frente a modernidade, e que algumas categorias, ribeirinho estando inclusa, é uma das “tentativas de reconstrução positivada da identidade dos habitantes da Amazônia” (RODRIGUES, 2006, p 124). Nessa perspectiva a autora expõe que concorda:

Com a autora [Lima-Ayres, 1999] no sentido de que a identidade cabocla é uma representação, na medida em que as identidades são sempre representações, construções, narrativas discursivas através das quais os sujeitos (ou não-sujeitos) são rotulados, mas discordamos da mesma no sentido de que matar o caboclo enquanto conceito / categoria seria fingir que não existe uma diferença que se construiu historicamente, que se instalou de fora para dentro, do nacional para o local, e que se desdobra continuamente, contra, entre, dentro do espaço-tempo amazônico, com relação a seus diversos grupos populacionais pensados, nesse contexto, como primordiais e, portanto, essencializados, como uma raça de cultura mestiça e costumes atávicos; resistentes à modernidade, verdadeiros exemplos da contra-

modernidade que ainda sobrevivem no mundo ocidental (RODRIGUES, 2006, p 126-127).

Apesar de se identificarem como ribeirinhos, há também uma associação com a noção de caboclitude, como é refletido na fala de Suzana quando fala sobre o que significa ser ribeirinho: “*morar na ilha, morar no rio, não sei não, ser caboquinho*”. Ainda assim, reflete essa identificação com a relação íntima dos moradores da comunidade Igarapé do Combu com seu espaço e o meio ambiente presente nele.

É nessa relação íntima com a terra, a floresta e o rio, faz com que esses elementos da natureza façam parte de sua identidade. Com relação a essa, ressalta-se a marcante contribuição de Gilberto Velho (2008) e nos traz a noção de projeto coletivo associado ao projeto individual, cuja as ações dos sujeitos culturais, ou agentes empíricos, constroem suas vidas a partir de decisões e ações para um objetivo específico. Estes projetos “são elaborados e construídos em função de experiências sócio-culturais, de um código, de vivências e interações interpretadas”.

É a partir da sua realidade e estabelecendo prioridades que se está em constante elaboração dos projetos de vida que é elaborado dentro de um campo de possibilidades, podendo ser estas as mais diversas, pois “a construção da identidade e a elaboração de projetos individuais são feitas dentro de um contexto em que diferentes ‘mundos’ ou esferas da vida social se interpenetram, se misturam e muitas vezes entram em conflito” (VELHO, 2008, p 36). Então, um indivíduo, ou um grupo social, confrontar diferentes realidades encontra uma gama de elementos que proporciona sua autoidentificação e reafirmação de quem é e/ou quer ser, ou seja, isso contribui na base da construção do seu eu. Portanto,

Quanto mais exposto estiver o ator a experiências diversificadas, quanto mais tiver de dar conta de ethos e visões de mundo contrastantes, quanto menos fechada for sua rede de relação ao nível do seu cotidiano, mais marcada será sua autopercepção de *individualidade singular*. por sua vez essa consciência da individualidade – fabricada dentro de uma experiência cultural específica – corresponderá uma maior elaboração de um *projeto*. (VELHO, 2008, p 35-36).

Diante disso retomo a questão da pertença que está estreitamente ligada com a identidade ribeirinha local. Como venho expondo neste trabalho o vínculo com o lugar é muito forte, e faz com que mesmo com as dificuldades que encontram ao morar na ilha pesem bem menos

com relação ao que de bom proporciona para suas vidas. Assim, perguntei se já pensaram em morar em Belém, ou mesmo em outro local, e a resposta vinha de maneira rápida: “não!”, pois consideram que mesmo que em Belém possa ter muitos “confortos”, não vale a pena, a vida não seria boa, não é o estilo de vida que gostariam de levar.

Acredito que retratar aqui algumas das respostas enriqueça essa afirmação. Seu Sarney respondeu “*não, porque aqui é melhor de se morar*”, já dona Ilda, que chegou a morar durante um tempo quando mais nova em Belém, afirmou “*Não, nem pensar, pra Belém nem pensar, porque eu acho que não me acostumo mais, o negocio tá perigoso lá pra Belém. Não, não saio mais daqui*”. Seu Careca e dona Doris se referem à ilha como um paraíso para se morar. Apesar da ilha não fornecer tudo que precisam para o seu dia a dia, um dos pontos positivos da ilha é justamente estar próxima de Belém, pois o que precisarem, em questão de minutos atravessam, vão atrás do que precisa, e voltam. Assim eles têm acesso ao que precisarem no continente, na área urbana, e ainda é possível manter o seu modo de vida.

É claro que alguns, quando insisti se haveria alguma possibilidade de se mudarem, responderam que algumas coisas não se podem saber com relação ao futuro. Seu Careca refletiu e respondeu “talvez, ainda ia pensar em ir, se vale a pena, se onde eu ficar ia ser legal”, já Patrícia revelou:

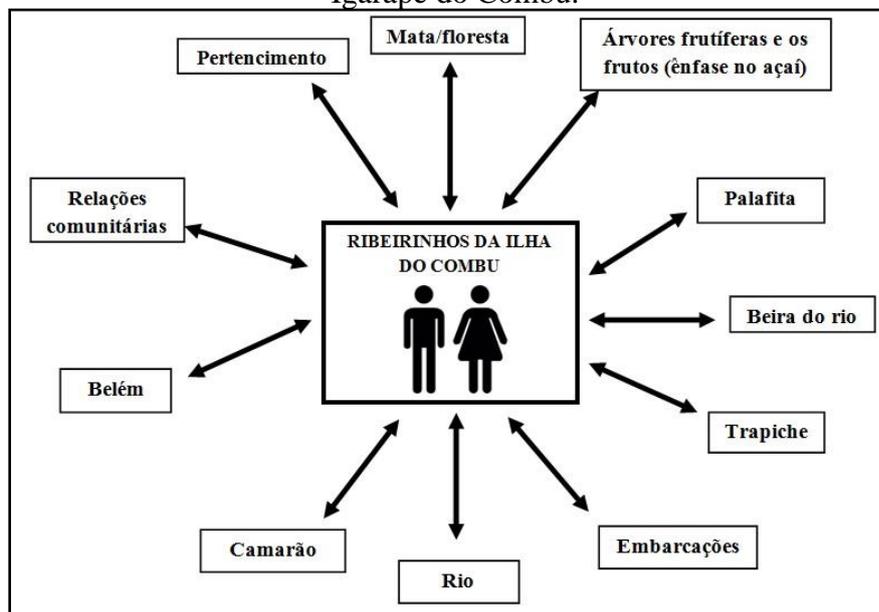
Eu já morei cinco anos fora daqui, em Ananindeua cidade nova, mas eu mudei a trabalho logo no início e depois eu me juntei com uma pessoa, aí já fiquei morando lá. Aí terminou o relacionamento e eu vim de novo pra cá. Não gostaria de me mudar novamente, mas eu penso assim, a gente nunca sabe o dia de amanhã né, de repente surge uma oportunidade ou então, em relação ao trabalho aqui, tem que ter uma pessoa lá do outro lado, então a gente nunca sabe. Mas Belém estressa a gente.

Com relação às crianças, que me disseram que não iam com frequência para Belém, perguntei se achavam que Belém era legal, e como resposta disseram que sim, porque tinha várias coisas interessantes para fazer, que não encontravam na ilha, como por exemplo o Parque de Diversões ITA que vem na época do Círio. Porém, quando perguntei se gostariam de morar lá rapidamente responderam de maneira agitada, e intensa, “NÃO!”, novamente praticamente ao mesmo tempo, enquanto balançavam a cabeça negativamente.

Isso mostra o quando aquele espaço é valorizado por eles, e um lugar onde não encontrem o que Lisboa (1997) denomina de “símbolos da identidade” que se refere a linguagem, costumes, atividade e/ou objetos que fazem parte de um conjunto de características e elementos que moldam o modo de vida de um grupo e fomenta sua identidade, não é visto

como alvo de desejo. Sendo assim, depois do que foi exposto e analisado nessa pesquisa, formulei a seguinte figura que apresenta os principais elementos que compõem o modo de vida e a identidade ribeirinha local.

Figura 6. Símbolos e elementos do modo de vida e identidade ribeirinha da comunidade do Igarapé do Combu.



Fonte: pesquisa de campo.

Não posso deixar de comentar que há várias pessoas que se mudaram da ilha, porém tem duas questões a serem consideradas. Primeiramente, a identidade e a pertença local ligada a ribeiridade não está presa ao espaço da Ilha do Combu, e sim foi construída nele, assim ao sair da ilha não necessariamente perdem o status de ribeirinho, pois continuam mantendo vínculo com o lugar, continuam nutrindo o sentimento de pertença com aquele território e com aquela realidade, porém, por algum motivo acabou se mudando. Duas falas representam o que digo, a da Patrícia: “*eu tenho tia em icoaraci, morando a bastante tempo, ela era daqui. Mudou por causa de casamento. Mas por ela ainda morava aqui, sempre que ela pode ta aqui com a gente*”. A outra é a fala da Suzana:

A minha mãe, ela foi pra icoaraci. Só ela e a minha irmã que foi junto com a minha mãe. (...) a minha irmã vive aqui, mas minha mãe é mais raro, porque não ver a cara do papai. [Mas você acha que ela gostaria de continuar morando aqui?] Com certeza ela ficaria aqui, ela era de outeiro, casou com o papai e veio morar pra cá, se separou e teve que voltar pra lá, mas não pelo foi pelo lugar.

Em segundo lugar, há sim quem tenha se mudado porque concebia que a “vida na cidade” seria melhor, como relata seu Careca: *“Meu primo era muito grã-fino e não queria se sujar, não queria morar aqui porque não queria se sujar, mas ele não estudou, foi pra Belém e continuou sempre se sujando trabalhando com obra”*. Nessa conversa, e também na concepção do seu Careca, é que seu primo não se identificava muito com aquele modo de vida já que se achava “grã-fino” para o local, ou seja, seu sentimento de pertença não era forte como o dos demais. Pode-se dizer que pessoas assim possuem um “um nível de ribeiridade em menor grau”, mesmo tendo sido criados no Combu. Entretanto, o seu Careca afirma que são raros os que se comportam assim.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Neste trabalho foi possível perceber que ser ribeirinho vai além do simples fato de morar na beira do rio. Os ribeirinhos da comunidade Igarapé do Combu mostraram que não estão vivendo ali por não terem condições financeiras de se mudar para um local “melhor”, e sim que estão ali porque a ilha é o seu lugar, onde está sua família, onde tem a natureza e seus recursos naturais, onde tem o rio que podem usufruir diariamente em suas vidas, enfim, é onde se sentem bem e onde pertencem.

Entende-se, então, que esse modo de vida pode, e deve, buscar seu desenvolvimento e reivindicar melhorias para sua comunidade, sendo fundamental compreender, e respeitar, sua particularidade. Logo, se faz mister conhecer e compreender os processos da construção e de sua (re)produção sociocultural tendo em vista o território ao qual pertence.

Para se estudar as dinâmicas sociais partilhadas pelas comunidades da Ilha do Combu em seu território comum é importante a compreender o esforço coletivo da territorialidade de um grupo social, como estabelecem relações no seu território e sua importância social. Sendo assim,

Abordagens etnográficas [colaboram] para entender as formas específicas dessa diversidade de territórios. No intuito de entender a relação particular que um grupo social mantém com seu respectivo território, utilizo o conceito de cosmografia (...), definido como os saberes ambientais, ideologias e identidades – coletivamente criados e historicamente situados – que um grupo social utiliza para estabelecer e manter seu território. A cosmografia de um grupo inclui seu regime de propriedade, os vínculos afetivos que mantém com seu território específico, a história da sua ocupação guardada na memória coletiva, o uso social que dá ao território e as formas de defesa dele (LITTLE, 2002, p 4)

É importante discutir o que cada localidade busca como qualidade de vida, compreendendo que sempre haverá mudanças, mas que não necessariamente os fazem perder sua ribeiridade. Ao contrário, percebe-se que o desenvolvimento local acontece mediante a ressignificação de elementos advindos de outros contextos, como o urbano por exemplo. Para Lisboa (1997, p 87)

Portanto este final de milênio recoloca a possibilidade de um ‘desenvolvimento local’, o que para nós significa rever e revitalizar o modo de viver tradicional. Está aí a oportunidade de transformar em ‘vantagem’ o que por muito tempo foi considerado sinal de ‘atraso’. As relações afetivas de pertencimento a uma comunidade sobrevivem, não se conseguindo romper totalmente com a solidariedade comunitária. Trata-se de fortalecer as iniciativas comunitárias, valorizando as forças e os recursos locais. Este é o lugar do modo ilhéu de vida na era da informática.

Claro que é essencial ficar atento para as consequências das mudanças que ocorrem nas comunidades tradicionais, como com relação ao turismo na Ilha do Combu que vem crescendo cada vez mais. O constante fluxo de turistas e visitantes, estes últimos sendo considerados aqueles que moram na Belém continental e visitam a ilha de vez em quando, nos bares e restaurantes do Combu provoca um constante contato de culturas heterogêneas causando modificações no modo de vida dos anfitriões, principalmente. De acordo com Adrião (2014), “o turismo é um dos fenômenos sociais mais marcantes da atualidade para observar o processo de transformação e mudança por que passam os territórios e as populações haliêuticas – povos que vivem na água e/ou dos recursos aquáticos”.

É interessante apontar que por mais que nós do continente possamos ser considerados pessoas que são “de fora da comunidade”, não há um comportamento de aversão com quem visita a ilha. Ao contrário, percebi que quando as pessoas demonstram que gostam da ilha e voltam outras vezes é motivo de alegria, pois se sentem valorizados, sentem que seu lugar é tido como importante. A única coisa que esperam é respeito com eles e com seu lugar.

Com relação ao retorno para a comunidade depois de realizada uma pesquisa, tema muito atual na antropologia, percebi que apresentar os resultados do trabalho não é algo que chame muito a atenção deles. Quando alguma reunião é marcada para discutir ou apresentar questões que consideram importantes para eles, a maioria ou não fica sabendo, devido até mesmo a extensão da comunidade e a quantidade de pessoas que ali moram, ou estão ocupados e não podem participar, ou simplesmente não se interessam em ir. Ações concretas que ajudem a melhorar suas vidas, mesmo que pouco, é algo muito mais valorizado na comunidade, inclusive porque, como comentou seu Careca, exista muitas famílias que passam por necessidades. Não tanto nessa comunidade, mas em outras comunidades da ilha, e das outras ilhas de Belém.

Uma das principais dificuldades enfrentadas na ilha é com relação à educação, e com relação a isso a Sala de leitura cumpre papel importante. Assim, continuarei indo quando possível nas atividades desse projeto, e pensar a possibilidade de planejar mais ações do projeto, fazendo campanhas para arrecadações que ajudem o projeto, estabelecendo parcerias, e pensar em um projeto visando a submissão para editais na tentativa de conseguir financiamentos para realizar essas ações. Isto é algo que a professora Denize Adrião já havia comentado comigo.

Esta pesquisa ressalta a importância de discutir a realidade da população da região insular de Belém, para que não fiquem “à margem” da área urbana, sendo privadas de possibilidades e conquistas que melhorem suas vidas. É preciso romper com esse quadro de relativa invisibilidade dos ribeirinhos de Belém que ainda existe. Vimos que uma pesquisa científica pode contribuir para ações que tragam benefícios para a população, como foi o caso de Anthony Anderson, que culminou a criação da APA da Ilha do Combu. Agora é preciso que a administração seja mais ativa para que se cumpra seu propósito.

Mesmo que essa pesquisa tenha sido realizada na comunidade Igarapé do Combu, é possível expandir as análises para as demais comunidades ribeirinhas de Belém, devendo perceber as particularidades que cada lugar apresenta. Pensar o ser ribeirinho, que apresenta uma grande ribeiridade ligada a relação estreita com o meio ambiente nessas localidades que possuem uma grande parte da sua área com natureza conservada, é valorizar esse modo de vida mais sustentável.

Este debate não pode se encerrar, pois de acordo com o Anuário Estatístico de Belém (2010, p 55) “a situação é preocupante, quando se considera o tamanho do município, a velocidade do desmatamento, a crescente ocupação urbana e a dilapidação das florestas remanescentes, restando florestas pobres, com funções e estruturas alteradas”. Esse mesmo documento aponta que “o rio Guamá e as bacias do Guajará e Marajó são acidentes geográficos importantes na sua conformação”. Dentre as ilhas mais importantes sobre a questão se encontra a Ilha do Combu, que, como é apontado na Cartilha de Zoneamento Econômico e Ambiental nas Ilhas do entorno de Belém (2015), apresenta um bom estágio de conservação do meio ambiente, totalizando 96,44% de conservação da natureza no local.

Nesse sentido, é importante pesquisar sobre a população presentes nessa ilha que estão garantindo, até o momento, que esse quadro se permaneça. O que também serve de exemplo para o nosso modo de vida urbano que pouco, ou quase nada, pensa no meio ambiente.

Vejo falarem em cultura caiçara, cultura indígena, cultura urbana, e em diante, acredito que cabe então aqui pensar numa “cultura ribeirinha”, que envolve seus costumes, significados, simbologias, tradições, conhecimentos comportamentos, percepções, e etc, pautado por um modo de vida baseado na relação com o rio e a floresta, uma cultura que esteja ligada ao *viver às margens do rio*.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

A função socioambiental do patrimônio da União na Amazônia / organizador: Fábio Alves . – Brasília : Ipea, 2016.

ABRAMOVAY, Ricardo. *O futuro das regiões rurais*. Porto Alegre: Ed. da UFRGS, 2003.

ABRAMOVAY, Ricardo. *O capital social dos territórios: repensando o desenvolvimento rural*. Economia Aplicada – n° número 2, vol. IV: 379-397, abril/junho 2000.

ADRIÃO, Denize. Uso e gestão de territórios em comunidades haliêuticas – Políticas Nacionais, Eixo Temático I. In. *Olhares cruzados sobre povos litorâneos de comunidades de países de língua portuguesa: percepção acerca do uso e gestão de territórios em comunidades haliêuticas no Brasil, Moçambique e Portugal*. Belém: MPEG, 2004.

ADRIÃO, Denize. Entre o rio e a floresta: a vida ribeirinha da Amazônia. In. *Viver em ilhas*. Uberlândia: Edufu, 2013.

Amaral, Ribeiro do. *Fundação de Belém do Pará : jornada de Francisco Caldeira de Castelo Branco, em 1615-1616 / Ribeiro do Amaral*. -- Brasília : Senado Federal, Conselho Editorial, 2004.

ANUÁRIO ESTATÍSTICO DO MUNICÍPIO DE BELÉM, v. 15, 2010 – Belém: Secretaria Municipal de Coordenação Geral do Planejamento e Gestão, 2011.

ATKINSON, Paul; HAMMERSLEY, Martyn. Ethnography and Participant Observation. In: *Handbook of Qualitative Research*. London: Sage Publications. 2000.

ARRUDA, Rinaldo. “Populações Tradicionais” E A Proteção Dos Recursos Naturais Em Unidades De Conservação. In. *Ambiente & Sociedade - Ano II - No 5 - 2o Semestre de 1999*.

BARRETO FILHO Henyo Trindade. "Populações tradicionais: introdução à crítica da ecologia política de uma noção", In: *Sociedades Caboclas Amazônicas: Modernidade e Invisibilidade*. C. Adams, R.S.S. Murrieta, and W.A. Neves (eds.). São Paulo: Annablume, 1996

BASSALO, Terezinha de Fátima Ribeiro. *Diálogos com a metrópole: um estudo antropológico sobre moradores da ilha do Maracujá em relação de proximidade com Belém (PA)*; orientador, Flávio Leonel Abreu da Silveira. Dissertação (Mestrado) - Universidade Federal do Pará, Instituto de Filosofia e Ciências Humanas, Programa de Pós-Graduação em Ciências Sociais, Belém, 2011.

BATES, Henry Walter, 1825-1892. *O naturalista no rio Amazonas*. São Paulo: Companhia Editora Nacional, 1944.

BATISTA, Sônia Socorro. *O modo de viver como um instrumento de resistência do saber popular dos moradores da Ilha do Combú, Belém-Pará*. Orientador Prof. Dr. Ariberto Venturini. Dissertação (mestrado) – Universidade Federal do Pará. Programa de Pós-Graduação em Serviço Social, Belém, 2010.

BRANDÃO, Carlos Rodrigues; BORGES, Maristela Correa. O Lugar Da Vida: Comunidade e Comunidade Tradicional. In. *CAMPO-TERRITÓRIO: revista de geografia agrária*. Edição especial do XXI ENGA-2012, p. 1-23, jun., 2014.

BRANDENBURG, Alfio. Ciências Sociais E Ambiente Rural: Principais Temas E Perspectivas Analíticas. In. *Ambiente & Sociedade* – Vol. VIII nº. 1 jan./jun. 2005.

BRASIL. Ministério da Saúde. Guia prático do programa saúde da família. Brasília: Ministério da Saúde, 2001.

CARNEIRO, M. J. *Ruralidade: novas identidades em construção. Estudos Sociedade e Agricultura*, Rio de Janeiro, n. 11, p. 53-75. out., 1998. Disponível em: <<http://www.eco.unicamp.br/nea/rurbano/textos/downlo/rurbzeze.html>>. Acesso em: 1º de outubro de 2016.

Cartilha Zoneamento Econômico e Ambiental nas Ilhas do entorno de Belém. UFPA/FADESP. 2015.

CASTRO, Edna. Território, Biodiversidade e Saberes de Populações Tradicionais. In: DIEGUES, Antonio Carlos. *Etnoconservação: novos rumos para a proteção da natureza nos trópicos*. São Paulo: HUCITEC/NUPAUB, USP, 2000.

CASTRO, Edna. Território, biodiversidade e saberes de populações tradicionais. In: CASTRO, E.; PINTON, F. (Org.). *Faces do trópico úmido: conceitos e novas questões sobre desenvolvimento e meio ambiente*. Belém: CEJUP; UFPA-NAEA, 1997.

CERTEAU, Michel de. *A invenção do Cotidiano*. Petropolis, RJ: Vozes, 1994.

CIRILO, Brenda Batista. *O processo de criação e implementação de unidades de conservação e sua influência na gestão local: o estudo de caso da área de proteção ambiental da ilha do Combu, em Belém/Pa*; orientadora Oriana Trindade de Almeida. – 2013.

CLIFFORD, James. Sobre a autoridade etnográfica. In. *A experiência etnográfica: Antropologia e literatura no século XX*. Rio de Janeiro: Editora UFRJ, 1998.

COSTA, António Firmino da. A pesquisa de terreno em sociologia. In. *Metodologia das Ciências Sociais*. Porto: Edições Afrontamento, 1987.

CUNHA, Manuela Carneiro da. *Populações tradicionais e a Convenção da Diversidade Biológica*. *Estud. av.*, São Paulo, v. 13, n. 36, p. 147-163, Aug. 1999. Disponível em: <http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0103-40141999000200008&lng=en&nrm=iso>. Acessado em 10 de abril de 2016.

CUNHA, Manuela Carneiro; ALMEIDA, Mauro Barbosa. Populações Indígenas, Povos Tradicionais e Preservação na Amazônia Populações Indígenas, Povos Tradicionais e Preservação na Amazônia. In. *Biodiversidade na Amazônia Brasileira. Avaliação e Ações Prioritárias para a Conservação, Uso Sustentável e Repartição de Benefícios*, orgs João P., R. Capobianco et al, São Paulo, Instituto Socioambiental e Estação Liberdade, 2001.

CUNHA, Manuela Carneiro. *Cultura com aspas e outros ensaios*. São Paulo: Cosac Naify, 2009.

CUNHA, Lúcia Helena de Oliveira. Significado Múltiplos Das Águas. In. *A Imagem das águas*. São Paulo: HUCITEC: USP, Núcleo de Pesquisas sobre Populações Humanas e Áreas Úmidas do Brasil, 2000.

DA SILVA, Wagner G. *O antropólogo e sua magia. Trabalho de campo e texto etnográfico nas pesquisas antropológicas sobre religiões afrobrasileiras*, São Paulo: Edusp, 2006.

DERGAN, João Marcelo Barbosa. *História, memória e natureza: as comunidades da Ilha do Combú-Belém-PA*. Dissertação. Disponível em: <http://www.ufpa.br/pphist/images/dissertacoes/2006_Joao_Marcelo.pdf>. Acessado em 15 de janeiro de 2011.

Destaque Amazônia. Órgão de Divulgação do Museu Paraense Emílio Goeldi. Ano II, Nº 9 – julho/85

DIEGUES, Antonio Carlos. *Ilhas e sociedades insulares: coletânea de textos apresentados no seminário sociedades insulares*. São Paulo; NUPAUB; 1997.

DIEGUES, Antônio Carlos Sant'Ana; ARRUDA, Rinaldo Sérgio Vieira (Org.) *Saberes tradicionais e biodiversidade no Brasil*. Brasília, D. F.: Programa Nacional de Conservação da Biodiversidade, São Paulo: USP, Núcleo de Pesquisas sobre Populações Humanas e Áreas Úmidas do Brasil, 1999.

DIEGUES, Antonio Carlos (Org.). *Saberes tradicionais e biodiversidade no Brasil*. São Paulo: MMA/COBIO/NUPAUB/USP, 2000.

DIEGUES, Antônio Carlos Sant'Ana. *O Mito moderno da natureza intocada*. 3. ed. São Paulo: HUCITEC, 2001.

ENDLICH, Ângela Maria. Perspectivas sobre o urbano e o rural. In: *Cidade e campo: relações e contradições entre urbano e rural*. São Paulo: Expressão Popular, 2010.

FAVRET-SAADA, Jeanne. *Ser afetado*. Tradução de Paula Siqueira. Cadernos de Campo, n 13, 2005.

FERREIRA, Alexandre Rodrigues. *Viagem filosófica pelas capitânicas do Grão Pará, Rio Negro Mato Grosso e Cuiabá: memórias: antropologia*. Rio de Janeiro: Conselho Federal de Cultura, 1974

FORLINE, L.; FURTADO, L. G. *Novas reflexões para o estudo das populações tradicionais na Amazônia: por uma revisão de conceitos e agendas estratégicas*. Boletim do Museu Paraense Emílio Goeldi, Série Antropologia, 2002

FURTADO, Lourdes Gonçalves. Comunidades tradicionais: sobrevivência e preservação ambiental. In: D'INCAO, M. A & SILVEIRA I. M. (Orgs.) *A Amazônia e a crise da modernização*. Belém: MPEG. 1994, p. 67-74

_____. (Org.). UNIVERSIDADE FEDERAL DO PARÁ. *Amazônia: desenvolvimento, sociobiodiversidade e qualidade de vida*. Belém: UFPA. NUMA, 1997.

_____; LEITÃO, Wilma Marques; MELLO, Alex Fiuza de (Org.). *Povos das águas: realidade e perspectivas na Amazônia*. Belém: Museu Paraense Emílio Goeldi, 1993

_____. *Pescadores do Rio Amazonas: um estudo antropológico da pesca ribeirinha numa área amazônica*. Belém: Museu Paraense Emílio Goeldi, 1993

_____; SOUZA, Maria Alice de. Belém, ocupação humana e uso de recursos no estuário. In: *Belém de águas e ilhas*. Belém: CEJUP, 2006.

_____; Uso e gestão de territórios em comunidades haliêuticas – Políticas Nacionais, Eixo Temático II. In: *Olhares cruzados sobre povos litorâneos de comunidades de países de língua portuguesa: percepção acerca do uso e gestão de territórios em comunidades haliêuticas no Brasil, Moçambique e Portugal*. Belém: MPEG, 2004.

FRAXE, Therezinha de Jesus Pinto; et al. *Comunidades Ribeirinhas Amazônicas: Modos De Vida E Uso Dos Recursos Naturais*. Manaus: EDUA, 2007

GEERTZ, Clifford. *A interpretação das culturas*. Rio de Janeiro: LTC, 2008.

_____. Do ponto de vista dos nativos. In: *O saber local: novos ensaios em antropologia interpretativa*. Petrópolis: Vozes, 1998.

GONÇALVES, Amanda Cristina; Et al. Capítulo 4: Belém E Abaetetuba. In: *A função socioambiental do patrimônio da União na Amazônia* / organizador: Fábio Alves. – Brasília : Ipea, 2016.

Instituto Peabiru. Disponível em: <<https://peabiru.org.br/2015/09/23/ater-belem-nova-atuacao-do-instituto-peabiru-no-territorio-belem-ribeirinha/>>. Acesso em: 20 de fevereiro de 2017.

JARDIM, Mário Augusto Gonçalves (Org.). *Diversidade biológica das áreas de proteção ambiental: Ilhas do Combu e Algodual-Maiandeuá - Pará, Brasil*. Belém: Museu Paraense Emílio Goeldi, 2009. 457 p.

LARAIA, Roque de Barros. *Cultura: um conceito antropológico*. 23. ed. Rio de Janeiro: J. Zahar, 2009. 117 p.

LIMA, D. M. *Ribeirinhos, pescadores e a construção da sustentabilidade nas várzeas dos rios Amazonas e Solimões*. Boletim Rede Amazônia, v. 3, n. 1, p. 57-66, 2004.

LISBOA, Armando. Construindo Uma Identidade Insular Em Um Mundo Que Se Globaliza: O Jeito Manezinho De Ser. In. *Ilhas e sociedades insulares: coletânea de textos apresentados no seminário sociedades insulares*. São Paulo; NUPAUB; 1997.

LITTLE, Paul E. *Territórios sociais e povos tradicionais no Brasil: por uma antropologia da territorialidade*. Brasília, Universidade de Brasília, 2002. (Série Antropologia).

MAYBURY-LEWIS, Biorn. Terra E Água: Identidade Camponesa Como Referência De Organização Política Entre Os Ribeirinhos Do Rio Solimões. In. *Amazônia: desenvolvimento, sociodiversidade e qualidade de vida*. Belém: UFPA. NUMA,1997.

MARIN, Rosa Acevedo. *Itacoã, nosso sítio no Baixo Acará*. Belém, 2003

MOREIRA, Eidorfe. *Belém e sua expressão geográfica*. Belém: Imprensa Universitária, 1966.

MORIM, Júlia. *Ilha de Marajó*. Pesquisa Escolar Online, Fundação Joaquim Nabuco, Recife. Disponível em: <<http://basilio.fundaj.gov.br/pesquisaescolar/>>. Acesso em: dia mês ano. Ex: 6 ago. 2009.

NASCIMENTO, Nandiel Silva do; et al. *Um Estudo Dos Problemas Ambientais Da Área De Proteção Ambiental Da Ilha Do Combú Belém-Pa*. I Congresso Brasileiro de Gestão Ambiental, 2010.

NEVES, Delma Pessanha. *Os ribeirinhos-agricultores de várzea: formas de enquadramento institucional*. Novos Cadernos NAEA. v. 12, n. 1, p. 67-92, jun. 2009.

NUNES, Thainá Guedelha. *Transmitindo a cultura: ensaio etnográfico em uma comunidade na Ilha do Combu/PA*. Trabalho de Conclusão de Curso. Faculdade de Ciências Sociais, Universidade Federal do Pará, Belém, 2014.

OLIVEIRA, Roberto Cardoso. *O trabalho do antropólogo*. Brasília: Paralelo 15; São Paulo Editora/UNESP, 2000.

_____. *O trabalho de campo*, UNESP, Paralelo 15, 1998.

_____, Roberto Cardoso de. *Identidade, etnia e estrutura social*. São Paulo: Pioneira, 1976.

PEIRANO, Mariza. « Etnografia, ou a teoria vivida », *Ponto Urbe* [Online], 2 | 2008.

PEIRANO, Mariza. Etnografia Não É Método. In. *Horizontes Antropológicos*, Porto Alegre, ano 20, n. 42, p. 377-391, jul./dez. 2014.

PEREIRA, Bárbara Elisa; DIEGUES, Antonio Carlos. Conhecimento de populações tradicionais como possibilidade de conservação da natureza: uma reflexão sobre a perspectiva da etnoconservação. In. *Desenvolvimento e Meio Ambiente*, n. 22, p. 37-50, jul./dez. 2010.

PEREIRA, P. A. C., & TOBIAS, M. S. G. *Aprimoramento portuário dos trapiches e atracadouros de transporte de passageiros na Região Metropolitana de Belém*, 2009.

Plano Municipal de Saneamento Básico de Abastecimento de Água e Esgotamento Sanitário do Município de Belém do Pará, 2014.

RAMALHO, Cristiano Wellington Noberto. *'Ah, esse povo do mar!': um estudo sobre trabalho e pertencimento na pesca artesanal pernambucana*. São Paulo: Polis; Campinas, SP: CERES, 2006.

_____. *O mundo das águas e seus laços de pertencimento*. In: Raízes, Campina Grande, vol. 23, n°s 01 e 02, p. 62-72, jan./dez. 2004

SANTOS, Milton. *Ensaio sobre a urbanização latino-americana*. São Paulo: HUCITEC, 1982

RENTE NETO, Francisco; FURTADO, Lourdes. A ribeirividade amazônica: algumas reflexões. In. *Cadernos de Campo: revista dos alunos de pós-graduação em antropologia social da USP*. São Paulo: Departamento de Antropologia/FFLCH/USP, 2015.

RIBEIRO, Jocilete de Almeida. *Área de proteção ambiental da Ilha do Combu, Belém/PA: desafios de implantação e de gestão de uma unidade de conservação*. Orientador Prof. Dr. Gilberto Miranda Rocha. Dissertação (mestrado), 2010.

RODRIGUES, Carmem Izabel. Caboclos na Amazônia: a identidade na diferença. In. *Novos Cadernos NAEA*, v. 9, n. 1, p. 119-130, jun. 2006 .

Santos, Milton. *A Natureza do Espaço: Técnica e Tempo, Razão e Emoção*. São Paulo: Editora da Universidade de São Paulo, 2006.

SHANIN, Teodor. *A definição de camponês: conceituações e desconceituações*. Revista Nera, ano 8. nO 7, jul-dez, 2005.

SIMMEL, Georg. A metrópole e a vida mental. In: In: *O Fenômeno urbano*. Rio de Janeiro: Zahar, 1979.

Simonian, L. T. L. (Org.). *Políticas públicas, desenvolvimento, unidades de conservação e outros contextos socioambientais no Amapá*. Belém: Editora do NAEA; MPEAP, 2010.

TEIXEIRA, Sônia Regina dos Santos; ALVES, José Moisés. *O contexto das brincadeiras das crianças ribeirinhas da Ilha do Combu*. *Psicol. Reflex. Crit.*, Porto Alegre, v. 21, n. 3, 2008 . <<http://www.scielo.br/pdf/prc/v21n3/v21n3a05.pdf>>.

TRAJANO FILHO, Wilson. *Lugares, pessoas e grupos: as lógicas do pertencimento em perspectiva internacional*. Brasília: ABA Publicações, 2012.

TRINDADE JUNIOR, Saint-Clair Cordeiro da; SILVA, Marcos Alexandre Pimentel da; AMARAL, Márcio Douglas Brito. Das “janelas” às “portas” para os rios: compreendendo as cidades ribeirinhas na Amazônia. In: TRINDADE JR., Saint-Clair Cordeiro da; TAVARES, Maria Goretti da Costa. (Orgs.). *Cidades ribeirinhas na Amazônia: mudanças e permanências*. Belém: EDUFPA, 2008.

TRINDADE JUNIOR, Saint-Clair, et al. Espacialidades E Temporalidades Urbanas Na Amazônia Ribeirinha: Mudanças E Permanências A Jusante Do Rio Tocantins. In. ACTA Geográfica, Ed. Esp. *Cidades na Amazônia Brasileira*, 2011.

TRINDADE JUNIOR, Saint-Clair. Das “Cidades Na Floresta” Às “Cidades Da Floresta”: Espaço, Ambiente E Urbanodiversidade na Amazônia Brasileira. In. Papers do NAEA, 2013.

TUAN, Yi-fu. *Espaço, Tempo, Lugar: Um Arcabouço Humanista*. In. Geograficidade v.01, n.01, Inverno 2011.

TUAN, Yi-fu. *Espaço e Lugar: a perspectiva da experiência*. Tradução de Livia de Oliveira. São Paulo: DIFEL, 1983.

VELHO, Gilberto. *Individualismo e cultura: notas para uma antropologia da sociedade contemporânea*. 8. ed. Rio de Janeiro: J. Zahar, 2008

Via Campesina do Brasil. Campesinato no Século XXI: Possibilidades E Condicionantes Do Desenvolvimento Do Campesinato No Brasil. CURITIBA/BRASÍLIA, 2004.

WAGLEY, Charles; COSTA, Clotilde da Silva. *Uma Comunidade Amazônica: estudo do homem nos trópicos*. 2. ed. São Paulo: Companhia Editora Nacional, 1977.

WANDERLEY, Maria de Nazareth Baudel. *A ruralidade no Brasil moderno: por um pacto social pelo desenvolvimento rural*. In: ¿Una nueva ruralidad en América Latina?. Norma Giarracca. CLACSO, Consejo Latinoamericano de Ciencias Sociales, Ciudad Autónoma de Buenos Aires, Argentina. 2001. ISBN: 950-9231-58-4. Disponível em: <http://bibliotecavirtual.clacso.org.ar/ar/libros/rural/wanderley.pdf>

WANDERLEY, M. N. B. *A emergência de uma nova ruralidade nas sociedades modernas avançadas: o rural como espaço singular e ator coletivo*. Estudos sociedade e agricultura, Rio de Janeiro, n. 15, 2000.

WEBER, Max. Conceito e categorias de cidade. In. *O Fenômeno urbano*. Org. Otávio Guilherme Velho. Rio de Janeiro: Zahar, 1979.

WIRTH, Louis. O urbanismo como modo de vida. In: *O Fenômeno urbano*. Org. Otávio Guilherme Velho. Rio de Janeiro: Zahar, 1979.

WOLF, Eric. *Sociedades camponesas*. Ed. Zaar, 1976.